

APOLÔNIO ABADIO DO CARMO

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Apolônio Abadio do Carmo e aprovada pela comissão julgadora em 13/12/1989.

13/12/89

[Assinatura]

DEFICIÊNCIA FÍSICA:

A Sociedade Brasileira Cria, "Recupera" e Discrimina.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1989

APOLÔNIO ABADIO DO CARMO

DEFICIÊNCIA FÍSICA :

A Sociedade Brasileira Cria, "Recupera" e Discrimina.

Tese submetida como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação (Metodologia de Ensino) à comissão julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof^o.Dr. José Luis Sanfelice

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1989

COMISSÃO JULGADORA

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho, contei com a colaboração de muitas pessoas. A todas dirijo meu grato reconhecimento e, de modo especial, agradeço

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Departamento de Educação Física e Esportes pela oportunidade de realizar o curso de pós-graduação;

À Universidade Estadual de Campinas, em particular, a Faculdade de Educação, onde, na vivência diária com professores, funcionários e colegas pós-graduandos, encontrei compreensão, estímulo e cooperação;

À CAPES e ao CNPq, pelo apoio financeiro;

Às associações de deficientes físicos de todo o Brasil e, em especial, Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, AFLODEF, Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás, ADEFEGO; a Organização Nacional de Deficientes Físicos, ONEDEF, e ao Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes de São Paulo, MDPD.

Ao professor-orientador Dr. José Luis Sanfelice, pelo apoio, acompanhamento e sugestões, e ainda, pelo testemunho de sua amizade.

As professoras Dra. Rosália Ribeiro de Aragão, Dra. Gilberta Jannuzzi e Ms. Maria Teresa Egler Montoam pelas sugestões e críticas valiosas apresentadas por ocasião do exame de qualificação.

Aos colegas e amigos Dário, Cely, Carminha, Lino, Wagner e, principalmente, à minha companheira Rossana, com quem dividi minhas angústias e limitações.

À Helena e a meus filhos, Leonardo e Vinícius, que souberam privar-se de minha companhia durante a maior parte da realização deste trabalho.

A meus pais e irmãs que à distância me acompanharam.

À amiga Talma, ex-presidente da Associação dos Deficientes Físicos do estado de Goiás, que apesar de não estar mais entre nós, deixou registrado neste trabalho seu pensamento e os caminhos de sua luta.

A Jaqueline, pelo carinho e dedicação na revisão do texto, e a Berenice e a Maria Inês, pela inestimável revisão técnica da bibliografia citada.

RESUMO

Os "deficientes" de maneira geral e, em específico, os "deficientes físicos", na sociedade brasileira, têm sido vítimas das mais diferentes formas de discriminação e segregação, principalmente nas áreas do Trabalho, Educação e Lazer.

Buscou-se neste estudo recuperar, de forma crítica, as propostas e realizações ocorridas no plano da política social, entre elas, as do Trabalho, Educação e Lazer brasileiras de 1981 a 1987, concernentes às pessoas portadoras de "deficiência física", aos mecanismos determinantes da "deficiência" na relação entre os homens, e às formas como a sociedade se organiza para enfrentar estas questões.

Basicamente, procurou-se convergir esforços na tentativa de denunciar, explicitando, de forma clara, como a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina os "deficientes físicos" nas relações sociais do Trabalho, Educação e Lazer.

Verificou-se, pela retrospectiva histórica realizada, que a discriminação e segregação dos "deficientes", bem como a concepção de que a "deficiência" ou deformação física é um sinal de desarmonia, de impureza, ou pecado, acompanham os homens desde os tempos mais remotos da civilização. Esta e outras formas estigmatizantes foram sempre utilizadas pelos povos, em diferentes épocas, como mecanismo diferenciador dos homens. Na antiguidade utilizava-se a prática da amputação para se distinguir um escravo, criminoso ou traidor. Na idade média, por falta de conhecimentos mais profundos a respeito das doenças e suas causas, bem como o receio do desconhecido e do "sobrenatural", os males diferentes eram tratados como algo diabólico e vexatório. A partir do Renascimento, com sua característica humanista, associada ao natu-

ralismo e seu renovado interesse pela pesquisa direta na natureza, grandes avanços foram alcançados no campo dos direitos e deveres dos "deficientes".

Constatou-se ainda que no Brasil, no campo da assistência ou reabilitação das pessoas "deficientes", até por volta de 1850, não existia ação do Estado neste sentido, e que tanto a Medicina como a reabilitação física praticamente não existiram nos quatro primeiros séculos de nossa história. Além disto, evidenciou-se que até por volta de 1970 a legislação brasileira existente e voltada para os (df) era precária e esporádica. Os poucos artigos, parágrafos ou incisos encontrados não podem ser considerados como fruto de propostas políticas consistentes.

As políticas, tanto do Estado como das entidades de e para deficientes físicos, que visam à sua inserção no mercado de trabalho privilegiam mais o trabalho alienado do que o trabalhador. Não detectou-se nos discursos estudados a preocupação com a forma degradante que o trabalho assume no modo de produção vigente.

No campo educacional, discutiu-se as teses integracionista e segregacionista, constatando-se a necessidade de se encontrar meios para garantir o princípio do acesso ao conhecimento e permanência nas escolas públicas para os (df), independente de sua condição social ou limitação física.

Concomitantemente, verificou-se que o Esporte e o Lazer não podem ser entendidos senão enquanto componentes culturais e históricos determinados e que o estudo do Lazer pressupõe, necessariamente, o estudo do trabalho. Por isso, o Esporte e o Lazer, apesar de ocorrerem nos momentos de "descompromisso", estão profundamente comprometidos com o modelo social vigente.

Verificou-se, também, a existência de completo despreparo tanto teórico como prático dos (df) no campo da cultura esportiva, entendida como o conjunto de conhecimentos e experiências que compõem um determinado esporte. Além disto, poucas são as opções de Esporte e Lazer oferecidas para os "deficientes físicos", sobretudo, pela falta de transporte público, de adequação arquitetônica dos clubes, centros esportivos, teatros, cinemas e outros locais. Por estas e outras razões, mesmo considerando as poucas condições materiais existentes, os (df) estão quase que completamente impossibilitados de utilizarem quadras poliesportivas, piscinas e outros locais destinados ao Esporte e ao Lazer.

Finalmente, este estudo possibilitou explicitar, dentre outras, a visão de que a totalidade das relações entre os homens e, dentro desta, dos fenômenos sociais Esporte, Lazer, Trabalho e Educação, pressupõe o entendimento dinâmico e relacional da sociedade, pois estes fenômenos sociais formam um todo de uma mesma relação, que tem como sujeito o homem. Esta forma de entendimento é fundamental para uma "práxis" que contribua para a superação da atual ordem social dominante.

INDICE

Introdução.....	1
Limites do Estudo.....	4
Delimitação do Universo histórico.....	15
Os Caminhos da Investigação.....	19
Os Caminhos da exposição.....	24
Capítulo I - A deficiente História dos Deficientes...	25
Notas Históricas sobre a deficiência no Brasil.....	34
Século XX e a Deficiência na Sociedade brasileira.....	37
Capítulo II. O Trabalho e o Homem.....	57
Regime Feudal ou Estamental.....	69
Surge outra relação: o modo de produ- ção capitalista.....	74
Capítulo III. O Estado Brasileiro e os Deficientes Físicos.....	83
Organização e fala dos "deficientes".....	90
Confrontando os Discursos.....	108
Capítulo IV. Educação e o "Deficiente Físico".....	134
O Estado e suas propostas Educacionais.....	137
A Legislação Educacional e a Educação Especial.....	145
Educação e o discurso dos deficientes.....	147
Confrontando os Discursos	154
Capítulo V. Esporte, Lazer e os "Deficientes".....	171
Esporte e Lazer.....	171
Lazer.....	182
Estado, Esporte e Lazer.....	195
Confrontando os Discursos.....	207
Capítulo VI. Revisitando nossa Prática.....	213
Bibliografia.....	230

INTRODUÇÃO

O começo de um trabalho do porte de uma tese de doutorado, pela sua significação no seio da intelectualidade e, de maneira geral, dentro da sociedade, é sempre marcado por dúvidas e oscilações no campo da decisão final a respeito da temática que se vai estudar.

O caminho percorrido ao longo de toda a vida acadêmica e, por conseguinte, o contato com diferentes idéias e pensadores das mais distintas linhas epistemológicas; a preocupação com a área específica do conhecimento que trabalhamos, a Educação Física; o compromisso social com o possível conhecimento a ser gerado neste trabalho; a percepção do atual estágio de "evolução" dos conteúdos específicos voltados para os problemas do "deficiente"; o desejo de tornar este estudo uma obra útil à categoria dos professores de Educação Física e, em especial, aos que trabalham com "deficientes", foram alguns dos móveis que contribuíram para nossa decisão de estudar, numa dimensão histórica, as questões relativas às "pessoas portadoras de deficiência física".

Dentre outros enfoques, tentaremos apreciar, de forma crítica, as propostas e realizações ocorridas no plano da política social e, dentro desta, as políticas de Trabalho, Educação e Lazer brasileiras de 1981 a 1987, concernentes às pessoas portadoras de "deficiência física"; os mecanismos determinantes da deficiência, na relação entre os homens e as formas como a sociedade se organiza para enfrentar esta questão.

A pretensão que temos de que este trabalho se torne útil aos profissionais que atuam junto às pessoas portadoras de deficiência não deve ser entendida como um receituário de "como fazer", tão comum aos compêndios técnicos existentes na área da Educação Física e da "Deficiência", mas como um conjunto de reflexões e posições que possibilite aos profissionais e aos próprios "deficientes" reverem suas práticas e concepções sociais.

Cientes do estágio atual em que se encontra o conhecimento da Educação Física, no que se refere às pessoas portadoras de "deficiência", e da fragilidade deste conhecimento, que se tem limitado ao campo meramente técnico do "executar", do condicionar, do treinar, procuramos, de forma didática, para esta área de estudos, um conjunto de conhecimentos filosóficos, históricos, econômicos e políticos, na tentativa de superar a visão limitada e desarticulada, que a grande maioria destes profissionais possui a respeito do homem e da sociedade.

Para um historiador ou filósofo mais exigente, os dados e as informações contidas ao longo dos capítulos I e II podem parecer até uma discussão "já superada" ou pouco relevante para sua área de atuação. Porém, é preciso que fique claro que a construção do conhecimento e sua difusão não se dão de forma homogênea através da história. O dualismo pensar/fazer continua existindo, sobretudo na Educação Física, tanto em nível mais amplo como mais específico, dada a priorização sempre exigida do fazer e do executar. Esta tentativa de contribuir para ampliar os horizontes teóricos da percepção dos profissionais que lidam com pessoas "deficientes", no âmbito da Educação Física, ao nosso ver, é uma tarefa necessária e oportuna.

Neste sentido, situar o trabalho desenvolvido com pessoas

portadoras de "deficiência" na Educação Física, à luz do materialismo histórico, tendo como centro de reflexões e análises a relação homem X trabalho no modo de produção capitalista, possibilitou nos capítulos III, IV e V a explicitação de inúmeras contradições verificadas, tanto nos termos do discurso usual do Estado, como nos termos do discurso usual de indivíduos "deficientes".

Sendo assim, este estudo, para nós, significa muito mais do que uma obrigação acadêmica. Ele representa, ao mesmo tempo, um ponto de chegada e de partida, pois, conforme relatamos no capítulo VI, servirá como o "bisturi" para a "cirurgia interna" que torna-se necessária em nossa prática diária. Saímos de uma prática, conhecemos outras e à nossa retornamos. E é este percurso que tentaremos apresentar a seguir.

Definição do Objeto de Estudo

Dentro do universo de diversificação existente na área da "deficiência humana", optamos pelo estudo da "deficiência física", não somente por ser esta ainda uma área de conhecimento pouco explorada no Brasil, como também por representar nosso objeto de estudo e trabalho desde 1980, no âmbito do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (MG).

Neste estudo, para favorecer o entendimento e delimitar o problema, buscamos inicialmente explicitar o que entendemos por deficiente e, mais especificamente, por "deficiente físico". Isto, contudo, não significa a forma última e plena desses conceitos. Trata-se, decididamente, de um recurso metodológico de trabalho, uma vez que o uso do termo "deficiente físico" pode abranger desde indivíduos cegos e surdos-mudos até todas e mais diferentes formas de manifestação de paralisia ou amputação.

O termo "deficiente" atribuído, via de regra, aos membros de uma sociedade que apresentem alguma forma de "anormalidade" ou de "diferenciação" perante os demais, quer no domínio cognitivo, afetivo ou motor, tem sido objeto de críticas e discussões entre os profissionais que lidam com os indivíduos assim designados. Obras conhecidas como as de JANNUZZI (1), RIBAS (2), GOFFMAN (3), SOMBRA (4), manifestam-se a respeito desta questão, direcionando o eixo das discussões por

1. A Luta pela educação do deficiente mental no Brasil, p.15.
2. O que são pessoas deficientes, p.12.
3. Estigma; notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, p.20.
4. Educação e integração profissional de pessoas excepcionais; análise da legislação, p.40.

caminhos que tentam mostrar os equívocos e as contradições geradas por termos tais como normal e anormal, comum e incomum, deficiência, incapacidade e excepcional.

Em uma análise mais rigorosa, verificamos que o debate em torno desta questão tem como preocupação fundamental evitar a rotulação do ser humano ou a estigmatização que advém dos desqualificativos deficiente, anormal, incapaz, etc. O fato de alguns profissionais discutirem os significados dos conceitos, à luz do contexto social, não é indicador de secundarização ou superficialidade do problema, mas, pelo contrário, indica que se atribui a atenção necessária aos mecanismos da linguagem que atuam como forma de "violência simbólica". (5)

No "senso comum", por exemplo, os conceitos de "normalidade" e "anormalidade" são frequentemente utilizados, no entanto, poucas pessoas conseguem indicar claramente os limites do que é normal ou anormal, quer numa mesma cultura ou em culturas diferentes.

Nesta mesma linha de raciocínio, as pessoas têm o hábito, também, de confundir o significado do que é normal com o que é comum. Ora, se o comum fosse normal, o incomum seria anormal. Esta forma mecânica de pensar não possibilita às pessoas perceber a diferença imprescindível a ser estabelecida entre o comum e o normal, posto que nem sempre o que é comum numa determinada região do país, o é, por

(5) "...todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força". cf. Pierre BOURDIEU & Jean Claude PASSERON. A Reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino, p.19.

exemplo, em outra. é comum, na região Sudeste, encontrarmos grandes cidades, diferentes universidades, enormes bibliotecas públicas, baixo índice de analfabetismo, altos índices de poluição e criminalidade. Entretanto, é comum, nas regiões Norte e Nordeste, encontrarmos pequenas cidades, poucas universidades, altos índices de analfabetismo, baixos índices de poluição.

Estes exemplos podem dar a idéia da dimensão e das diferenças de significação do termo comum. Se considerarmos mecanicamente o normal como comum, não perceberemos que os altos índices de analfabetismo e de poluição, apesar de serem fatos comuns em determinadas regiões, não podem ser aceitos como normais, isto é, aceitáveis ou dignos do ser humano. Porém, dada a forma como a grande maioria das pessoas trata, utiliza ou atribui significados a estes termos, o comum se torna "normal" e o incomum "anormal". Esta fusão conceitual reduz o como deveria ser (normal) ao como é (comum), impedindo que as pessoas percebam e diferenciem nitidamente os significados diversos destes conceitos. Observamos que como consequência o anormal torna-se comum e o incomum torna-se normal, numa espetacular inversão distorcida não só de significados, mas da própria forma de perceber os fenômenos. A percepção manifesta-se distorcida ou invertida, uma vez que "deixa de captar" a essência do fenômeno detendo-se na forma sincrética descontínua e opaca de sua aparência, que é o que prevalece.

Um outro exemplo da importância de clarificar o significado dos conceitos ocorre com a palavra excepcional.

No estudo realizado por SOMBRA (6), sobre a legislação voltada para o excepcional, quando discute a multiplicidade de conceitos con-

6. Educação e integração profissional de pessoas excepcionais; análise da legislação, p.20.

cernentes à pessoa excepcional na legislação brasileira, destaca tanto a amplitude quanto a imprecisão deste conceito.

Segundo o referido autor, no Parecer nº 1.682/74 desdobram-se as sete categorias de excepcionalidade em onze tipos, a saber:

“... deficientes mentais educáveis, deficientes mentais treináveis, deficientes mentais dependentes, portadores de problemas de conduta, portadores de deficiência múltipla; deficientes da fala, hipocusticos, deficientes da audiocomunicação, visão reduzida (amblíopes), cegos, deficientes físicos não sensoriais ...” (7)

Esta imprecisão conceitual, a cerca do significado do que vem a ser o excepcional, aparece também na Portaria nº 2.261, de 8 de setembro de 1980, do Ministério da Previdência e Assistência Social, quando se refere às atribuições da Legião Brasileira de Assistência, LBA, da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor, FUNABEM, e do Instituto Nacional de Previdência Social, INAMPS. (8)

7. Luzimar A. SOMBRA, op.cit., p.45.

8. “5. Será responsabilidade da LBA a prestação de assistência especializada aos excepcionais: 5.1. Em programas preventivos e terapêuticos, através de um conjunto de medidas específicas de natureza médico-psico-social, objetivando incrementar as capacidades residuais, evitar segregação e promover o ajustamento familiar e social; 6. Será de responsabilidade da FUNABEM na prestação de assistência aos excepcionais: 6.1. No desenvolvimento de programas preventivos e terapêuticos para o menor excepcional, quando se encontrar em situação irregular, assim considerado na Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, em seu artigo 2º; 7. Será de responsabilidade do INAMPS na prestação de assistência aos excepcionais: 7.1. A prestação primária, destacando-se a assistência à gestante de alto risco, o aconselhamento genético de alto risco, o aconselhamento genético e o diagnóstico precoce, com a notificação compulsória da LBA da clientela específica; 7.3. A assistência aos excepcionais portadores de patologia grave, beneficiários ou não da Previdência Social, em instituições qualificadas segundo normas gerais expedidas pela Secretaria de Serviços Médicos do MPAS; 8. é de responsabilidade do INPS o atendimento ao excepcional beneficiário da Previdência Social que, em condições de exercer atividades laborativas, necessita submeter-se a programa de reabilitação profissional..” Ibid., p.40.

Fica evidente a imprecisão do significado do conceito excepcional na medida em que este está sendo utilizado para designar "menor infrator", gestante de alto risco e portador de patologia grave.

No mesmo estudo, elaborado a partir de dados fornecidos pela UNESCO, o autor apresenta um sumário de termos para designar uma pessoa que se afasta do padrão de "normalidade".

"... Inválido, minusválido, deficiente, déficient, handicapé, anormal, handicapped person, disabled person, anusual person, special people, descapacitado, indivíduo de capacidade reduzida, indivíduo de capacidade limitada, incapacitado, impedido ou minorado... O que apresenta anomalia, deficiência, déficit, invalidez, atraso, inadaptacion, transtorno e dificultad, anomalie, déficience, infirmité, arriération, inadaptation, perturbation, trouble, désordre e difficulté, abnormality, atypicality, impairment, retardation, disturbance, maladjustment, e difficult." (9)

Este mesmo fenômeno ocorre, também, com os conceitos deficiência e incapacidade, na medida em que são usados como se expressassem uma relação de causa e efeito.

"Segundo consenso internacionalmente existente, quando, em consequência de algum mal, o ser humano é vítima de um certo impedimento de ordem física, por exemplo, temos a instalação de uma deficiência. Esta deficiência poderá levar ou não a uma incapacidade, ou seja, a uma situação de desvantagem, de inferioridade." (10)

9. Luzimar A. SOMBRA, op.cit, p.42.

10. Otto M. da SILVA, A Epopéia ignorada; a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje, p.373.

O problema da deficiência como causa da incapacidade não pode ser visto de forma tão simples. É preciso explicitar o tipo de incapacidade a que estamos nos referindo. Por exemplo, a perda de dois dedos da mão, para um piloto de avião ou para um motorista de táxi, não será tão incapacitante como para um pianista ou para um digitador de computação. A perda da visão, para um provador de vinhos profissional ou datilógrafo, não será tão incapacitante como para um piloto ou para um motorista.

A tendência que encontramos entre os profissionais que trabalham na área da deficiência, foi a da utilização de uma nomenclatura próxima a da Organização Mundial de Saúde, OMS (11). O documento publicado pela OMS, entretanto, não conseguiu dar conta da desejada uniformidade conceitual, no tocante ao entendimento do que seja impedimento, deficiência e incapacidade. Permanece explícita, no documento, a concepção de causalidade linear e mecânica, isto é, o impedimento leva à deficiência e esta, por sua vez, à incapacidade. Esta forma de tratar a questão, além de não conseguir a diferenciação e/ou uniformização do conceito, coloca a deficiência como resultado de um impedimento somente individual, não levando em conta as implicações sociais da mesma.

"... deficiência, como resultado de um impedimento pode consistir em dificuldades de marcha, visão, fala, audição, escrita, de contar, de levantar-se ou de interessar-se em fazer contato com o meio ambiente ..." (12)

11 .Otto M.da SILVA, op.cit., p.390.

12. Ibid.,p.390.

Como podemos observar, à medida que vamos avançando e especificando a discussão, a questão torna-se mais complexa. Assim, evitando divagações, tentaremos delimitar os conceitos de deficiência e de deficiência física. Posteriormente, explicitaremos nossa forma de entendimento desses conceitos para efeito de elaboração deste estudo.

Iniciamos as colocações com o pensamento de SILVA, que entende

“... como sendo pessoas deficientes todas aquelas que estão abaixo dos padrões estabelecidos pela sociedade como de “normalidade”, por motivos físicos, sensoriais, orgânicos ou mentais, e em consequência dos quais vêem-se impedidos de viver plenamente”. (13)

Numa visão mais técnica e específica, a grande maioria dos autores contemporâneos não se preocupa com a definição de “deficiência” ou “deficiência física”. Eles se empenham mais na discussão de cada forma específica de manifestação das sequelas. Senão vejamos, BOBATH, ao se referir à hemiplegia, não se preocupa com definições, mas com as possíveis causas que levam o indivíduo a tornar-se um hemiplégico. Esta autora destaca:

“... as causas mais comuns da hemiplegia no adulto são as lesões vasculares (hemorragia cerebral, embolismo ou trombose) por tumores ou traumas”... em muitos pacientes com hemiplegia, os distúrbios motores são agravados pela deficiência adicional da sensibilidade. Pacientes com uma grave deficiência da sensibilidade não apresentam o ímpeto para movimentar-se frequentemente, apesar de terem somente uma espasticidade moderada”. (14)

13. Otto M. da SILVA, op.cit., p.381.

14. Berta BOBATH, Hemiplégia no adulto, p.1.

JOHNSTONE, ao tratar desta questão destaca, como fez BATH, apenas as possíveis causas da hemiplegia e coloca que:

"... o quadro clínico depende de que parte do cérebro foi afetada, e somente é possível uma estimativa grosseira, com o cérebro dividido em uma parte frontal ou posterior e o quadro clínico do segundo território pode, às vezes, mimetizar bem de perto o do primeiro".(15)

Como podemos observar, esses autores tratam apenas das questões relativas aos "hemiplégicos", isto é, das relativas a uma forma específica de "deficiência". Parece ficar claro, também, a dificuldade que existe na classificação ou definição desses "deficientes". Nos casos acima citados, os autores procuram em suas obras apenas relatar as causas da "deficiência", as formas de diagnóstico e/ou a terapêutica recomendada, não dando importância às definições. As diferenças ou explicitações apresentadas acerca do que seja um hemiplégico ou paraplégico residem única e exclusivamente nos movimentos que os pacientes lesionados são capazes ou não de realizar.

Com esta mesma preocupação de classificar e diferenciar os indivíduos vítimas de sequelas, num nível mais amplo, ROSADAS (16) mencionou em seu estudo o relatório da Reabilitação Internacional enviado à Junta Executiva do UNICEF(1980), que estabelece os seguintes tipos de deficiências entre as crianças:

Crianças consideradas com grave lesão mental, deficiência ou retardamento;
 Crianças consideradas com defeito de aprendizagem lenta;
 Crianças deficientes de audição;

15. O paciente hemiplégico; princípios de reabilitação, p.5.

16. Educação física especial; fundamentos da avaliação e aplicabilidade de programas sensório motores em deficientes, p.27.

Crianças cegas;
Crianças com visão parcial
Crianças com incapacidade motora;
Crianças com tipos específicos de deficiência de aprendizagem;
Crianças com problemas de conduta desajustada e psicótica;
Crianças com várias combinações das condições citadas;"(17)

Segundo este autor ainda existem,entre os profissionais que trabalham com deficientes, as seguintes variantes de classificação:

- a. deficientes da visão- pouca visão- cegos ;
- b. deficientes da audiocomunicação- pouca audição- surdos;
- c. deficientes mentais- dependentes-treináveis-educáveis;
- d. deficientes físicos- disfuncionados-epiléticos-paralíticos- cerebrais- medulares.

O mesmo problema de definição do que venha a ser um hemiplégico ocorre também com os indivíduos considerados, pela análise clínica, paraplégicos ou quadruplégicos. Os autores como TIDY (18) MEIER (19) e CHUSID (20), quando referem-se a estas anomalias, preocupam-se apenas em determinar os locais do sistema nervoso afetados e suas possíveis consequências.

17. Sidney Carvalho ROSADAS, op.cit,p.27.

18. Masage y ejercicios de recuperación en afecciones médicas y quirúrgicas , p.237.

19. Atividade física para deficientes, p.13.

20. Neuroanatomia corretiva e neuroanatomia funcional, p.367.

Como era de se esperar, existe também na literatura especializada- médica, neurológica e fisioterápica- controvérsia quando se trata de definir ou delimitar o significado de "deficiência" e, principalmente, de "deficiência física". O emprego deste conceito para designar ou nomear os indivíduos portadores de alguma "anomalia corporal", quer por implicações genéticas, físicas ou neurológicas, parece não dar conta da diferenciação existente entre os indivíduos estigmatizados de "deficientes físicos". Geralmente, os tratados de "recuperação motora" ou de "neuroanatomia funcional" diferenciam os "deficientes físicos" pelos movimentos que são capazes ou não de realizar. Estes movimentos são explicados a partir da região cerebral responsável ou de vias aferentes e eferentes envolvidas. A diferenciação se torna cada vez mais difícil, à medida que existem indivíduos que apresentam as chamadas "deficiências múltiplas", ou seja, são portadores de diferentes distúrbios sensoriais e motores que se manifestam simultaneamente. Existem, também, os que apresentam apenas uma "deficiência", como é o caso dos "deficientes visuais e auditivos" ou, ainda, os hemiplégicos e os paraplégicos.

Tendo em vista a complexidade que acarreta, no nosso modo de entender, a definição do que seja "deficiência física", optamos, para efeito deste estudo, por não definir ou classificar rigorosamente o que venham a ser as pessoas qualificadas por este conceito clínico. Apenas a título de identificação dos sujeitos que farão parte deste estudo, optamos por trabalhar, no universo da "deficiência", com os considerados - pela análise clínica - mesmo que de forma reduzida e precária, portadores de sequelas de poliomielite, monoplegia, hemiplegia, paraplegia ou quadriplegia espástica secundária e os amputados, termos estes referidos nas obras dos autores anteriormente citados.

Esta atitude justifica-se, sobretudo, porque temos claro que o conceito é fruto da relação homem / discurso e geralmente apresenta-se eivado de subjetividade, implicando isto em admitir sua validade ou falsidade. Na relação discurso / realidade, nas diferentes concepções dos autores, o conceito de "deficiência física" não consegue dar conta do real e, portanto, sua adequação ao real está comprometida. À guisa de exemplificação, podemos mencionar os cegos e os surdos-mudos que, mesmo possuindo uma "incapacidade" física e sensorial não são considerados clinicamente como "deficientes físicos", mas sim, "deficientes visuais e auditivos, respectivamente.

Deixamos claro que os cegos, os surdos-mudos, os "deficientes mentais" e portadores de Síndrome de Dawn, mesmo os que apresentam conjuntamente alguma "deficiência física" não serão amostrados no presente estudo. A exclusão destas pessoas da parte mais específica do estudo foi motivada, única e exclusivamente, pela necessidade de limitação do número das pessoas cujos depoimentos foram registrados por entrevista. Temos claro, entretanto que, em essência, essas pessoas enquanto "deficientes" são - independentes da classificação acadêmica - nas relações entre os homens, no modo de produção capitalista, discriminados e marginalizados.

Delimitação do Universo Histórico

Uma vez definido nosso objeto de estudo, trataremos a seguir do universo histórico, ou seja, o período compreendido entre 1981 a 1987. Esta delimitação se faz necessária pelas seguintes razões:

a) Primeiro, porque as questões relativas aos "deficientes físicos" são históricas e culturais. À guisa de exemplo: o modo como os "deficientes físicos" se relacionam com os demais homens, nos países considerados desenvolvidos, não pode ser equiparado ao modo como esta relação ocorre nos países periféricos. Enquanto nos primeiros eles têm acesso a suficientes clínicas de reabilitação e apoio para suas necessidades, benefícios advindos do cumprimento legal e social de decisões que os contemplam, além de toda uma história de lutas e conquistas, nos últimos praticamente nada disso ocorre. No Brasil, por exemplo, as clínicas de reabilitação de cunho social existentes e mantidas pelo Estado são raras, de forma tal que, em termos proporcionais e estimativos, daria uma para cada 500.000 deficientes físicos. Além disso, estas clínicas estão localizadas apenas nos grandes centros; no Rio de Janeiro, Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, ABBR; em São Paulo, Associação de Assistência à Criança Defeituosa, AACD; em Brasília, o Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek.

b) Segundo, porque sendo históricas e culturais, as relações entre os homens estão em constantes mudanças e não teria sentido, nem é propósito deste estudo, escrever a história do "deficiente físico" no Brasil e no mundo, porém, situá-lo nesta sociedade hodierna. Para tanto, optamos por um dado período, a partir do ano de 1981, como marco da revisão histórica, não somente por ter sido este o ano dedicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) às pessoas portadoras de "defi-

ciência", ao configurá-lo "Ano Internacional do Deficiente", como também por representar a fase culminante das reivindicações e lutas de diferentes entidades internacionais, iniciadas na década de 70 em favor dos "deficientes". Além disso, consideramos o período - 1981 a 1987 - em razão do declarado pelo Estado brasileiro que diz ter "investido" e traçado nessa época metas políticas de apoio aos "deficientes". (21)

O Deficiente Físico e o Movimento da História.

Não foi propósito deste estudo conceber o "deficiente físico" - que doravante será representado graficamente neste trabalho por (df) - como um sujeito determinado apenas sob a ótica das implicações genéticas, psiquiátricas e neurológicas do seu quadro patológico, e atrelado ao princípio da utilidade. Pelo contrário, procuramos, dentro do possível, concebê-lo numa visão mais ampla, além da objetividade aparente, na busca da explicitação de seus determinantes histórico-culturais, dentro das relações entre os homens e no processo de produção capitalista. Procuramos, na medida do possível, a partir da compreensão dinâmica de como os homens se relacionam para produzirem suas necessidades, explicitar como os "deficientes físicos" se organizam e se relacionam, para tratar socialmente dos problemas relativos aos fenômenos Educação, Trabalho e Lazer, na sociedade de hoje.

21. cf. "Assim, o ano de 1981 constitui-se em excelente oportunidade para analisar e ativar as bases de cuidadosas medidas que merecem e requerem os portadores de deficiências sejam físicas, sensoriais ou mentais, uma vez que a conscientização de seus problemas, por parte de órgãos públicos, privados e de toda a sociedade, evidencia a urgente necessidade de atendê-los de modo digno e sistematizado." BRASIL. MEC. CENESP. Relatório de Atividades da comissão nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, p. 2.

Ao colocarmos a dimensão histórica das relações entre os homens como fio condutor básico das análises deste trabalho e, por conseguinte, das formas de organização e de relação social do (df), significa que todo processo de produção e de relação entre os homens, historicamente, é mediatizado pela apropriação da natureza, tendo em vista ajustá-la às suas necessidades. Se as relações entre os homens se diferenciaram no movimento da história, os problemas encontrados pelos (df) nas sociedades também se diferenciam e estão dinamicamente relacionados ao modo de produção capitalista vigente e dominante. Cabe, porém, encontrar, de um lado, no interior deste modo de produção, seus pólos contraditórios e os mecanismos alienadores e discriminadores das relações sociais e, de outro, os processos "mais avançados" de organização em busca da sua transformação.

Quando colocamos a necessidade de entendimento do "deficiente físico" no âmbito social, bem como de sua forma de interação, organização e luta, nesta sociedade de classes, pode parecer para muitos uma tarefa fácil, se se considerar apenas a concepção comum e corrente de "deficiência física", isto é, pessoa cega, aleijada, incapaz, improdutiva, diferente, fora dos padrões estéticos "normais". Porém, esta se torna uma tarefa extremamente difícil, na medida em que se busca um dimensionamento que ultrapasse os limites, por exemplo, da aparência física e penetre no âmago da questão, isto é, no entendimento da "deficiência física" à luz de uma visão histórico-cultural.

Neste sentido, afirmações como estas: "Todos os homens são deficientes", ou "A deficiência não é somente uma questão física, objetiva, mas abstrata e conceitual", ou ainda, "O deficiente tem que existir para que exista, também, o não-deficiente", exigem significativos

estudos e reflexões acerca do assunto.

Até que ponto a sociedade atual ao confrontar com uma pessoa em uma cadeira de rodas, parcial ou totalmente imóvel, está preocupada em saber como aquele indivíduo encontra forças para continuar vivendo, uma vez que a quase totalidade das "possibilidades sociais" lhe estão sendo negadas ou se tornaram impraticáveis? Como os (df) se relacionam nas diferentes situações -trabalho, educação e lazer- do dia-a-dia? O que mudou na forma de conceber a vida para o indivíduo que se tornou "deficiente físico", vítima de um traumatismo acidental? Os (df) congênitos concebem o mundo de forma diferente dos (df) traumáticos? Não seriam os (df) duplamente discriminados nesta sociedade, enquanto Homens, e enquanto homens "deficientes"?

Indagações como estas poderiam ser feitas em número bem maior e, temos certeza, todas as respostas seriam importantes para os (df) e para a sociedade de maneira geral. Contudo, cientes da impossibilidade de podermos tratar neste estudo, com profundidade, todas estas e outras questões, restringimos, intencionalmente, seu número e procuramos respondê-las de forma articulada e coerente com a realidade em que vivemos e com a matriz teórica norteadora de nossas análises.

Estas primeiras questões colocadas deixam transparecer a importância que existe em tratar dos problemas relativos aos (df), visto que o discurso comum e corrente em nossa sociedade manifesta um sentido de uma igualdade plena entre os homens, tanto em direitos como em deveres. Contudo, se realmente a relação hoje dominante entre os homens buscasse tornar exequível este discurso, não haveria necessidade do símbolo "deficiente físico" que, ao existir, estabelece distinção em relação ao não-deficiente físico. Nessas considerações perguntamos: se

no processo capitalista de produção todo homem é mercadoria em potencial, com o valor-de-troca explicitado na relação força de trabalho x produção, como se enquadra o (df) nesta relação? Pode ser ele considerado uma mercadoria em potencial? Ou apenas uma "coisa" sem valor-de-troca? Esta questão emerge porque dentre os (df) existem os que conseguiram ter acesso ao mercado de trabalho e os que não conseguiram, representando os últimos o maior contingente. Os primeiros, pelo fato de venderem sua força de trabalho, podem ser considerados como adaptados ao meio social? Qual seriam as formas de discriminação sofridas por estes indivíduos "integrados" no modo de produção capitalista?

Se, atualmente, no modo de produção capitalista, a grande diferença existente entre o (df) e o não(df), no caso do trabalho, repousa na capacidade produtiva e participativa deste processo, ser produtivo deve ser uma meta a atingir ou a negar, tendo em vista a concepção de trabalho dominante?

Neste sentido, procuramos ao longo dos capítulos subsequentes, encaminhar as discussões buscando encontrar respostas a estes questionamentos iniciais. Basicamente, convergimos nossos esforços na tentativa de denunciar, explicitando, de forma a mais clara possível, como a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina os deficientes físicos, nas relações sociais do trabalho, educação e lazer.

Os Caminhos da Investigação.

De acordo com nossa decisão, anteriormente explicitada neste estudo, os "deficientes físicos" brasileiros, representam o nosso ponto de partida e o nosso ponto de chegada nesta pesquisa.

Mesmo que pareça restrito enfocar somente os problemas dos "deficientes físicos", isto não impossibilitou ilações mais gerais, tendo em vista a natureza comum dos problemas destas pessoas com os demais membros da sociedade.

Como já foi explicitado anteriormente, nossa prática pedagógica, junto aos (df), no início desta década, na Universidade Federal de Uberlândia, bem como o conhecimento do crescente interesse nacional dos profissionais de Educação Física em trabalhar com estas pessoas, foram alguns dos móveis desta pesquisa.

Nesta situação concreta percebemos que a maioria dos trabalhos junto aos (df) está nascendo e se desenvolvendo sem grandes preocupações com as vertentes filosóficas e epistemológicas, sob as quais estes se apoiam. Parece uma espécie de ativismo filantrópico, em que os (df), por serem tratados a-historicamente, recebem um atendimento e retornam de onde vieram com poucos benefícios conseguidos. A grande maioria destes professores de Educação Física não está preocupada com as relações sociais destes (df), anteriores e posteriores ao trabalho, contentando-se apenas com o ato assistencial e mecânico que realiza.

Diante deste fato, sentimos a necessidade de apreender os elementos constitutivos da realidade social capazes de elucidar, de forma clara, objetiva e rigorosa, os fatos históricos, que envolvem o Estado brasileiro, o modo de produção capitalista e os "deficientes físicos".

Para tanto, dividimos a elaboração do estudo em diferentes fases, a saber:

Fase 1.

Pesquisa e análise criteriosa das diferentes obras literárias - livros, revistas, documentos e jornais - produzidos pelo Esta-

do e entidades de deficientes e para deficientes, para nos inteirarmos da realidade nacional, no que diz respeito a número de deficientes; tipos de deficiências; número de associações existentes; número de clínicas de reabilitação públicas e privadas; propostas políticas governamentais e das associações de deficientes .

Fase 2

Uma vez de posse da vasta documentação e listagem bibliográfica, obtidas, principalmente, por intermédio de órgãos públicos especialmente criados para tratar das questões relativas aos (df), como a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE; Secretaria de Educação Especial, SESP, e da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, ONEDEF, iniciamos o processo de seleção do universo e da amostragem do estudo.

Fase 3

Escolhemos, então, quatro regiões do Brasil para fazer parte do estudo: Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

As razões da escolha prendem-se ao fato de serem estas, atualmente, as regiões onde o movimento de "deficientes físicos" é mais organizado e atuante. Além disso, constatamos também que para os propósitos deste estudo, seria indiferente a escolha intencional ou aleatória de cada estado, tendo em vista a uniformidade de atuação dos movimentos dos (df) nestas regiões. Por isto, através de sorteio, escolhemos um estado de cada região. Foram eles: Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e Goiás. Uma vez selecionados os estados, o passo seguinte foi obter, junto a ONEDEF, com sede na época, 1986, em Recife-PE, os nomes e respectivos endereços de todas as associações de (df) filiadas nos estados escolhidos.

Através de correspondência enviada a todas essas associações apresentamos os objetivos do estudo e solicitamos ajuda, no sentido de que nos enviassem jornais, documentos, revistas, textos ou quaisquer outras espécies de documentos. Além disso, solicitamos, também, a participação de membros das associações nas entrevistas que seriam realizadas, em data previamente combinada.

De cerca de 40 correspondências enviadas, recebemos respostas apenas de 4 entidades: Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, AFLODEF, SC; Organização Nacional de Deficientes Físicos, ONEDEF, (PE) ; Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás, ADEFEGO, (GO) e Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes, MDPD, (SP). Novos contatos foram mantidos com estas quatro entidades, as quais se prontificaram em participar e colaborar com o estudo. Durante mais de seis meses, recebemos substancial volume de jornais, documentos e sugestões de novos contatos em nível nacional.

Além disso, tendo em vista a intenção de confronto dos vários discursos com o discurso do Estado e com as suas realizações efetivas, no seio da sociedade, lançamos mão de entrevistas realizadas junto às principais lideranças nacionais dos "deficientes físicos".

No caso das entrevistas é preciso levar em consideração que, na maioria das vezes, a fala de um (df) presidente de associação ou líder comunitário reproduz, com relativa fidelidade, o modo de pensar, sentir e agir da grande maioria do grupo social por ele representado.

Sendo assim, a consideração dos discursos dos (df) objetivou abrir espaço para as suas expressões e, conseqüentemente, para a expressão de grupos, mas, primordialmente, para, a partir da fala dos (df), identificarmos num plano mais amplo -ideológico- o comum e o divergente entre seus discursos e o do Estado; num plano mais específi-

co, para verificarmos até que ponto as propostas governamentais para a Educação, Trabalho e Lazer são de fato implementadas, a partir da avaliação feita pelos (df).

Após a definição prévia da data das entrevistas, iniciamos a coleta das informações em dezembro de 87 e terminamos em maio de 88.

Estes e outros fatos conduziram os trabalhos de entrevistas por dois caminhos, a saber:

a) Iniciamos as entrevistas em Recife, junto à diretoria da ONEDEF, o mesmo acontecendo com a AFLODEF e o MDPD de São Paulo, onde, de modo informal, eram colocadas questões ao grupo presente e, à medida que cada membro se posicionava, novas questões surgiam. Assim foi o procedimento, ou seja, não levamos perguntas prontas, mas sim grandes temas que queríamos explorar. Tivemos o cuidado de sempre conduzir as discussões para o esclarecimento dos objetivos do estudo.

b) O segundo caminho foi o da entrevista individualizada, na qual o presidente da associação, fora do grupo, dialogava conosco a respeito dos grandes temas previamente escolhidos. Assim foi com o presidente da ADEFEGO e com o coordenador de Programa de Cultura e Cidadania do Ministério da Cultura. A inclusão deste coordenador no conjunto das pessoas entrevistadas explica-se, não somente pelo fato deste cidadão ocupar um cargo de destaque em nível federal, mas, sobretudo, por ele ser considerado uma das lideranças nacionais entre os (df).

É importante destacar que todas as pessoas entrevistadas são portadoras de alguma seqüela motora adquirida ou congênita. Portanto, conseguimos transcrever alguns depoimentos que somam um total de 13 pessoas entrevistadas.

Este material, organizado por temas- Trabalho, Educação e Lazer - apresenta-se ao longo deste estudo.

Os Caminhos da Exposição.

Os capítulos que se seguem obedecem a um padrão no qual procuramos apresentar a visão institucional, a visão dos (df) e, em seguida, um confronto analítico e crítico dos discursos.

Optamos por esta forma de exposição por considerá-la didática e próxima do método que escolhemos para este estudo. Ao iniciarmos a exposição pelo discurso institucional- leis, documentos e publicações diversas, emanadas do Estado- criamos condições de conhecer o discurso do mesmo. Em seguida, descrevemos a fala dos (df) a respeito do assunto tratado no capítulo. Posteriormente, confrontamos os dois discursos, contextualizando-os historicamente, na busca de suas contradições. Esta é a estrutura de nossa exposição.

CAPÍTULO I

A "DEFICIENTE" HISTÓRIA DOS "DEFICIENTES"

Os problemas sociais que envolvem "deficientes" acompanham os homens desde os tempos mais remotos da civilização. Apesar disto, muito pouco ou quase nada foi escrito pelos historiadores sobre os (df).

No Brasil, também, é claro, poucas são as obras que tratam do assunto, destacando-se o trabalho de SILVA (1), recentemente publicado, que aborda o tema com autoridade e competência.

Este trabalho contém dados históricos extremamente ilustrativos de como os homens se relacionavam com os (df) desde a idade da pedra lascada, passando pelas culturas antigas (egípcia, hebraica, grega e romana), pela idade média, renascimento, até o século XX. Mais especificamente, no caso da história do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais.

SILVA deixa claro, em sua obra, a evolução, nas diferentes culturas, da forma de tratamento atribuído a "pessoa portadora de deficiência". Por exemplo, na antiguidade pode-se observar basicamente dois tipos de atitudes para com as pessoas doentes, idosas ou portadoras de deficiência: uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação e uma outra de eliminação, menosprezo ou destruição. (2)

1. A epopéia ignorada, 465 p.

2. Ibid., p.39.

Nas culturas primitivas que sobreviviam basicamente da caça e da pesca, os idosos, doentes e portadores de deficiência eram geralmente abandonados, por um considerável número de tribos, em ambientes agrestes e perigosos, e a morte se dava por inanição ou por ataque de animais ferozes. O estilo de vida nômade não somente dificultava a aceitação e a manutenção destas pessoas, consideradas dependentes, como também colocava em risco todo o grupo, face aos perigos da época. É interessante ressaltar que a atitude de abandono e morte dos idosos, doentes e (df), não era comum a todos os povos, senão vejamos:

De acordo com SILVA, autor mencionado anteriormente, existia nas florestas situadas entre o sul do Sudão e Congo, uma tribo muito primitiva denominada Azande. Os componentes desta tribo, apesar de acreditarem em feitiçaria, não chegaram a relacionar defeitos físicos com intervenções sobrenaturais. As crianças anormais nunca foram abandonadas ou mortas. Para eles, dedos adicionais nas mãos ou pés eram bastante comuns e se orgulhavam de os possuir.

Uma outra tribo mencionada pelo autor é a dos Xangga, que vivia ao norte da Tanzânia, leste da África. Vivendo em estado primitivo, estes povos também não prejudicavam ou matavam as crianças ou adultos com deficiência. Acreditavam que os maus espíritos habitavam essas pessoas e nelas arquitetavam e se deliciavam, para tornar possível a todos os demais membros a normalidade.

Esta proteção aos velhos e deficientes não ocorria em outras tribos como a dos Esquimós, entre os séculos XVII e XVIII nos territórios canadenses de hoje, ou como a dos índios Ajores que viviam nas regiões pantanosas entre os rios Otunques e Paraguai, na Bolívia. Os primeiros deixavam os velhos e deficientes por suas próprias orientações em locais propícios e próximos dos pontos onde todos sabiam ser a

área de convergência contínua e de aparecimento dos ursos brancos, para serem por eles devorados. Os ursos brancos eram considerados animais sagrados e de grande utilidade para a tribo e, por isto, deviam manter-se bem alimentados. Assim, sua pele mantinha-se, também, em ótimo estado para, quando mortos, bem agasalharem a população.

Os segundos, por sua vez, devido ao nomadismo da tribo, eliminavam os recém-nascidos com deficiências, ou mesmo aqueles indivíduos não desejados. Quanto aos velhos ou aos que devido às circunstâncias ficaram deficientes, eram enterrados vivos, por solicitações próprias ou mesmo contra suas vontades. Consideravam alguns esse tipo de morte altamente desejável, pois a terra os protegeria contra tudo e contra todos. (3)

A concepção de que a deficiência é um sinal de desarmonia ou obra dos maus espíritos, acompanhou o homem pelas diferentes épocas da história. Entre os Hebreus, por exemplo, toda doença crônica ou deficiência física, ou qualquer deformação corporal simbolizava impureza ou pecado. Esta relação com o "impuro" era tão forte a ponto de Moisés em seu livro "Levítico" (conjunto de normas e orientações para sacerdotes), dizer:

"... o homem de qualquer família de tua linhagem que tiver deformidade corporal, não oferecerá pães ao seu Deus, nem se aproximará de seu Ministério; se for cego, se coxo, se tiver nariz pequeno ou grande, ou torcido; se tiver pé quebrado ou a mão; se for corcunda.." (4)

Relata a história que Moisés tinha um grave problema de comunicação. Foi necessário seu Irmão Aarão acompanhá-lo em todas as suas horas, tanto para convencer os líderes hebreus, quanto para falar ao faraó nas horas aprazadas.

3. Otto Marques da SILVA, op.cit., p.43.

4. Ibid., p.74.

Um outro exemplo do significado estigmatizante e de desarmonia que tem acompanhado historicamente a visão da deficiência está presente no Código de Hamurabi, existente no Museu de Lovre, em Paris. Trata-se de uma pequena coluna de 2,25 m de altura, de cor negra, em forma de cone e toda escrita em caracteres cuneiformes. Essa obra está dividida em 46 pequenas colunas em toda a sua volta, com 3600 linhas escritas. É a coleção mais antiga de leis que se conhece; bem mais antiga que o Decálogo de Moisés e que as normas por ele traçadas no Levítico. Veremos alguns pontos deste código de leis que indicam, como punição, as amputações:

"De hoje em diante.... se alguém apagar a marca de ferro em brasa de um escravo, terá seus dedos cortados. Se um médico operar um patrício com faca de bronze e causou-lhe a morte, ou abriu-lhe a órbita do olho e causou-lhe a destruição, terá sua mão cortada. Se um escravo disser ao seu dono: Tu não és meu senhor, seu senhor provará que o é e cortará sua orelha. se um homem bater em seu pai, terá as mãos cortadas [...] um olho por um olho, um dente por um dente. Trata-se de justiça sem piedade. Se um homem tira um olho de um patrício, também seu olho será tirado; se ele quebrou o osso de um patrício, seu braço será quebrado. As classes inferiores da sociedade também merecem compensações. Se ele tirou o olho ou quebrou o osso de um plebeu, ele deverá pagar uma miná de prata; se foi de um escravo, pagará metade do preço.." (5)

Esta prática da amputação como mecanismo de punição e estigmatização era muito comum entre os povos antigos, conseguindo sobreviver até os dias de hoje em determinadas civilizações. Estes sinais- amputações- objetivavam informar a todos que o portador era escravo, criminoso ou traidor.

5. Otto Marques da SILVA, op.cit., p.78.

A este respeito GOFFAMAM distingue três tipos de estigmas nitidamente diferentes, utilizados pelo homem e ainda presentes na sociedade. Segundo este autor :

"Em primeiro lugar, há as abominações do corpo, as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família". (6)

Em todos estes exemplos de estigmas, podemos perceber a necessidade última que os povos tinham e têm de diferenciar e associar a maldade ao corpo disforme ou mutilado.

Por toda Idade Média, os indivíduos que apresentavam qualquer "deformação física" tinham poucas chances de sobrevivência, tendo em vista a concepção dominante de que essas pessoas possuíam poderes especiais, oriundos dos demônios, bruxas e/ou duendes malignos.

Na Idade Média, por falta de conhecimentos mais profundos a respeito das doenças e suas causas, pela falta de educação generalizada e o receio do desconhecido e do sobrenatural, ocorria uma verdadeira necessidade, no seio do povo e mesmo das classes mais abastadas, de dar aos males deformantes uma conotação diferente e misteriosa, muito mais diabólica e vexatória do que qualquer outro sentido positivo. (7)

6. Estigma; notas sobre a manipulação de identidade deteriorada, p.14.
7. Otto Marques da SILVA, op.cit., p.216.

A ligação do demoníaco, do satânico à deformidade física, durante esta época, pode ser facilmente percebida, bastando olhar os quadros pintados para que se tenha respostas as mais claras possível.

Nesses quadros, tanto os espíritos malignos da hierarquia imaginária de satã, quanto os seres lendários e de comportamento malévolos e desumano são invariavelmente representados por seres com rostos monstruosos, os pés deformados, as cabeças enormes ou muito pequenas, as orelhas desproporcionais, o nariz aquilino muito comprido, corcundas, membros retorcidos e, apesar dos esforços eventuais dos grupos religiosos ou mesmo da própria doutrina cristã, o povo em geral acreditava que um corpo deformado somente poderia abrigar uma mente também deformada. (8)

Somente com o advento do Renascimento a situação social das pessoas portadoras de deficiência conseguiu caminhar rumo à superação desta fase da história do homem.

É importante destacar que o período renascentista, que vai aproximadamente desde o fim do século XIV até o fim do século XVI, e que se difundiu da Itália para os outros países da Europa, significou o grande marco no campo dos direitos e deveres dos deficientes.

A fundamental característica humanista deste período que buscava o reconhecimento do valor do homem e da humanidade, associada ao naturalismo, com o renovado interesse pela pesquisa direta na natureza, trouxeram grandes avanços no campo da reabilitação física, pois a partir daí estudos e experiências, nesta área do conhecimento, começaram a ser realizados com relativos êxitos.

8. Otto Marques da SILVA, op.cit., p.218.

BAUER, por exemplo, que viveu entre 1443 e 1485, faz menção em seu estudo denominado "De Inventione Dialéctica" a um surdo-mudo que se comunicava por escrito. Este fato possibilitou a Jerônimo Cardan (1501 a 1576), médico, matemático, astrólogo e, segundo alguns contemporâneos, jogador e artiloso egomaniaco de origem italiana, questionar o princípio defendido por Aristóteles de que "o pensamento é impossível sem a palavra". (9)

Nesta mesma época, o médico francês JOUBERT (1529 a 1582) inseriu todo um capítulo sobre o ensino de surdos-mudos em sua obra "Erros Populares relativos à Medicina e ao Regime de Saúde". Defendia o seguinte princípio de Aristóteles: "O homem é um animal social com habilidade para se comunicar com os outros homens". (10)

Inegavelmente, apesar da situação marginal dos (df) neste período não ter sido alterada significativamente, modificações ocorreram nas relações entre os homens considerados "normais" e os "deficientes". Por exemplo, na Inglaterra, foi criada a "Lei dos Pobres", pelo Rei Henrique VIII. Essa Lei obrigava todos os súditos a recolherem a chamada "taxa da caridade" que tinha a função de auxiliar os pobres, velhos e "deficientes". Na França foi fundado (1554) o "Grand Bureau des Pauvres". Este bureau era composto por burgueses importantes e as contribuições recolhidas eram destinadas à manutenção dos hospitais da Trindade e das "Petites Maisons" que atendiam doentes pobres, paralíticos, amputados, cegos e portadores de outras deformações.

Um outro fator que deve ser considerado, como indicador da melhoria nas relações com os (df), se refere ao fato de grandes persona-

9. Otto Marques da SILVA, op.cit., p.227.

10. Ibid., p.228.

lidades, em cada época, serem portadoras de alguma anomalia congênita ou adquirida.

Dentre as personalidades famosas em cada época, destacamos:

a. Luis de Camões, cavaleiro-fidalgo português, que perdeu um de seus olhos em luta contra os marroquinos. É considerado um dos maiores poetas portugueses.

b. Galileo Galilei, matemático, astrônomo, inventor do telescópio. Revolucionou o mundo com a teoria heliocêntrica. Ficou cego nos últimos quatro anos de sua vida, e, mesmo assim continuou estudando e pesquisando.

c. Johannes Kepler, astrônomo alemão, desenvolveu importantes estudos sobre o movimento dos planetas. Kepler tinha uma séria deficiência visual causada por sarampo aos quatro anos de idade.

d. Ludwig Van Beethoven, considerado um dos maiores gênios da música erudita. Perdeu totalmente sua audição nos últimos anos de sua vida. Mesmo assim, conseguiu compor suas obras mais famosas, "Apassionata, Sonata ao Luar e Sinfonias nº 3 até 6.

e. Antonio Francisco Lisboa, "O Aleijadinho", considerado um dos maiores escultores brasileiros. Vítima de uma Tromboangite obliterante, caracterizada por ulcerações nas mãos, mesmo aos setenta anos de idade esculpiu os 12 profetas no adro da Igreja de Matozinho. Seu trabalho era realizado tendo as ferramentas amarradas em suas mãos, uma vez que seus dedos perdidos ou imobilizados não conseguiam mais segurá-las.

Como já afirmamos anteriormente, apesar das evidentes demonstrações de capacidade e habilidades dos vários "deficientes" ilustres, através da história, a situação dessas pessoas, principalmente as pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, continuou a mesma, isto

é, eram marginalizadas e discriminadas. A grande maioria das instituições e organizações de reabilitação criadas para atender os pobres, velhos e paráliticos, pautavam seu trabalho numa filosofia assistencialista, filantrópica e segregacionista. Cabe ressaltar, contudo, que apesar disto, os "deficientes" já não eram vistos mais como seres inúteis ou imprestáveis. Pelo contrário, as tentativas de recuperação e aproveitamento das habilidades e capacidades dessas pessoas para o mercado de trabalho se tornou uma tendência irreversível.

Notas Históricas sobre os Deficientes no Brasil

A história dos (df) no Brasil, nos períodos colonial e imperial, apresenta algumas peculiaridades interessantes que a difere um pouco das histórias mencionadas anteriormente. Contam os historiadores SOUTHEY (11), SANTOS FILHO (12) e SILVA (13) que era raríssimo se encontrar aleijados, cegos, surdos-mudos, coxos entre os indígenas brasileiros nos primórdios da colonização. SILVA, cita DE LÉRY, que reforça esta visão ao referir-se aos índios:

"... não são maiores nem mais gordos que os europeus; são, porém, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito poucos coxos, disformes, aleijados ou doentios". (14)

Os dados históricos consultados indicam que as poucas anomalias físicas que alguns índios portavam eram fruto de guerras ou acidentes na selva. A deficiência física de origem congênita ou como consequência de doenças incapacitantes não foi notada. Os historiadores acreditam que nos casos congênitos as crianças eram sacrificadas pelos pais logo após o nascimento.

As doenças mais comuns na época, tais como "cegueira noturna", raquitismo, beribéri e outras, resultantes da carência alimentar, eram as grandes responsáveis pelas anomalias da época, na grande maioria da população branca. É necessário ressaltar, também, que o significativo contingente de escravos inválidos, encontrados nesta época,

-
11. História geral da medicina brasileira, p.11 apud Robert, SOUTHEY. História do Brasil.
 12. História geral da medicina brasileira, p.12.
 13. Otto Marques da SILVA, op.cit., 465 p.
 14. A epopéia ignorada; a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje, p.276. apud Jean DE LÉRY. Viagem a terra Brasil.

eram vítimas dos maus tratos, castigos físicos ou de acidentes no trabalho dos engenhos ou lavouras de cana.

No campo da assistência ou reabilitação das pessoas "deficientes", até por volta de 1850, não encontramos nenhuma obra ou ação do Estado que merecesse destaque. Somente em 1854 foi que D Pedro II ordenou a construção de três organizações destinadas ao amparo destes indivíduos. São elas: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos; Instituto dos Surdos-Mudos (1887) e o Asilo dos Inválidos da Pátria, destinado aos ex-combatentes mutilados nas guerras em defesa da pátria.

Não podemos deixar de ressaltar a afirmação do médico historiador SANTOS FILHO, que afirma textualmente que

"... ao estudar o passado brasileiro no campo especializado da Medicina, assente-se, de início, que nos quatro primeiros séculos não houve propriamente "Medicina Brasileira", dado que as condições culturais e econômicas vigentes no país no tempo relativamente exíguo de sua existência, a partir de 1500, não ensejaram a formação de uma ciência nacional, própria ." (15)

Por esta e outras afirmações de conceituados historiadores é que, seguramente, podemos inferir o quanto os (df) e a população de maneira geral, até por volta do século XVIII, era carente de cuidados médicos e de reabilitação. Segundo ainda SANTOS FILHO, a história da Medicina no Brasil pode ser dividida em três grandes fases:

"... a medicina dos físicos e cirurgiões, curiosos e feiticeiros; b. medicina pré-científica (1808).c. Medicina científica ..." (16),

tendo como marco histórico os trabalhos de Osvaldo Cruz, Adolfo Lutz, Carlos Chagas, Vital Brasil, Pirajá da Silva e outros.

15. Licurgo de Castro SANTOS FILHO, op.cit., p.3.

16. Ibid., p. 5.

Parece claro que tanto a Medicina como a reabilitação física no Brasil praticamente não existiram nos quatro primeiros séculos de nossa história.

Século XX e a Deficiência na Sociedade Brasileira .

Avançando um pouco mais na história, isto é, tendo como base o início do século XX até os dias atuais, percebemos claramente que a situação geral da "deficiência" no Brasil não sofreu significativas alterações, principalmente se levarmos em conta a situação social da grande maioria da população brasileira, no tocante às assistências médico-hospitalar, odontológica, educacional, habitacional e outras.

Ainda hoje, não dispomos sequer de dados estatísticos confiáveis que consigam quantificar e identificar o número e os tipos de "deficientes" existentes no país.

Toda leitura da realidade, nestes termos, realizada pelo Estado ou entidades que tratam e trabalham com esta população, baseia-se em dados estimativos fornecidos pela ONU, entidade esta que também se baseia em estimativas.

Segundo o ponto de vista da ONU, em países como o Brasil, "terceiro mundo", cerca de 10% da população apresenta alguma forma de deficiência . Devido à falta de dados mais precisos, a maioria dos documentos produzidos pelo Estado tem utilizado este índice de 10% como base para a elaboração de suas políticas neste setor.

Neste sentido, e utilizando este mesmo mecanismo de quantificação "estimativo", poderíamos afirmar que cerca de mais de 13 milhões de brasileiros apresentam algum tipo de deficiência.

De acordo com documento(17) divulgado pelo Estado brasileiro, é a seguinte a distribuição deste percentual nas diferentes formas de "deficiências":

17. BRASIL.MEC.CENESP. Plano nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficientes, p.12. 1986.

"Deficiência Mental - 6 milhões e 500 mil.	5%
Deficiência Física - 2 milhões e 600 mil	2%
Deficiência Auditiva- 1 milhão e 950 mil	1,5%
Deficiência Múltipla- 1 milhão e 300 mil	1%
Deficiência Visual - 600 mil	0,5%"

É preciso mencionar que o caos generalizado em que se encontram os (df) no Brasil, em termos de prevenção, assistência médica e reabilitação é reconhecido textual e publicamente pela quase totalidade dos documentos divulgados por Secretarias Especiais, Comitês, Comissões e outros organismos especificamente criados pelo Estado para tratar das questões relativas aos "deficientes".

À guisa de exemplificação, em 1981, a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes denunciou, mesmo que de forma sutil, alguns dos "principais problemas" vividos pelos "deficientes", pois ao referir-se ao percentual de 10% estimativo da população portadora de alguma deficiência, afirmou:

" Os dados alarmantes constantes do quadro acima conduzem a uma reflexão sobre a situação dos países em desenvolvimento, onde vivem milhões de pessoas que apresentam deficiências congênitas ou adquiridas, muitas das quais poderiam ser evitadas ou reduzidas mediante adoção de medidas simplificadas de prevenção e reabilitação, que estariam dentro das possibilidades das próprias comunidades, desde que estas estivessem devidamente informadas e capacitadas a fazê-lo... no Brasil, há a necessidade ainda, de uma tomada de consciência da realidade sócio-econômica que envolve o problema e de uma reformulação de conceitos e de metodologias, superando-se a idéia de que a reabilitação só é possível com equipes numerosas, equipamentos sofisticados e instalações físicas dispendiosas..." (18)

18. BRASIL.MEC.CENESP.Relatório de atividades da comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes, p.5, 1981.

Em 20 de dezembro de 1971, a "Assembleia Geral das Nações Unidas" proclamou "Os direitos das pessoas mentalmente retardadas" e concitou as nações a protegerem esses direitos. Em sua resolução 3447, de 9 de dezembro de 1975, trigésimo período de sessão, a ONU proclamou a "Declaração dos Direitos do Deficiente", conclamando uma ação nos planos nacional e internacional a fim de que esta declaração ficasse sendo uma base e uma referência comum para a proteção destes direitos.

Destacamos deste ato político a exposição de motivos da Declaração dos Direitos do Deficiente:

" Assembleia Geral:

Consciente do compromisso assumido pelos Estados-membros, em virtude da Carta das Nações Unidas, de agirem em conjunto ou separadamente em cooperação com a Organização, para promover a melhoria dos níveis de vida, pleno emprego de progresso e desenvolvimento na ordem econômica e social;

Reafirmando sua fé nos direitos do homem, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz e dignidade, de importância da pessoa humana e de justiça social proclamados na carta;

Lembrando os princípios da Declaração Universal dos Direitos humanos, os pactos internacionais relativos aos direitos do homem, a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, e ainda as normas de progresso social já anunciadas nos atos constitutivos, nas convenções, nas recomendações e nas resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, da Organização Mundial de Saúde, do Fundo das Nações Unidas para a criança e outras organizações interessadas;

Lembrando também a resolução 1921 (LVIII) do Conselho Econômico e Social, de 6 de maio de 1975, sob prevenção da invalidez e reabilitação dos deficientes..." (19)

Merece destaque também, como indicativo, a "Declaração Universal dos Direitos do Homem" que assegura, dentre outros, o direito de não ser discriminado, o direito à instrução, o direito de trabalhar e o direito à segurança social.

Como já ficou evidenciado, a ONU esteve atenta aos problemas sociais da humanidade e, sobretudo, da minoria, como é o caso dos "deficientes".

Esta declaração dos "direitos dos deficientes" significou um grande marco na história de lutas destas pessoas, na medida em que obrigou os países membros da ONU, mesmo que de forma precária, traçarem políticas de apoio a elas.

É digno de registro, ainda, o conhecimento que o Estado brasileiro sempre possuiu acerca da situação dos "deficientes" e, mesmo assim, muito pouco ou quase nada realizou em termos concretos, antes da criação do Centro Nacional de Educação Especial, Cenesp, em 1974.

Acreditamos que a igualdade perante a lei, garantida a todos os brasileiros pelas constituições até 1969, não é indicativo que permita afirmar que o Estado brasileiro tenha se preocupado efetivamente com as questões dos "deficientes", antes do início da década de 80.

A posição dos organismos nacionais e internacionais a respeito dos "deficientes", como ficou evidenciada, antecede, em muito, o período que escolhemos para estudar. Este, contudo, não é o caso brasileiro. O que encontramos na legislação federal foram apenas alguns decretos, artigos ou parágrafos dirigidos às questões dos "deficientes" e/ou (df) e que tratam os problemas de forma superficial e esporádica. Por exemplo, a Portaria Ministerial nº 13, de 1º de fevereiro de 1938, combinada com o Decreto 21.241/38, Art. 27 letra b, item 10,

"...estabelece a proibição da matrícula em estabelecimento de ensino secundário, de alunos cujo estado patológico os impeça permanentemente das aulas de Educação Física". (20)

Esta norma Ministerial excluía sumariamente os (df) não somente das aulas de Educação Física, como também da escola. Esta discriminação, tendo por base a "perfeição do corpo" ou a eugenia da raça, parece ter sido fruto da doutrina militar e higienista dominante na década de 30, com repercursão em toda a sociedade.

Esta doutrina higienista dominante no governo Vargas pretendia, através da Educação Física, resolver os problemas de saúde pública dos brasileiros que viviam entregues a endemias e epidemias variadas. Acreditavam com isto fazer uma espécie de "assepcia social", via prática desportiva. Para tanto, o conceito de "aptidão física" deveria aproximar-se ao máximo ao de raça pura, saudável, bela e preparada para o trabalho e luta em prol da pátria amada. Não podemos deixar de mencionar que, neste mesmo período, Hitler e Mussolini governavam a Alemanha e a Itália, respectivamente, com idéias mais radicais ainda a

20. Mario Ribeiro A. CANTARINO FILHO, A educação física no estado no
vo; história e doutrina, p.145.

respeito da perfeição e purificação da raça.

Nesta época, segundo ALVES (21), a economia brasileira saía da agroexportação e passava para urbano-industrial. Esta mudança exigia dos brasileiros novas habilidades, conhecimentos e, sobretudo, um "novo corpo". O sistema econômico, agora de base industrial, precisava de homens e mulheres fortes e ágeis, preparados para suportar horas e horas de trabalho nas fábricas em ascensão. Sem dúvida alguma, este esteriótipo de homem com "corpo perfeito" está intimamente ligado ao modelo de homem e do corpo pretendido pelo sistema econômico emergente. Um fato é notório e concreto: a Educação Física, como a escola de maneira geral, contribuiu de forma decisiva para a difusão deste ideário.

A legislação brasileira e a deficiência

Tendo em vista as "imperfeições" legais, e preocupados em conhecer as realizações do Estado brasileiro, em termos da legislação, nos períodos anteriores ao delimitado neste estudo, procuramos os principais decretos e leis produzidos e voltados para os "deficientes". Para tanto, buscamos, junto ao Serviço de Controle de Informações do Senado Federal, dados a este respeito, relativos ao período compreendido entre 1944 e 1987. Percebemos que o Estado brasileiro, através dos poderes Legislativo e Executivo, conseguiu a aprovação de algumas leis e decretos-leis voltados para os (df). Destacamos, para efeito de ilustração, os seguintes:

- a. Decreto-Lei 4.818, de 8 de outubro de 1942, que estabelece a "prorrogação, prazo, vigência, crédito especial para auxílio de pessoa deficiente".

21. Estado e oposição no Brasil, p.170.

- b. Decreto nº 044236 de 01 de agosto de 1958. "institui a campanha nacional de educação e reabilitação dos deficientes visuais".
- c. Decreto nº 048252/1960 e Decreto nº 072424/73 determinam a "criação da campanha nacional de reabilitação do deficiente físico."
- d. Lei 004613, de 02 de abril de 1965: "isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiros, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns".
- e. Decreto nº 057654, de 20 de janeiro de 1966, Art. 109 "são isentos do serviço militar:
- 1) por incapacidade física ou mental definitiva, em qualquer tempo os que forem julgados inaptos em seleção ou inspeção de saúde e considerados irrecuperáveis para o serviço. Serão considerados irrecuperáveis para o serviço militar os portadores de lesões, doenças ou defeitos físicos, que tornem incompatíveis para o serviço militar nas forças armadas e que só possam ser sanados ou removidos com o desenvolvimento da ciência".
- f. Decreto-Lei nº 001044, de 21 de outubro de 1969- "Dispõe sobre o tratamento excepcional para alunos portadores das afecções que indica, tratamento especial ensino, aluno doente, pessoa deficiente."
- Ainda em 1969, o parágrafo 1º do Artigo 153 da "Constituição Brasileira", estabeleceu que: " Todos são iguais perante a Lei, sem discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas"
- g. Resolução nº 000492, de 21 de março de 1975- "dispõe sobre a concessão de carteira nacional de habilitação aos portadores de deficiência auditiva".
- h. Emenda Constitucional nº 000012, de 10 de outubro de 1978- Altera a Constituição Federal Art. único." é assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:
- I- Educação Especial gratuita
 - II- Assistência, Reabilitação e Reinserção na vida econômica e social do país;
 - III- Proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
 - IV- Possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos;"
- i. Decreto nº 084919, de 16 de Julho de 1980, que "institui a comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes".

A partir da criação da Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes ,AIPD, o Estado brasileiro iniciou a caminhada rumo ao direcionamento político das questões relativas aos deficientes. Precisamos deixar claro que a criação desta comissão, formada por 12 membros, sendo 10 ligados aos diferentes ministérios e 2 representantes não governamentais de entidades de reabilitação e educação de deficientes, foi a forma que o Estado encontrou para atender às exigências da ONU, isto é ,a sua Resolução nº 31/123, de 1976, que proclamou o ano de 1981 como o "Ano Internacional das Pessoas Deficientes". As explicações para a inexpressiva participação de entidades de deficientes na comissão, bem como os critérios para a escolha dos diferentes membros, não constam do documento expedido pela comissão. O documento deixa claro, entretanto, que

"...a presidência da Comissão Nacional do AIPD, já em primeira reunião, realizada em 15 de outubro de 1980, apresentou aos Senhores Membros:

1. Projeto de estrutura funcional das Comissões Nacionais, Estaduais e Municipais; 2. Plano de Ação a Curto, Médio e Longo Prazos" para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes". (22)

No dia 14 de Janeiro de 1981, no Palácio do Planalto em Brasília, em sessão solene, foi oficialmente instalada a comissão, pelo

22. BRASIL.MEC.CENESP.RELATÓRIO de atividades da comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes, op.cit., p.7.

então presidente da República senhor João Batista Figueiredo, com a presença do senhor Ministro da Educação e Cultura, General Rubem Ludwig e todos os membros da comissão.

A filosofia básica desta comissão e que norteou toda a linha de ação das diferentes comissões estaduais e municipais, criadas a partir da comissão nacional, era "igualdade e participação plena". Atendendo ainda à solicitação da ONU, o Plano de Ação dizia buscar, durante esta década, a curto, médio e longo prazos:

" Conscientização; Prevenção; Educação; Reabilitação; Capacitação Profissional e Acesso ao Trabalho; Remoção de Barreiras Arquitetônicas; Legislação. (23)

Constam do documento dois Encontros das Comissões Estaduais/Territoriais. Um em 30 e 31 de março de 1981, no Rio de Janeiro, com a presença de representantes de 22 estados e o outro em 29 e 30 de abril do mesmo ano, na mesma cidade e com o mesmo número de representantes.

Esta síntese inicial do "Plano de Ação a Curto, Médio e Longo Prazos", elaborado pela Comissão Nacional do AIPD, possibilita afirmar, com relativa segurança, que houve uma parca participação da maioria de seus membros na elaboração do referido documento, uma vez que já estava pronto na primeira reunião da comissão. Além disso, apenas dois encontros nacionais foram realizados no mesmo local e com apenas um mês de diferença um do outro, espaço muito pequeno para que as comissões estaduais e municipais pudessem avaliar ou traduzir em resultados as metas propostas e implementadas.

Ressaltamos que o documento em questão foi produzido em 1981, ano que representa o marco inicial de nossas análises neste estudo, motivo por que optamos por sua apresentação mais detalhada, não sendo o mesmo procedimento utilizado para os documentos produzidos nos anos subsequentes.

Dividido em oito grandes metas, o documento relata, também, os procedimentos que seriam utilizados para alcançá-las.

Para o que denominaram de "Conscientização" utilizaram os recursos da TV Educativa através de:

- a) Filmetes de 30 segundos transmitidos em âmbito nacional, por emissoras de televisão, através da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República;
- b) Cartazes policrômicos constituindo ampliação da estampa em selo comemorativo da AIPD;
- c) Discos com "Spots" e "Jingles" distribuídos às emissoras de rádio em todo país;
- d) Documentário de 10 minutos, produzidos em 16 e 35 milímetros, intitulado "Desafio de Viver", cuja veiculação está a cargo da "Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes";
- e) Divulgação de mensagens através de jornais, rádio, TV, filmetes, faixas, cartazes e variadas entrevistas, bem como campanhas publicitárias, através de entidades religiosas, entidades de classes, clubes de serviço, escolas, empresas e órgãos governamentais;

No campo da "Prevenção", destacamos as seguintes linhas de ação:

- a) Intensificação dos programas já desenvolvidos pelo Ministério da Saúde;
- b) Desenvolvimento dos serviços preventivos de vários programas especialmente na área de Nutrição;
- c) Campanha de vacinação;

Na área educacional, o documento deixa claro a importância da Educação comum e, dentro desta, a especial. Dentre as ações propostas destacamos:

- a) Revisão da política de ação integrada de atendimento educacional às pessoas deficientes, enfocando a interpretação analítica do artigo 9º da Lei nº 5692/71 e a regulamentação da Portaria Interministerial nº 186/78, na área de Educação;

- b) Realização de estudos e pesquisas nas diversas áreas de manifestação da excepcionalidade. Neste particular, deu-se especial atenção à metodologia, aos aspectos de confecção do material pedagógico, à integração do deficiente ao sistema regular de ensino, sua profissionalização e aproveitamento no mercado de trabalho;
- c) Manutenção e ampliação de projetos na área de educação especial, abrangendo a zona urbana e periferias e a zona rural. Visou-se, entre outras medidas, a melhoria e expansão da rede física através do apoio financeiro a entidades públicas e particulares. Da mesma forma, houve destaque para a capacitação de recursos humanos nas diversas áreas de deficiências, através de convênios com universidades e entidades de capacitação profissional. Enfatizou-se, também, o apoio técnico-pedagógico à educação especial, através de cooperação direta e/ou indireta, e a continuidade de concessão de bolsas de trabalho para excepcionais;
- d) Treinamento de professores para o atendimento aos deficientes;

No campo da "Reabilitação", dentre outras metas, buscou criar nos municípios, serviços de reabilitação inseridos nos programas gerais de desenvolvimento comunitário, usando técnicas simplificadas que oferecessem às pessoas deficientes oportunidades de serem atendidas e as capacitassem a trabalhar em suas próprias comunidades.

Para a Capacitação Profissional e o Acesso ao Trabalho, considerados "direitos essenciais da pessoa humana", foram elaborados diferentes projetos baseados na preocupação dos empresários em oportunizar vagas, receando cair o nível de produtividade, o que porém, é um engano, porque já está comprovado que para algumas ocupações, pessoas com determinadas "deficiências" são mais indicadas.

São os seguintes os projetos elaborados:

- a) Desenvolvimento de trabalhos de análise ocupacional, objetivando eleger ocupações, existentes no mercado de trabalho do país, que possam ser desempenhadas por pessoas deficientes, sem necessidade de adequação ou adaptação, bem como de outras que exigem modificações, descrevendo tais modificações;

- b) Concessão de bolsas de trabalho; apoio à construção de oficinas protegidas e centros de profissionalização; realização do I Congresso de Integração da Pessoa Deficiente na Força de Trabalho; elaboração de minuta de decreto estadual sobre admissão de deficientes no serviço público etc.

Os problemas gerados pelas Barreiras Arquitetônicas também mereceram destaque no plano de ação da comissão, principalmente porque a eliminação destas barreiras, segundo o documento, possibilitaria,

“... a participação prática efetiva de deficientes nas atividades da vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transportes”.

Para tanto, a comissão elegeu como metas as seguintes medidas:

- a) Proposta de criação de uma estrutura de organização permanente com vistas a assegurar o acesso do deficiente a um ambiente livre de barreiras;
- b) Criação de três subcomissões: Urbanismo, Transporte e Construção, para adoção de medidas concretas nesses setores, em trabalho integrado com as secretarias de Planejamento, de Obras e de Transporte, a Companhia do Metrô, a Companhia de Transportes Coletivos, o Clube de Engenharia, o Sindicato de Construção Civil e o Sindicato dos Arquitetos do Brasil;

Na área da Legislação, coordenada pelo Ministério da Justiça, buscou-se, após análise da legislação vigente, adequar as leis do país aos direitos fundamentais das pessoas deficientes, com base em documento elaborado pela “Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes”.

Foram estas algumas das medidas tomadas:

- a) Levantamento sistemático da legislação existente no país sobre pessoas deficientes;
- b) Estudo sobre a importação de material educativo, cultural e científico visando à ampliação da legislação vigente, submetido à apreciação do Ministério da Fazenda;
- c) Projeto de criação de incentivos fiscais a empresas que admitam pessoas deficientes; projeto de lei criando a carreira do Magistério Especial; salário - família especial para pais de deficientes; regulamentação do código de Obras; alteração de legislação fiscal e trabalhista; edição especial de publicações da área jurídica sobre deficientes;

Além das atividades sinteticamente mencionadas, o documento relata, ainda, as principais atividades realizadas no âmbito internacional. Dentre elas destacamos:

" O Simpósio Mundial de Especialistas em Cooperação Técnica nos Países em Desenvolvimento e Assistência nas áreas de Prevenção e Reabilitação de Deficiências.- Viena, de 12 a 23 de Outubro de 1981- O objetivo central foi estudar e debater a situação de deficientes no mundo inteiro com a proposição de medidas amplas de cooperação técnica aos países em desenvolvimento."

Em nível das conclusões, os membros da Comissão afirmam que

"... todos os esforços foram voltados para que a comunidade, no seu todo, fosse conscientizada de que as pessoas deficientes, dentro de suas potencialidades, são passíveis de se integrarem à sociedade. Como resultado deste trabalho, constata-se no contato com o povo, que ocorreu uma mudança de atitudes em relação aos deficientes e dos próprios deficientes, que através das associações que congregam assumiram um papel decisivo nessa luta".

Na sequência cronológica das leis e decretos voltados para os "deficientes", aparece o Decreto nº 087062, de março de 1982, e, em especial, seu artigo 29 que trata dos objetivos do CENESP. Segundo o referido artigo:

"O Centro Nacional de Educação Especial tem por finalidade subsidiar a formulação da política nacional relativa à educação de excepcionais, planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, supletivo e superior para os deficientes e os superdotados."

Em dezembro de 1982 é aprovada a Lei 7070/82 que "dispõe sobre a pensão especial para os deficientes físicos e dá outras providências".

Em julho de 1984 é aprovada a Lei 7210/84, que em seu artigo 32 diz: "na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Parágrafo 1º. Deverá ser limitado tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo;

Parágrafo 2º. Os maiores de sessenta anos poderão solicitar ocupação adequada a sua idade.

Parágrafo 3º. Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado...."

Esta mesma Lei, em seu artigo 117, prevê que: "somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando tratar de:

- I- Condenado maior de sessenta anos;
- II- Condenado acometido de doença grave;
- III- Condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;
- IV- Condenada gestante;

Em 1985, através do Decreto nº 91872/85 de 04 de novembro, foi "Instituído o comitê para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a Educação Especial e a integrar, na sociedade, as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotadas." Neste mesmo ano a Lei 7405 de 12 de novembro, "torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências."

Em 1986 a resolução nº 1176 do Ministério da Fazenda de 04 de setembro, "reduz para zero a alíquota do IOF, incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de máquinas de escrever caracteres "Braille" destinadas a cegos ou a instituições educacionais e de assistência social.

Ainda neste ano o Decreto 93481 de 29 de outubro, "dispõe sobre a atuação da administração federal no que concerne às pessoas portadoras de deficiências. Institui a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE e dá outras providências."

A colocação destas leis, decretos e portarias ministeriais ao longo da história do Estado brasileiro somente tem sentido se realizada levando-se em conta, mesmo que de forma sintética, o quadro sócio-político-econômico vigente no período. Como não é nosso objetivo de talhar a história brasileira antes e durante a década de 60, limitaremos, para efeito deste estudo, em destacar fatos marcantes ocorridos e que, de alguma forma, tiveram relação direta com a problemática em discussão.

O período compreendido entre 1968, final da década de 70 e início dos anos 80 foi de repressão, arbitrariedade e autoritarismo praticado pelo governo militar iniciado em 64. A doutrina de "Segurança Nacional" com seus mecanismos repressivos - A.I.5, 477, Lei Falcão e Lei de Imprensa - desrespeitou a grande maioria dos preceitos constitucionais vigentes. Sabemos que:

"... até 1967, a responsabilidade pela repressão física cabia ao CENIMAR e às polícias estaduais, através da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP). A SESP coordenava as atividades do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS ou DEOPS), que por sua vez operava as Divisões Municipais de Polícia (DMS). À medida que cresciam os grupos de luta armada, o Estado de Segurança Nacional criou outros mecanismos especialmente treinados para a obtenção de informação. A primeira organização de repressão violenta direta foi a Operação Bandeirantes (OBAN). Financiada por industriais brasileiros e multinacionais, a OBAN foi levada a outros estados, mas sua principal atividade era no Rio de Janeiro e em São Paulo". (24)

24. Maria Helena M. ALVES, op cit., p.175.

Os anos que antecederam 1981 foram marcados por um período político contraditório e repleto de crises. Foram anos em que a discutível "revolução de 64" conseguiu, com Castelo Branco e Costa e Silva, desenvolver as bases ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG), isto é, o princípio do Estado de Segurança Nacional respaldado, também, pela Constituição autoritária de 69.

Segundo os historiadores VIEIRA (25) e ALVES(26), a partir de 1973 houve uma clara mudança na direção política brasileira. As crises sociais constantes, os movimentos de oposição liderados principalmente pela Igreja, CNBB, Imprensa, ABI, e Advogados, OAB, em prol dos direitos humanos e da democracia, exigiam do Estado novos mecanismos para apoiar suas propostas políticas.

" Era necessário encontrar uma nova base de legitimidade, estreitamente vinculada a instituições corporativas flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico. A teoria da "distensão" pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-a a níveis mais elevados mas sempre controlados de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores de oposição ". (27)

A política de "distensão" do governo Geisel era um programa cuidadosamente estudado, controlado e tinha como slogan "continuidade sem mobilidade".

25. A república brasileira; 1964-1984, 86p.

26. Estado e oposição no Brasil, p.174.

27. Ibid., p.185.

"... A continuidade traduzia-se numa política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional [...] a imobilidade encarnava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva, para o retorno à democracia [...] haveria em primeiro lugar a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para o estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente, seriam promovidas reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política. Em seguida, as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o A.I.5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição". (28)

Nos anos finais da década de 70, no governo Geisel, a sociedade brasileira viveu, lutou e rompeu aos poucos com a "cultura do medo" desencadeada por este presidente e seus seguidores. O forte aparato repressivo incorporado à Constituição, a censura, as perseguições políticas e o rígido controle e centralização do poder, contribuíram para o aumento das forças sociais opositoras que a cada dia mais viam seus direitos usurpados arbitrariamente. Estes e outros acontecimentos - torturas, mortes, a idéia de "inimigo interno" - fez com que setores insatisfeitos da sociedade exigissem limites claros aos poderes do aparato repressivo. Esta luta entre segmentos sociais representativos e o Estado autoritário direcionou o discurso em defesa dos direitos humanos que, até então, somente existiam no papel. Era preciso recuperar o Estado de Direito, a cidadania, a democracia, enfim, parecia ter chegado o momento de exigir do Estado constituído pela força, mudanças radicais em suas diretrizes políticas, principalmente no tocante à política social.

28. Maria Helena M. ALVES, op.cit, p.187.

Neste clima de lutas interna e externa ao governo, assumiu o poder, através de eleições indiretas, no espúrio "colégio eleitoral", o Gal. João Batista de Figueiredo, ex-dirigente do Serviço Nacional de Informações, SNI. Cabe ressaltar que seu opositor nas eleições indiretas foi o também Gal. Euler Bentes Monteiro, antigo servidor das Forças Armadas, que naquele momento representava a oposição, dada sua tendência liberal e nacionalista. Apesar de se dizer "oposição", os discursos do Gal. Bentes não traduziam claramente os anseios e desejos da maioria da população, uma vez que este candidato admitia a repressão como forma de conter os conflitos sociais tão comuns na época.

O Gal. Figueiredo com sua noção de "liberdade", isto é, a mesma "só pode ser exercida se a segurança está mantida" (29) iniciou sua gestão à frente do governo federal disposto a "fazer deste país uma democracia" e para tanto iria "manter suas mãos estendidas à conciliação". Os velhos discursos - baixar a inflação, conter os gastos públicos, manter o equilíbrio financeiro interno e externo do país, aumentar o número de emprego, remuneração justa aos trabalhadores e outros - tão comuns aos políticos "de carreira" - eram também defendidos de forma enfática pelo presidente. Parecia que a questão social era sua principal meta de governo. Em meio a pressões dos diferentes setores sociais, o presidente Figueiredo enviou ao Congresso Nacional e posteriormente promulgou a Lei da Anistia, que permitiu o retorno de inúmeros brasileiros que estavam no exílio; possibilitou ainda a reforma dos partidos e outras ações que, segundo a concepção deste governo, iria conduzir o país para a "democracia".

É preciso não perder de vista, contudo, as fortes pressões

29. Evaldo VIEIRA, op.cit., p.54.

exercidas pela oposição no sentido de mudar o quadro político vigente. Os partidos de oposição, aliados a diferentes segmentos sociais- comunidades eclesiais de base, movimentos operários, estudantis, das minorias (negros, índios, deficientes, homossexuais)- iniciaram a grande marcha da recuperação do "estado de direito" através da proposta de eleições diretas e de nova carta constitucional.

"Os setores de elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas. Ao nível da política formal, estavam entre suas exigências o desmantelamento do Aparato Repressivo, a elaboração de uma nova constituição e modificação do modelo econômico".

(30)

Podemos destacar ainda, como fator significativo do movimento de oposição neste período,

"...a emergência de um movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de bases ligadas à igreja, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical, tanto no campo quanto nas áreas urbanas..." (31)

Em meio a estas pressões populares o movimento reivindicatório dos (df) a cada dia mais tomava forma em todo o Brasil. Em 1981, "Ano Internacional da Pessoa Deficiente", houve o que poderíamos denominar de "pressão dupla" sobre o governo brasileiro. Uma exterior, realizada pela ONU, no sentido de ver cumpridas suas deliberações e outra interna, vinda das diferentes entidades de deficientes e para deficientes, em formação, ou já estabelecidas.

30. Maria Helena M. ALVES, op.cit., p.228.

31. Ibid., p.226.

Diante do exposto a respeito do envolvimento do Estado brasileiro em termos de legislação, antes e durante a década de 80, podemos inferir que:

a) Até por volta da década de 70 a legislação existente e voltada para os (df) era precária e esporádica, não podendo estas ações governamentais serem consideradas como propostas políticas consistentes e sedimentadas uma vez que, até 1973, o Estado não possuía em sua hierarquia organizacional um órgão destinado a tratar das questões relativas às pessoas "deficientes".

b) A atenção para com os "deficientes" deu-se lentamente através dos anos e o reconhecimento e valorização, mesmo que de forma incipiente, ocorreram concomitantemente às alterações econômicas, não somente no Brasil, mas em todo o mundo.

c) O início dos anos 80 no Brasil foi marcado por diferentes formas de lutas sociais de seus vários segmentos e, também, dos "deficientes" em busca da recuperação do Estado de Direito. Estes segmentos, através de mobilizações variadas, buscavam resgatar as eleições diretas em todos os níveis e a elaboração de uma nova carta constitucional.

d) Os graus de discriminação e segregação dos (df) aparecem através da história, numa relação proporcional ao tipo de governo e/ou relações sociais de produção estabelecida, isto é, quanto mais autoritário e déspota o governante, quanto mais autoritária a sociedade, mais os considerados "diferentes" são discriminados.

Para melhor elucidar, nos capítulos posteriores, as contradições advindas dos movimentos reivindicatórios dos (df), trataremos antes das questões que envolvem o trabalho e o homem numa sociedade como a nossa.

CAPÍTULO II

O TRABALHO E O HOMEM

Uma das formas para o entendimento do significado do trabalho e do papel social das "Pessoas Portadoras de Deficiência Física", atualmente, é rastrear a história e, por conseguinte, a filosofia, buscando compreender, de forma dinâmica, como os homens se relacionam para produzirem suas necessidades.

Esta questão histórica das relações entre os homens parece ter sido suficientemente discutida e, até mesmo esclarecida, principalmente no conjunto das obras de Karl Marx. Contudo, para os fins deste trabalho, necessário se faz retomar fatos marcantes na evolução desta relação, nas diferentes épocas de nossa história, para tê-los como fio condutor das análises posteriores. Deixamos claro que, para evitar repetições desnecessárias, não mencionaremos detalhadamente como se deram as modificações, nas relações entre os homens em cada época. Com isto, não estamos querendo dizer que o processo histórico, tenha-se dado de forma mecânica e com cortes precisos. Pelo contrário, as modificações ocorridas se deram graças às transformações realizadas concomitantemente na natureza e nos homens.(1)

1. cf. ENGEL, A origem da família, da propriedade privada e do Estado, 153 p.; Maurice DEBESSE, Tratado das ciências sociais e pedagógicas, 559 p.; Anibal PONCE, A Educação e luta de classe, 183 p.

É preciso ressaltar, também, que ao centrarmos a discussão sobre o trabalho, buscamos tornar claro que os homens, historicamente, distinguem-se dos animais a partir do momento em que começam a produzir os meios de sua existência.

...“ a produção da vida material (e de fato este é um ato histórico), uma condição fundamental de toda a história ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos”.
(2)

Logicamente, a produção dos meios de existência está na dependência da natureza e dos meios de existência por ela providos e em constante reprodução. Neste movimento,

“a maneira pela qual os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que são. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção”. (3)

O trabalho e sua divisão no movimento da história apresentam-se sob diferentes formas. Existe a separação entre o trabalho na cidade e no campo. Na zona urbana há a divisão entre trabalho industrial e comercial, e dentro deste existem inúmeras outras subdivisões, atreladas aos diferentes setores, porém, todas condicionadas às distintas formas de exploração do trabalho vividas pelos homens em cada época.

2. Karl MARX & Friedrich ENGELS. Ideologia alemã, p.39.

3. Otávio IANNI. O Marx, sociologia, p.45.

"...Comunidades diferentes encontram diferentes meios de produção e diferentes meios de subsistência em seu ambiente natural. Seu modo de produção, modo de vida e produto são por isso diversos. É essa diferença natural que provoca a troca recíproca de produtos e em consequência a transformação progressiva desses produtos em mercadoria, ao entrarem em contacto com as comunidades. A troca não cria a diferença entre os ramos da produção, mas estabelece relações entre ramos diferentes e transforma-os em atividades mais ou menos interdependentes dentro do complexo da produção social." (4)

Esta interdependência aparece, em cada época, atrelada às diferentes formas de propriedades, ou seja, cada estágio da divisão do trabalho corresponde a uma forma de organização da propriedade.

A comunidade tribal foi a primeira forma de relação entre os homens. Nesta fase, a produção não era tão complexa, uma vez que os indivíduos pertencentes à tribo viviam basicamente da caça, pesca, criação de gado e, em alguns casos, da agricultura. Devido à pouca quantidade de pessoas nas tribos, a divisão do trabalho se limitava aos membros da família.

A colocação de que a relação tribal foi a primeira forma de organização do homem, leva-nos a perguntar: foi a família que deu origem à tribo ou esta que deu origem à família ?

A este respeito encontramos cuidadosos estudos realizados por Karl Marx sobre as condições primitivas do homem as quais levaram-no a concluir que não foi a família que se desenvolveu para formar a tribo, mas ao contrário, a tribo foi a forma primitiva natural de associação humana baseada nas relações de sangue, de modo que só mais tar-

4. Karl MARX. O capital; crítica da economia política, p.403.

de se desenvolveram as múltiplas e diferentes formas de família, derivadas da desagregação inicial dos laços tribais. (5)

Nas comunidades primitivas

"... a execução de determinadas tarefas, que apenas um membro da comunidade não podia realizar, deu lugar a um precoce começo de divisão do trabalho de acordo com as diferenças existentes entre os sexos, mas sem o menor submetimento por parte das mulheres. Como debaixo de mesmo teto viviam muitos membros da comunidade - e, às vezes, a tribo inteira - a direção da economia doméstica, entregue às mulheres, não era, como acontece entre nós, um assunto de natureza privada, e sim uma verdadeira função pública socialmente tão necessária quanto a de fornecer alimentos, a cargo dos homens". (6)

Como podemos notar, na sociedade primitiva, apesar da divisão do trabalho, as mulheres estavam "em pé de igualdade" com os homens no processo de produção.

Esta divisão, em função do sexo e/ou idade, avançou, à medida que as tarefas nas tribos também se diversificaram e, cada vez mais, tornava-se impossível conciliar tarefas distintas como o cultivo da terra e a direção das guerras ou a administração da justiça. Face a essa situação, os diferentes ramos de atividades assumem, com o passar dos tempos, certa independência e especificidade na comunidade:

"Essa divisão amplia seus elementos com a expansão da comunidade, com o crescimento da população e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjulgação de uma a outra". (7)

Nessa situação, em que tanto o trabalho como seu produto começam a atender interesses comuns e particulares, a relação entre os ho-

5. Karl MARX. O capital; crítica da economia política, p.402.

6. Anibal PONCE. Educação e luta de classe, p.18 apud Paul, DESCAMPS. état Social Des peuples Sauvages.

7. Karl MARX. op.cit., p.403.

mens torna-se diferente. O antagonismo de interesses estabelece a separação entre distribuição qualitativa e quantitativa do trabalho e seus frutos.

"...divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade. Situa ainda entre outras a família como sendo a primeira forma de propriedade, onde a mulher e os filhos são escravos do marido". (8)

A sobrevivência de determinadas tribos não dependia somente dos bens conseguidos ou produzidos para alimentação e vestuário, mas também, de sua capacidade em combater os constantes ataques das tribos inimigas. Nessa relação, que no fundo levava uma a subjugar a outra, os membros considerados fora do padrão de "normalidade" da época (homem forte, robusto e valente) eram segregados em algumas tribos, enquanto que em outras eram sumariamente eliminados.

No primeiro caso, o membro "anormal" não era eliminado, graças à crença de que ele pertencia ou estava possuído pelo espírito maligno. Era visto como elo de ligação entre os membros da tribo e os maus espíritos, isto é, os maus espíritos ao habitarem e utilizarem estas pessoas, tornavam possível a "normalidade" das demais, justificando, portanto, todos os riscos e esforços para mantê-los vivos.

8 Karl MARX & Friedrich ENGELS, Ideologia alemã, p.46.

Essa crença em forças inexplicáveis que habitavam as pessoas e as coisas é conhecida como "animismo".

De acordo com essa concepção, acreditam os homens que o mundo, desde os objetos inanimados até o homem, está habitado por uma multidão de espíritos benfazejos e malfazejos, mas que esses espíritos não pertencem ao objeto que habitam no momento, porque são possíveis de transmigração. Originalmente, esses espíritos eram quase materiais, mas depois de uma evolução mais ou menos prolongada começaram a se desmaterializar, convertendo-se em "puros espíritos". O animismo pode ser dividido em dois períodos: pré-animismo e o animismo propriamente dito. No primeiro período, o mundo ainda não está povoado por espíritos, de modo que o homem seria capaz de influenciar diretamente a natureza, pela própria força do pensamento. É de se notar que nunca se encontrou um povo primitivo que estivesse exclusivamente na fase pré-animista. No período animista, surgem os espíritos e, simultaneamente, o primitivo passa a acreditar que é capaz de influenciar a natureza de dois diferentes modos: diretamente pelo poder do seu pensamento (artes, mágicas) e indiretamente (sortilégios), influenciando em primeiro lugar os espíritos que a governam. Esses dois modos de influenciar o mundo exterior coexistem e se completam. (9)

Nas tribos que os suprimiam, os "deficientes" eram eliminados na maioria das vezes ao nascerem ou, quando adultos (doentes, velhos e mutilados de guerra), eram abandonados às feras, quando a tribo mudava de território em busca de segurança e sobrevivência. Muitas vezes, o membro da tribo era eliminado ao apresentar sintomas de doenças consideradas misteriosas e/ou desconhecidas dos sacerdotes, médicos e feiti-

9. Anibal PONCE, op.cit., p.20.

ceiros, tais como a lepra, a epilepsia e outras.

Não temos dados históricos suficientes e consistentes para afirmar quais eram as funções atribuídas aos velhos, aleijados, doentes mentais, cegos e coxos, nas tribos em que não eram eliminados. A grande maioria dos livros de história consultados faz referência aos coxos, anões, corcundas e albinos. Estes eram colocados em instalações separadas para serem provocados e ridicularizados pelas outras pessoas. Tudo indica que da divisão do trabalho ocorrida no período tribal, os membros considerados "anormais" não tomavam parte.

Com o passar dos tempos, o sistema tribal de organização deu lugar ao comunal e estatal. Sistema este

"...que provém, sobretudo, da reunião de muitas tribos para formar uma cidade, por contrato ou por conquista, e na qual subsiste a escravidão. Os cidadãos possuíam o poder sobre seus escravos trabalhadores apenas em sua coletividade, e já estão por isso ligados à forma de propriedade comunal".
(10)

De forma distinta do regime tribal, as comunas, ao diferenciarem o trabalho, diferenciam também seus executores. Com isto, o trabalho deixou de ser uma ação necessária, natural à existência humana e passou a ser artificial, construído e dividido, beneficiando uns em detrimento de outros homens. O trabalho passou a ser

"mesmo um tripalium (três paus), um verdadeiro instrumento de tortura. Escravos e animais domésticos, dizia Aristóteles, atendem com o corpo às necessidades da vida". (11)

10. Karl MARX & Friedrich ENGELS, Ideologia alemã, p.30.

11. Hannah ARENDT, A condição humana, p.90.

A este respeito Marx e Engels deixam claro que ..

"desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que, por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjulga ao invés de ser por ele dominado". (12)

Aristóteles, ao diferenciar os vários tipos de trabalho, diferencia, também, os diversos tipos de homens que compõem a sociedade. Esta discriminação pela objetividade do trabalho, não dando conta de perceber a igualdade na forma, deixa claro que seria impossível a organização social clássica da antiguidade sem a existência do senhor e do escravo, significando a extinção desta relação uma "injustiça", na medida em que trataria desiguais como se fossem iguais. Esta forma de ver o mundo reforça a divisão social do trabalho que, na época de Platão e Aristóteles, passava apenas pela produção do valor-de-uso deste trabalho, enquanto que na sociedade burguesa passa pela produção do valor-de-troca.

Nesta visão instrumental e animalésca do escravo trabalhador, a nobreza da antiguidade clássica ergueu toda sua riqueza, viveu e cantou as belezas de seus tempos não esquecendo, porém, dos deficientes.

12. Karl MARX & Friedrich ENGELS, Ideologia alemã. p.71.

Por volta de 384 a 322 aC.

"Aristóteles afirmou taxativamente aos membros do conselho ateniense: " O conselho passará agora a examinar o problema dos deficientes. Existe, de facto, uma lei que estabelece que todo ateniense cujos bens não ultrapasse três "minás" e cujo corpo esteja mutilado ao ponto de não lhe permitir qualquer trabalho, seja examinado pelo conselho e que seja concedida a cada um deles, às expensas do Estado, dois óbulos por dia para sua alimentação. E existe um tesoureiro dos deficientes, designado para tal (constitution d'Athene). (13)

Esta preocupação com as pessoas deficientes contida na "Constitution d'Athene" não deve ser entendida como uma ação do Estado visando a atender ao homem de maneira geral. Ao explicitar claramente "todo ateniense cujos bens..." elimina uma grande quantidade de pessoas destes benefícios, pois nesta época o direito de cidadania não era extensivo a todos os homens que viviam nas comunas ou cidades, mas apenas aos considerados "homens livres". A "deficiência", contudo, não era um estado físico encontrado apenas nos "homens livres", por exemplo, Homero (cego) ou Demócrito (que perdeu a visão), mas de grande parte dos escravos vítimas dos maus tratos dos senhores.

Portanto, a forma dos homens se relacionarem na antiguidade está bem caracterizada no pensamento de Aristóteles, quando diz

"... nós distinguimos várias espécies de escravos correspondentes aos diferentes trabalhos que executam, desses trabalhos uma parte é executada manualmente, que conforme se refere a palavra, é efetuada por aqueles que vivem do trabalho de suas mãos, assim como compete aos outros trabalhadores exercer um ofício mecânico. Asseguradamente, os trabalhos destes que estão em um estado de submissão, não se enquadram na educação recebida pelo homem de bem, o homem político ou cidadão, pois de outro modo, resultaria disso a ausência de uma completa distinção entre o senhor e o escravo". (14)

13. Otto Marques da SILVA. A epopéia ignorada; a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje, p.99.

14. Anibal PONCE. Educação e luta de classe, p.40 apud ARISTOTELES, La Politique; introduction..

Com a incorporação do trabalho escravo,

"...aumentou o excedente de produtos de que a comunidade dispunha, produtos esses que os "administradores", como representantes da comunidade, comerciavam tanto com outras comunas vizinhas, quanto as longínquas. As coisas continuaram assim até que as funções dos "organizadores" passaram a ser hereditárias, e a propriedade comum a tribo- terras, rebanhos- passou a constituir propriedade privada das famílias que administravam e defendiam. Donas dos produtos, a partir desse momento as famílias dirigentes passaram também, a ser donas dos homens". (15)

Esta transformação ocorrida no modo de produção e na relação entre os homens tem importância fundamental para a compreensão do movimento histórico que determinou a relação atual entre os homens. É importante salientar que enquanto na

"...sociedade primitiva a organização entre os homens se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços de sangue, na sociedade que começou a se dividir em classes, a propriedade passou a ser privada e os vínculos de sangue retrocederam diante do novo vínculo que a escravidão inaugurou". (16)

Nesta linha de raciocínio, para atender ao comércio crescente era necessário um aumento do rendimento do trabalho do homem, adquirindo este, então, um certo valor. Esta nova forma de relação entre os homens, estabelecida a partir da visão valorativa do homem, fez com que, ao invés de matarem os indivíduos pertencentes às tribos vencidas -como acontecia anteriormente-, as tribos vencedoras se apoderavam das riquezas das vencidas e os prisioneiros eram transformados em escravos.

15. Anibal PONCE, Educação e luta de classe, p.26.

16. Ibid., p.11.

A partir de então, os homens ao produzirem valor-de-uso produzem não somente a necessidade de coisas, mas também, a necessidade de escravos. Com o advento da

"...propriedade privada móvel e, especialmente, mais tarde, da propriedade imóvel, esta ordem social entra em decadência, o mesmo ocorrendo com os "cidadãos livres", cuja posição diante dos escravos se baseava em seu "status" coletivo de membros da tribo originária". (17)

Esta forma de relação, sob o controle e para proveito das classes dominantes, foi confiada aos escravos e estrangeiros, uma vez que, desligados do trabalho manual e do intercâmbio dos produtos, as classes superiores já eram nessa época socialmente improdutivas(18).

Com o aumento do comércio, vieram, também, as guerras em busca da conquista, tanto de mercado, como de escravos e riquezas. A questão do escravo nesta época era tão natural que Aristóteles afirma:

"A guerra é, de certo modo, um meio natural de adquirir, uma vez que se refere a esta caça que se deve dar aos animais selvagens e aos homens que, nascidos para obedecer, se recusam a submeter-se; é uma guerra que a própria natureza tornou legítima". (19)

Portanto, o escravo era uma necessidade como instrumento de trabalho e estabeleceu as bases entre a divisão do trabalho manual e intelectual.

17. Karl MARX. Formações econômicas pré-capitalistas, p.30.

18. Anibal PONCE, op.cit., p.27.

19. ----- Educação e luta de classe, p.39 apud ARISTOTELES. La Politique; introduction.

O trabalho escravo edificou toda a grandeza do mundo antigo e, também, seu desmoronamento. À medida que o trabalho aumentava, aumentava na mesma proporção a quantidade de escravos e estes, por sua vez, produziam menos do que custava sua manutenção. Esta situação contribuiu para a gradativa extinção do sistema de escravidão em grande escala.

A divisão do trabalho já estava mais adiantada, apesar de toda a produção desta época ser fruto do trabalho escravo.

"os plebeus, situando entre eles os homens livres e os escravos, jamais conseguiram elevar-se acima da condição de Lupenproletariat. Outrossim, Roma jamais ultrapassou o estágio da cidade e estava ligada às províncias através de laços quase que unicamente políticos, os quais, como fenômeno podiam, naturalmente, ser rompidos por sua vez". (20)

Com a evolução da propriedade privada, fruto das conquistas e guerras civis, as relações entre os homens, nesta época, sofreram modificações substanciais. Situações até então indefinidas como a dos chamados plebeus, que ocupavam uma posição intermediária entre o escravo e o homem livre, começavam a se definir, pois, com o aumento da propriedade privada, e da separação entre cidade e campo, estes plebeus já se identificavam com uma espécie de lupemproletariado. Florescia uma nova relação entre os homens, essencialmente centrada em grandes propriedades rurais. Nascia, então, a relação feudal.

20. Otávio IANNI. O Marx; sociologia, p.48.

Regime Feudal ou Estamental

A terceira forma de relação entre os homens foi a Feudal ou Estamental.

"Enquanto a antiguidade partia da cidade e seus pequenos territórios, a idade média partia do campo. A população existente, dispersa e disseminada por uma vasta superfície a que os conquistadores não trouxeram grandes incrementos, condicionou essa mudança de ponto de partida. Ao contrário da Grécia e de Roma, o desenvolvimento Feudal iniciou-se, pois, em terreno muito extenso, preparado pelas conquistas romanas e pela expansão da agricultura e está, desde o começo, com elas relacionada". (21)

Como que nascido das ruínas do mundo antigo, o "novo" regime econômico era baseado na distribuição de pequenas parcelas de terras confiadas a colonos livres que pagavam aos donos uma renda anual. Dava os primeiros passos uma outra relação, isto é, entre servo e senhor. O servo, ao contrário do escravo, custeava sua própria subsistência, mesmo estando a serviço total de seu senhor.

Do ponto de vista econômico, o trabalho produzido pelo servo era mais benéfico ao senhor na medida em que, além de custear todas as suas despesas, pertencia à terra e fornecia ao patrão significativa quantidade de produtos (trigo, frutas, legumes etc), como forma de pagamento pelo uso da terra.

21. Karl MARX & Friedrich ENGELS, Ideologia alemã, p.33.

Tendo como suporte exclusivamente o trabalho da terra, no regime feudal,

"repousava sobre os camponeses todas as outras camadas sociais: príncipes, funcionários, nobreza, clero, patriarcado e burguesia. Quer pertencesse a um príncipe, a um barão, a um bispo, a um monastério ou a uma cidade, o camponês era tratado em todos os lugares como uma coisa, como um animal de carga, ou, ainda, de forma pior. Se era um servo, o senhor dispunha dele à vontade; se era um arrendatário, as prestações o esmagavam. Devia empregar a maior parte de seu tempo, cuidando das terras do seu senhor. Com o que ganhava em suas raras horas disponíveis, devia pagar dízimos, tributos, taxas, viaticum (imposto militar), imposto do Estado e taxas do Império. Não podia casar-se nem morrer sem pagar taxa ao senhor. Além das prestações ordinárias, devia juntar, para o senhor, legumes, frutas, peças de caça, lenha etc. O direito de pescar e de caçar pertencia ao senhor, e o camponês devia assistir tranquilamente à destruição das suas colheitas. Os campos e os bosques, que antigamente pertenciam às aldeias, tinham sido arrebatados pelo senhor. E, da mesma forma, que dispunha das suas propriedades, o senhor dispunha à vontade da pessoa do camponês, da sua mulher e das suas filhas. O senhor tinha o direito da pernada (Direito que o senhor feudal tinha de passar a perna sobre o leito de todos os seus vassallos recém-casados). E podia quando o desejava, encarcerar e torturar os camponeses". (22)

Tudo indica que as pessoas portadoras de "deficiência", também no regime Feudal, eram segregadas do convívio comum quando apresentavam doenças desconhecidas ou transmissíveis. Nos casos de anomalias causadas por traumatismos de guerra, distúrbios genéticos ou acidentes em geral (castigos, torturas etc), os portadores destas esmolavam pelas ruas das cidades para poderem sobreviver. Quanto ao trabalho dos deficientes, não conseguimos ter acesso a muitas obras históricas que retratassem ou explicitassem com suficientes dados como se dava esta relação.

22. Anibal PONCE. Educação e luta de classe, p.86 apud Friedrich ENGELS. La guerre des paysans en Allemagne.

Contudo, merece destaque o trabalho de Paul Lacraccio (1806 a 1884), autor de várias obras sobre costumes da Idade Média e Renascença, séculos XVI e XVII. De acordo com SILVA ,

“...este autor apresenta pormenores muito interessantes sobre os mendigos e miseráveis. É ele que nos informa que na França existia a Ordem Argot que congregava diversos tipos de indigentes. Eles usavam um linguajar muito seu, repleto de gírias exclusivas e matreiras. Dentre esses grupos que mantinham identificação própria, nas quais estavam inseridos pobres com deficiências evidentes, destacamos: os Orphelins- mendigavam chorando pelas ruas das cidades; os Pietres- mendigos com deficiência física, locomoviam-se com muletas ou pequenos aparatos para mãos e joelhos”. (22)

Esta relação entre os homens ,consideradas as nuances ocorridas nas diferentes partes do mundo, perdurou até a revolução burguesa, momento em que houve o rompimento desta relação feudal (23), dando origem à relação do modo de produção capitalista, no qual está estabelecida a separação entre os detentores dos meios de produção e os homens que vendem sua força de trabalho ou, em um linguajar mais técnico, quando ocorreu a separação entre capital e trabalho.

22. Otto Marques da SILVA, op.cit., p.225.

23. Segundo Eric HOBBSBAWN, “ quando chegamos ao feudalismo, a partir do qual o capitalismo desenvolveu-se, o problema torna-se muito mais complexo, até porque Marx afirma muito pouco a respeito. Nenhum esquema das contradições internas do feudalismo, comparável ao modo antigo, é encontrado nas Formen. Não se encontra, também, qualquer discussão real da servidão(ou da escravidão). Na verdade, estas duas relações de produção surgem seguidamente reunidas e, às vezes, como a relação de subordinação e dominação, em contraste com a posição do trabalhador livre. O elemento interno da sociedade feudal do qual deriva o capitalismo parecia ser, em 1857-8 como em 1845-6, a cidade- mais especificamente os mercados e artesãos da cidade. É a emancipação da propriedade sobre os meios de produção de suas bases comunais, como ocorreu entre os artesãos medievais, que dá base para a separação entre o trabalho e as condições objetivas de produção.” apud Karl MARX. Formações econômicas pré-capitalistas, p.42.

Segundo MARX,

"...a conjugação de três fenômenos é necessária para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: primeiro, uma estrutura social agrária que possibilite a "libertação" dos camponeses num certo momento; segundo, o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores da produção de mercadorias especializadas, independente, não-agrícolas, sob a estrutura gremial; e terceiro, a acumulação da riqueza monetária derivada do comércio e da usura". (24)

Esta modificação ocorrida nas relações entre os homens encontra-se mais detalhada, inclusive situando as forças determinantes de todas as modificações ocorridas historicamente, em diferentes obras sobre a história, como as já mencionadas em notas das páginas anteriores.

De forma resumida e de acordo com os propósitos deste estudo, tentamos evidenciar, considerando desde o período tribal até o estamental ou feudal, como os homens se organizavam face ao trabalho e, especificamente, como as pessoas consideradas "deficientes" se relacionavam, entre si e com os demais membros da sociedade. Mesmo reconhecendo o pouco material disponível para consultas a respeito das questões relativas "aos deficientes", sobretudo do papel por eles desempenhado nas diferentes épocas da nossa história, chegamos a algumas relações:

a) os "deficientes" foram discriminados e segregados, nas diferentes formas de organização ocorridas entre os homens, através da história;

b) o trabalho sempre foi uma necessidade fundamental para a vida humana, quer enquanto simples forma dos homens se relacionarem

24. Formações econômicas pré-capitalistas, p. 46.

com a natureza para dela extraírem seus sustentos, quer enquanto forma alienante ou punitiva, onde uma grande maioria de homens trabalha para a satisfação e sustento de uns poucos privilegiados. Em todas estas formas, o trabalho para o "deficiente" sempre foi negado. Por isso, historicamente o "deficiente", quando conseguia sobreviver, era sempre mantido ou por esmolas ou por benevolência das instituições ligadas a ordens religiosas;

c) Embora fossem os escravos, servos, vilões e vassallos em cada época submetidos a uma vida de caráter desumano, pelos príncipes, senhores e nobres, dificilmente lhes era negado o sentido de utilidade, isto é, a condição humana de agir e reagir, diante dos homens e da natureza. Entretanto, aos "deficientes" era negado este sentido de utilidade, esta condição humana básica, significando isto, em essência, a própria morte em vida, sobretudo porque o homem age e reage no meio social .

A história deixa claro que os pilares da cultura ocidental estão assentados em diferentes modos de separação entre os homens. A separação pelo tronco familiar, pela cor da pele, pelas propriedades móveis e imóveis, pela religião, pelo trabalho. A mais cruel de todas é a separação do homem de sua condição humana de ser indivíduo útil à sociedade.

Surge outra relação: O Modo de Produção Capitalista

Como procuramos evidenciar nas páginas anteriores, a noção de trabalho não pode ser concebida como historicamente homogênea, ou como uma categoria universal e abstrata. Pelo contrário, as relações entre os homens ocorridas historicamente exigem que se diferencie e qualifique o trabalho, pois tanto o trabalhador como seu trabalho são determinados e concretos.

Com o advento do capitalismo surge o proletariado. Nesta nova relação a exploração não mais ocorre na forma grosseira da apropriação de homens- como escravos ou servos, como ocorreu nas relações anteriores- mas na da apropriação do "trabalho". Para o dono do capital, o trabalhador não é uma condição de produção, só o trabalho o é. Se este puder ser executado por máquinas ou mesmo pela água ou ar, muito melhor. O capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho- e não diretamente, mas por meio de troca. (25)

O modo de produção capitalista, portanto, é a forma da sociedade burguesa que, de acordo com a história, é distinta de todas as outras anteriores. A divisão ocorrida entre "administradores" e "executores", juntamente com as modificações ocorridas na técnica, principalmente da domesticação e agricultura, aumentaram o poder de trabalho humano e a comunidade, a partir daí, começou a produzir mais do que o necessário para o seu próprio sustento. Este fato possibilitou trocar a produção excedente. Com o decorrer do tempo, pelo menos parte dos produtos é intencionalmente produzida para fins de comércio.

25. Eric ROSSBAWM, p.38 apud Karl MARX. Formações econômicas pré-capitalistas.

Pode-se afirmar que a partir desse momento consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação de necessidades e a das coisas destinadas à troca: seu valor-de-uso se dissocia do valor-de-troca(26).

As questões do valor-de-uso, valor-de-troca e do trabalho merecem destaque especial nesta parte do estudo, na medida em que o entendimento destes elementos é de suma importância para a compreensão das relações posteriores.

Trabalho: atividade própria do homem

Na concepção burguesa o trabalho tem sido tratado como uma categoria universal, abstrata, e muitas vezes sem determinação, identificando, com isto, o trabalhador às coisas, ferramentas e mercadorias. Esta redução em que o trabalho se identifica com ocupação, função, tarefa no mercado de trabalho, não tem permitido que se perceba o trabalho como uma relação social fundamental para a definição do modo humano de existência. Não uma existência calcada única e exclusivamente nos aspectos biológicos da sobrevivência ou mundo das necessidades, mas também numa dimensão social que envolva valores artísticos, esportivos, de lazer e estéticos, entre outros.

26. Karl MARX. O capital, p.98.

Ao referir-se ao trabalho, MARX, deixa claro que

"...é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio natural com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes formas úteis à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza". (27)

Nesta relação da determinação-determinante/determinado, o trabalho é uma forma exclusivamente humana pois, no fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, ao qual tem de subordinar sua vontade. (28)

Para que o trabalho possa ocorrer alguns componentes são essenciais. Na concepção de Marx:

"... a. a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho;
b. a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
c. os meios de trabalho, o instrumento de trabalho".
(29)

Atendidos estes requisitos básicos, o trabalho se realiza e, através dele, surge o produto deste trabalho que tem um valor-de-uso ou seja, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. (30)

27. Karl MARX, O capital, p.202.

28. Ibid., p.202.

29. Ibid., p.202.

30. Ibid., p.205.

Com isto, o objeto produzido incorpora o trabalho que o produziu. O que antes se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, agora revela qualidades fixas na forma de ser do lado do produto. Ele trabalhou o ferro, e a faca é o produto.

Segundo Marx, "a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através dela. A própria mercadoria, como o ferro, trigo, diamante etc, é, por isso um valor-de-uso, um bem. O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo... o valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço" (31).

A atividade a fim de criar valor-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas

"... é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as formas sociais. Não foi por isso necessário tratar o trabalhador em sua relação com os outros trabalhadores". (32)

O valor-de-uso, enquanto produto do trabalho, gera valor sob forma de mercadoria que, por sua vez, realiza seu valor-de-troca, alienando o valor-de-uso. Neste ciclo o valor-de-uso pertencente ao trabalhador passa a pertencer ao dono do capital que se apropria, não somente dos elementos naturais e dos meios de produção, mas, também, da

"força de trabalho sob forma de valor-de-uso. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem". (33)

31. Karl MARX. O capital, p.42

32. Ibid., p.208.

33. Ibid., p.210.

Fica claro, portanto, que a diferença entre valores-de-uso e valores-de-troca, nas mercadorias, reside como valores-de-troca na quantidade, que não contém nada de valor-de-uso. O valor-de-uso diz respeito à qualidade das mercadorias. Se retirarmos o valor-de-uso de uma mercadoria, só lhe restará a propriedade de ser produto do trabalho.

"...o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto... O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso". (34)

Mercadoria, na acepção marxista "... é antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por sua propriedade, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia". (35)

A mercadoria não deve ser entendida simplesmente como produto do trabalho do homem que se realiza na troca. Enquanto valor-de-uso, a mercadoria parece desprovida de qualquer complexidade, porém, enquanto valor-de-troca ela assume características singulares e até misteriosas.

"O caráter misterioso da mercadoria não provém de seu valor-de-uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor... O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém?... dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração do dispêndio, da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho... a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerente aos produtos do trabalho". (36)

34. Karl MARX. O Capital, p.59.

35. Ibid., p.43.

36. Ibid., p.81.

Como podemos observar, esta dissimulação faz com que o produto do trabalho apareça como mercadoria ou coisa. Esta "coisificação" imperceptível não se atém somente aos objetos, mas, sobretudo, ao homem que, como "mercadoria", vende sua força de trabalho.

Enquanto mercadoria, a força de trabalho que gera produtos do trabalho, os quais somente na troca adquirem valor socialmente homogêneo, é identificada como coisa ou objeto e seu duplo caráter não é percebido, isto é, a diferença entre a utilidade do produto do trabalho e o seu valor.

Do lado da utilidade... "tem de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se, assim, como parte componente do trabalho total, do sistema de divisão social do trabalho que espontaneamente se desenvolve... Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado que se equipara". (37)

O fato da grande maioria dos trabalhadores não estabelecer a relação entre o produto do trabalho e seu valor, percebendo apenas a "igualdade quanto à natureza material", faz com que produtos diferentes tenham valores iguais. Com isto igualam, também, trabalhos diferentes.

Tentamos demonstrar que toda relação ocorrida entre os homens, historicamente, foi mediatizada pelo trabalho, que sempre objetivou a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência. Se no período primitivo e parte do feudal o valor-de-uso sobrepunha ao valor-de-troca, no período burguês o valor-de-troca tornou-se o único fim do trabalho, isto é, produzir mercadorias para o mercado. Nesta relação, o trabalho do homem tornou-se mercadoria, na medida em que a

37. Karl MARX. O capital, p.82.

classe não detentora dos meios de produção somente possui para trocar a força de trabalho. Isto significa em última instância afirmar que, na organização social moderna de produção, os homens produzem a necessidade de trocar suas próprias relações, porque, ao terem produzido a troca como necessidade, os homens, fortuitamente, produziram excedentes. Só que as relações, na sociedade burguesa, já estão de tal forma objetivadas na forma de ser do trabalho, que este independe agora da qualidade e talento desenvolvidos pelo homem. Os homens agora se produzem na mesma relação que produzem coisas. Isto ocorre no processo de alienação da força de trabalho para torná-la mercadoria. Portanto, homem e coisa formam um todo de uma mesma relação que é a mercadoria.

O primeiro Manuscrito de MARX, traz de forma cristalina a questão do trabalho alienado. Para ele...

"a Economia Política não dá nenhuma explicação da base de distinção entre trabalho e capital, entre capital e terra". (38)

As explicações existentes são em função de interesses dos capitalistas. Para este autor ainda, as únicas forças

"...propulsoras reconhecidas pela Economia Política são a avareza e a guerra entre gananciosos, a competição". (39)

38. Erich FROMM. Conceito marxista do homem, p.89.

39. Ibid., p.90.

Na relação homem, coisa e mercadoria, no modo de produção capitalista,

"...o trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas. O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria, e, deveres na mesma proporção em que produz bens...Este fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser alienado, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa; esse produto é uma objetificação do trabalho". (40)

Esperamos ter deixado claro que a concepção comum existente a respeito do trabalho no modo de produção capitalista, isto é, de trabalho abstrato e indeterminado, camufla o seu caráter alienador. O trabalho vigente no modo de produção capitalista impede que o trabalhador se realize, se sinta bem, tenha prazer nesta relação. A forma de trabalho dominante significa castigo, sofrimento, depressão e angústia, ou seja, uma constante insatisfação. Ao invés de satisfazer as necessidades do trabalhador, o trabalho alienado é um meio para satisfazer outras necessidades, isto é, as que são criadas e perpetuadas pelo próprio sistema.

De forma incisiva, ao referir-se à forma de trabalho do modo de produção capitalista, MARX afirma que:

"...chegamos à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo em suas funções animais- comer, beber e procriar, ou no máximo também em sua residência e no seu embelezamento- enquanto em suas funções humanas se reduz a um animal. O animal se torna humano e o homem se torna animal". (41)

40. Erich FROMM. O conceito marxista do homem, p.91.

41. Id., Ibid., p.94. apud Karl MARX. Primeiro manuscrito. (XXIII)

Esta conclusão aponta para a importância do entendimento do conceito de trabalho alienado nesta sociedade atual, na medida em que a grande maioria das reivindicações contidas, tanto nos discursos, como nos documentos do Estado e Associações de "Deficientes", tem direcionado suas políticas no sentido de "oportunizar aos deficientes" acesso ao mercado de trabalho. As perguntas que surgem diante destas reivindicações são as seguintes:

a) Tornar o (df) um ser produtivo é uma meta que devemos perseguir? Em caso afirmativo, não seria esta atitude uma tendência de tornar o "desigual" "igual", repetindo assim o ciclo da concepção universal e abstrata dos fenômenos, comum no discurso liberal burguês? Como compatibilizar trabalho alienado e o acesso dos (df) neste mercado que é regido pela relação eficiência versus deficiência?

Faremos a seguir a discussão a respeito dos documentos divulgados pelo Estado e dos discursos dos (df) que tratam das questões relativas ao acesso ao mercado de trabalho pretendido para, em seguida, tentarmos responder essas questões.

CAPÍTULO III

O ESTADO BRASILEIRO E OS "DEFICIENTES FÍSICOS"

O Estado brasileiro, através dos diferentes órgãos criados para tratar das questões relativas aos "deficientes", desde 1973, tem tornado públicas suas propostas políticas.

Do conjunto das proposições contidas nestes documentos, trabalharemos, neste primeiro momento, com as partes referentes à preparação e inserção dos (df) no mercado de trabalho.

Destacaremos, inicialmente, princípios, idéias e ações previstos pelo Estado a este respeito. Suas análises críticas bem como das representações contidas no discurso dos (df), constam da parte final deste capítulo.

A questão da preparação e inserção do (df) no mercado de trabalho merece destaque, pois a orientação neste sentido, como forma de "integração social", é nítida e está contemplada em todos os documentos emitidos pelo Estado.

Iniciaremos as colocações a partir do documento elaborado em 1981 pela "Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes" denominado "Relatório de Atividades". Doravante o mesmo será referido como documento 1 ou pela notação D1.

Em seu item 4.5 "Capacitação Profissional e Acesso ao Trabalho", esta questão é colocada da seguinte forma:

"... a capacitação e acesso ao trabalho constituem direitos essenciais da pessoa humana. Em nosso país, particularmente nem sempre as ofertas correspondem à demanda e/ou à própria capacitação profissional dos deficientes... Em muitos Estados está sendo desenvolvido um trabalho integrado com enti-

Em outro documento, denominado "Plano de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente", publicado em 1986, e que doravante será referido como documento 2 ou pela notação D2, o problema em discussão continua preocupando as autoridades, e estas propõem como metas para minimizá-lo:

"... a expansão dos serviços de formação profissional e incentivo para a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho competitivo... Incentivo e formulação de legislação para assegurar a formação e o trabalho das pessoas portadoras de deficiências sem possibilidades de participar no mercado competitivo... Formulação de legislação específica para redução da jornada de trabalho para os responsáveis cuja presença e participação seja indispensável no processo de atendimento das pessoas portadoras de deficiência ..." (2)

Nesta mesma linha de preocupação, destacamos, ainda, o documento produzido pela "CORDE" denominado "1º Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", datado de agosto de 1987, e que será aqui referido como documento 3 ou pela notação D3. Seus elaboradores dedicaram um tópico ao problema em discussão, denominado "Programa de Inserção da Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho", o qual diz o seguinte, em suas considerações preliminares:

"... a opção governamental vai, portanto, na direção de uma política efetiva de criação de emprego que objetive articular demanda e oferta, valorizar o trabalho, garantir direitos e obrigações trabalhistas, incorporar mão-de-obra ociosa e novos contingentes de trabalhadores ao mercado... as pessoas portadoras de deficiência compõem uma parcela significativa dos segregados e marginalizados que buscam sua participação nos benefícios do desenvolvimento" (3).

2. BRASIL.MEC.CENESP. Plano nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficiente, p.6.

3. Ibid., p.17.

Mais especificamente, os responsáveis por estas propostas

dades de capacitação profissional (Senac, Senai, LBA e outras), visando encaminhar deficientes aos cursos promovidos por essas entidades, bem como ação integrada com empresas para o treinamento de deficientes no local de trabalho". (1)

De maneira geral, a parte relativa ao trabalho ou à capacitação profissional apresenta objetivos de grande abrangência no que diz respeito a áreas de atuação e entidades públicas e privadas envolvidas.

Estas metas apontam para a necessidade desde o levantamento cadastral de instituições que desenvolvem trabalhos de capacitação, passando pela análise ocupacional das vagas existentes no país e compatíveis com as possibilidades dos "deficientes", até a assinatura de convênios com governos estaduais e municipais no sentido de oportunizar e maximizar a colocação de "deficientes" no mercado de trabalho.

Além disso, e tendo em vista a problemática da capacitação e acesso ao trabalho, o DI prevê, ainda, concessão de bolsas de trabalho, apoio à construção de oficinas protegidas e centros profissionalizantes e elaboração de minuta de decreto estadual sobre a admissão de deficientes no serviço público.

1. BRASIL, MEC, CENESP. Relatório de atividades da comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes, p.24-25.

propõem como linha de ação a necessidade de:

"... implementar a política de expansão de oportunidades de empregos para as pessoas portadoras de deficiência no setor público, na empresa privada e em formas alternativas..... Participar na reformulação da Legislação Trabalhista, coordenando a proposta já existente ou que venham a se formalizar, com vistas à superação dos problemas que dificultam o acesso das pessoas portadoras de deficiência ao mercado de trabalho ..." (4)

À primeira vista parece existir uma igualdade de intenções nos três documentos, em termos da premente necessidade em contribuir para que o (df) tenha acesso ao mercado de trabalho. Porém, mesmo considerando esta identidade de objetivos, existem diferenças em cada documento, na forma de ler a realidade. É interessante que os dois últimos, D2 e D3, mesmo fazendo considerações mais críticas e melhor elaboradas, a respeito da sociedade em que vivemos, não conseguem encaminhar propostas coerentes com estes discursos. Como por exemplo, em D3 se afirma que:

"Questões relevantes para a integração das pessoas portadoras de deficiência têm, aliás, suas raízes nas condições de vida de grande parte da população, determinadas pelas distorções da estrutura sócio-econômica da sociedade brasileira e pelo iníquo perfil da distribuição de renda vigente". (5)

Face a esta leitura da realidade, discutem e criticam e até situam como base do problema as distorções sócio-econômicas da sociedade brasileira. Porém, apontam como possíveis soluções metas completamente divorciadas do problema. Defendem, por exemplo, a idéia da

4. BRASIL. SEPLAN. PR. CORDE. Primeiro plano de ação conjunta da coordenação nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, p.18.

5. Ibid., p.1.

viabilidade da existência de uma coordenadoria de ações ligada diretamente à Presidência da República:

" A CORDE entende que, coordenando e incentivando ações desenvolvidas por órgãos das diferentes esferas administrativas, há de se obter a racionalização no emprego dos recursos e a maximização dos resultados a alcançar: a ampliação das atividades de prevenção e de atendimento e a efetiva integração das pessoas portadoras de deficiências". (6)

Mesmo reconhecendo o descompasso operacional dos órgãos públicos e a necessidade da unificação de esforços dos diferentes Ministérios para o enfrentamento das questões relativas aos (df), o documento não avança o discurso, ficando apenas em nível da constatação. Por exemplo, tentam colocar o Estado brasileiro em pé de igualdade com a sociedade, dando mostras de que percebem a distância existente entre eles e seus malefícios.

" ... sociedade e Estado são uma só realidade no ataque a este problema, pois uma só é a nação que sofre, numa décima parte de seus filhos, limitações que poderiam ser evitadas, superadas ou compensadas, mas cuja manutenção já não se pode tolerar". (7)

Apesar dessa visão crítica de que o Estado não deve ser uma entidade fora e acima da sociedade, as propostas seguintes são no mínimo incoerentes, pois reforçam a idéia criticada de que o Estado está fora e acima da sociedade. Isto fica claro na afirmação abaixo,

6. BRASIL. SEPLAN-Pr. CORDE. Primeiro plano de ação da coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. p.4.
7. Ibid., p.4.

quando comparada com o discurso anterior, no que diz respeito ao que é proposto como metas principais da CORDE:

"Integrar os trabalhos dos diversos Ministérios envolvidos com o problema, articulando-os com a participação efetiva da comunidade, fator essencial para a sustentação do Programa". (8)

É como se o problema do distanciamento entre Estado e sociedade fosse fruto da inexistência de um órgão articulador interministerial. Não percebem os elaboradores deste documento a ingenuidade desta proposta e reforçam a visão desestrutural que permeia os órgãos públicos brasileiros.

Dentre outros fatores, acreditamos que estes encontros e desencontros na lógica interna dos discursos contidos nos diferentes documentos emitidos pelo Estado, como no caso dos que tratam das questões relativas aos (df), têm contribuído para a desarticulação existente entre os diversos órgãos criados e mantidos para cuidarem destas questões.

A localização destes órgãos na hierarquia funcional e administrativa dos Ministérios tem sido, também, objeto de preocupação dos dirigentes. Por exemplo, o CENESP, fundado em 1973, para tratar das questões da Educação Especial no Ministério da Educação, teve, inicialmente, sua vinculação junto à Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus, que seria o órgão responsável por sua supervisão. Em 1986, a direção deste órgão, na tentativa de torná-lo mais independente e com maiores possibilidades de conseguir recursos na divisão orçamentária ministerial, lutou e conseguiu transformá-lo em "Secretaria de Educação Especial", título este melhor situado na hierarquia de poder dentro do Ministério.

8. BRASIL. SEPLAN-Pr. CORDE. Primeiro plano de ação da coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, p. 11.

Em 1987, foi criada a "Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", CORDE, junto à Secretaria Geral da Presidência da República, SEPLAN-Pr. Este órgão encontra-se atualmente ligado ao Ministério do Interior.

Portanto, atualmente, o Brasil dispõe de dois órgãos distintos - CORDE e SESP - em Ministérios diferentes, tratando, em tese, das mesmas questões. Não podemos perder de vista, também, que cada um desses órgãos possui um quadro técnico-administrativo e recursos financeiros à sua disposição. Além disto, em todos os documentos citados anteriormente, produtos destes órgãos, a racionalização e otimização de recursos públicos era, em nível do discurso, meta comum.

ORGANIZAÇÃO E FALA DOS "DEFICIENTES"

Nesta parte do trabalho, tentaremos explicitar, de forma temática, o pensamento das diferentes pessoas entrevistadas ao longo de nossa pesquisa. Os discursos aqui mencionados pretendem retratar fielmente o pensamento das principais lideranças nacionais ligadas às diferentes formas de organização e luta dos (df) na sociedade brasileira.

Preparação para o Trabalho

A preparação para o acesso ao trabalho foi a reivindicação mais frequente nos vários discursos dos (df) entrevistados.

Num esforço de síntese, relataremos, a seguir, os diversos discursos dos (df) a respeito das questões que envolvem o trabalho nesta sociedade atual.

É importante relatar que durante as entrevistas, em essência, todas as questões relativas ao trabalho dirigidas aos entrevistados objetivavam conhecer como os (df) estão se organizando face ao modo de produção capitalista, sobretudo no tocante às formas de luta para inserção no mercado de trabalho, com ênfase especial nas teses da integração social, discriminação, assistencialismo do Estado e reserva de mercado.

Nota. Durante a exposição da fala dos (df), adotaremos a designação dos entrevistados pelas referências Entrevistado 1, 2, 3...

Inserção no Mercado de Trabalho

Muitas são as formas de luta dos (df), no que diz respeito a sua inserção no mercado de trabalho. Uma delas é a procura individual, através da qual o (df) recorre às empresas, aos centros de recrutamento ou outros órgãos destinados à seleção de profissionais. Outra forma é a busca de entidades que oferecem cursos profissionalizantes especializados. Geralmente, estes centros de formação possuem convênios ou estão diretamente ligados a empresas de grande porte que absorvem os melhores profissionais ali preparados. Uma terceira forma é através das Associações de "Deficientes", as quais lutam, junto à comunidade empresarial, para obtenção de vagas nos diferentes setores de produção.

Dentre estas formas de luta, percebemos que a via dos órgãos conveniados com empresas, que preparam o profissional para o trabalho, e a via da Associação de "Deficientes" são as que mais resultados conseguiram. A busca individual, conforme pudemos perceber, é sempre marcada pela discriminação e dificilmente o (df) é contratado.

Um problema comum a todas estas formas de luta é a falta de preparação do (df), em termos de mão-de-obra especializada. A grande maioria dos (df), segundo os presidentes de associações, além de não ter tido acesso aos diferentes níveis de escolarização, não possui nenhuma profissão.

"... o mais difícil, o principal obstáculo que nós encontramos é a não habilitação. Quase todos nossos deficientes não estão habilitados para trabalhar; não têm formação; não têm experiência. Desejam trabalhar, mas têm uma série de impedimentos, né, que os levam a essa não habilitação para o trabalho". (entrevistado 5)

Ficou evidente ainda, na fala deste entrevistado, a percepção

crítica da sociedade como fonte geradora da deficiência, isto é, ela gera e discrimina o que criou.

"... então, hoje mesmo, nesse 4º Seminário Latino-Americano, foi colocado que a sociedade rejeita a mão-de-obra, essa mão-de-obra deficiente. Ela gera a deficiência e ela própria rejeita essa mão-de-obra. Desde quando ela faz opção né, pela mão-de-obra não deficiente? Quando a gente encontra uma série de barreiras, inclusive, no caso do (df), as barreiras físicas, até do próprio local de trabalho, do transporte do deficiente até esse local de trabalho, então são uma série de requisitos, de obstáculos que esse deficiente tem que vencer ..." (entrevistado 5)

Um outro obstáculo mencionado foi a força física. Devido às limitações dos (df) em termos de movimentos e habilidades, a mercadoria força de trabalho sofre alteração em seu valor-de-troca no modo de produção capitalista, dificultando, assim, o acesso ao mercado de trabalho.

"... um deficiente físico não pode carregar caixas pesadas, tijolos, ser servente de pedreiro, é mais complicado. Já imaginou um (df) em uma cadeira de rodas carregando uma caixa nas costas? Ou ele toca a cadeira ou segura a caixa, como é que ele vai fazer? Então sem acesso à Educação e à qualificação profissional, adeus mercado de trabalho, sem mercado de trabalho não tem dinheiro, sem dinheiro não tem integração ..." (entrevistado 4)

Nesta linha de preocupação, isto é, das condições físicas dos (df), alguns entrevistados consideraram este fator como um dos mais sérios obstáculos para sua aceitação no mercado de trabalho. Apesar de reconhecerem que os (df) possuem limitadas condições para o trabalho e necessitam que lhes sejam oferecidas outras, para eles específicas e justas, não conseguem avançar o discurso diante da questão crucial, isto é, como conciliar eficiência com "deficiência" no modo de produção capitalista?

Por implicar reflexões e estabelecimento de relações mais amplas, alguns discursos ao mesmo tempo que apontam para os problemas do

modo de produção capitalista, não conseguem perceber este sistema como um bloco único, cujos princípios e metas fundamentais independem do país em que está dominando.

"... Mas têm deficientes que são mais graves, o cara que é tetraplégico, o cara que tem alguma outra limitação séria, esse também tem direito ao mercado de trabalho. Só que numa sociedade onde a questão é medida deste jeito, eles vão ter problemas. Por isso que a sociedade capitalista dos países desenvolvidos criaram as famosas oficinas abrigadas, que são oficinas onde tem um supervisor para evitar que o cara se machuque no trabalho e ao mesmo tempo onde o grau de competitividade é menor..." (entrevistado 1)

Na medida em que não consegue perceber esta unidade do capitalismo, o entrevistado atém-se nas diferentes formas aparentes que assume. Por isto, ao mesmo tempo que condena a voracidade de lucro do sistema capitalista brasileiro, aponta como possível solução do problema "deficiência x eficiência", o incentivo fiscal, como mecanismo de compensação para o empregador, da deficiência do empregado.

"... Agora, sociedade onde isto é colocado na forma de lucro, a única forma de compensar isso é com incentivos fiscais, alguma coisa deste tipo..." (entrevistado 1)

A discriminação também foi considerada pelos (df) entrevistados um dos fatores responsáveis pelas dificuldades encontradas quando buscam ter acesso ao trabalho. Esta discriminação aparece sempre por parte das empresas de forma velada e, dificilmente, é dito a um (df) que ele está sendo preterido por ser "deficiente". Geralmente a discriminação busca apoio ora nos exames médicos, ora na "política da empresa". Inúmeros são os depoimentos de (df) que, após realizarem exames teóricos e obterem os primeiros lugares, foram considerados "inaptos", não para a função, mas por serem "deficientes"

"... eu não tive assim um caso marcante. Houve várias circunstâncias na minha vida que realmente mar-

caram. A primeira delas foi depois que me formei. Eu tentei começar a trabalhar e pelos próprios colegas médicos, eu nunca fui julgado pela minha capacidade de trabalho, mas pela minha deficiência, sempre. Nunca aparecia em primeiro lugar como(nome dele),mas como(nome deficiente).... Um colega de dois anos de profissão no mesmo emprego me deu como incapacitado, porque ele achava que deficiência física é uma doença, e que não poderia entrar numa empresa. Quem é doente não pode entrar. Então ele achava que eu era doente. Eu tive que levar duas horas para convencê-lo que eu era médico e não sou doente, eu sou portador de uma deficiência mas eu não sou doente ..."(entrevistado 2)

Percebendo a discriminação, porém numa ótica crítica, encontramos discursos que conseguiram associar o processo discriminatório que ocorre no trabalho e o salário pago aos "deficientes", ou seja, a contrapartida que o empresário recebe por empregar um "deficiente" é o direito de poder pagar menos para uma pessoa que produz igual aos demais trabalhadores.

"... Bom, eu acho que não há dúvida que o deficiente é tratado de forma duplamente discriminada no seu trabalho. O projeto de integração dos portadores de "deficiência" no trabalho, na sociedade, ainda se dá sob uma ótica assistencialista feudal, então é claro que terá que ter uma paga inferior (porque está sob esta ótica). Por isso, quando falamos de superar a deficiência e começar a tratar como diferença, como diferença geradora de qualidade, nós estamos indo além da mera integração do indivíduo no mercado de trabalho sob a ótica assistencial, só para acomodar, fazer filantropia das situações sociais ..."(entrevistado 10)

A discriminação apareceu não somente enquanto atributo da sociedade, mas também do próprio (df). A idéia da diferença percebida pelo (df), principalmente os traumáticos, tem sido um fator negativo para a inserção no mercado de trabalho.

"... o que na primeira fase no mercado de trabalho me atrapalhava um pouco era o complexo que eu sentia, o medo de me mostrar para as pessoas, porque eu era diferente. Eu não tinha mais aquelas pernas perfeitas, andava de cadeira de rodas. Então, eu percebi no rosto das pessoas que me encaravam que elas

transmitiam uma sensação diferente, era um choque para elas ..."(entrevistado 3)

Enquanto para muitos (df) a discriminação foi considerada fator importante e que deve ser superada para que a "integração na sociedade e no trabalho" se efetive, alguns (df) não vêem a questão por este ângulo.

"... olha eu nunca fui discriminada no meu trabalho, mesmo porque eu sempre lutei para que as pessoas não me discriminassem. Eu sempre cumpri um horário de trabalho, nunca deixei que as pessoas dissessem que eu tenho que chegar um pouco mais tarde e tenho que sair um pouco mais cedo, porque sempre achei que se eu fosse acatar essa idéia de meus colegas de trabalho, ou do meu próprio chefe, eu estaria me discriminando"(entrevistado 7)

Encontramos, ainda, o discurso que colocou de forma simplista a ignorância como fator de discriminação, chegando a afirmar que:

"... Se tivesse um pessoal, treinado para trabalhar esse indivíduo, desde pequeno, ele não sofreria nenhuma discriminação. O deficiente físico congênito, que nasce com a deficiência, é discriminado por ignorância, começa pela família, pela falta de centro de reabilitação e pela falta de pessoal capacitado para trabalhar com ele. Então essa discriminação começa por ignorância [...]"(entrevistado 2)

Integração Social

A associação entre estar empregado e ter dinheiro, com integração social e não-discriminação foi percebida em diferentes falas. Esta questão é percebida de forma mecânica e numa relação de causa e efeito.

Indagamos a respeito da forma mecânica e dividida que o trabalho se apresenta no modo de produção capitalista, onde, devido às limitações dos (df), eles são preparados e colocados, na maioria das vezes, para realizarem tarefas simples, repetitivas, e na grande maioria

das respostas obtidas, os entrevistados concordam e aceitam naturalmente esta situação.

Alguns, partindo do princípio de que a maior parte dos (df) não tem acesso à profissionalização e/ou educação, encontram no trabalho mecânico, simplificado e alienante, uma das saídas para o problema da integração do (df). Senão vejamos:

"... a saída, quer dizer, um tapa furo, é por aí. Uma atividade mecânica, em que ele não tenha condições de utilizar seu intelecto, não necessita de habilidade. Então, a saída é tampar o furo de algum jeito. Mas a grande dificuldade do deficiente físico é justamente de não ter condições físicas, não ter condições de carregar um saco nas costas, de ser um auxiliar de pedreiro, isso que é o problema. Então, é preciso que ele seja integrado em uma atividade que talvez exija dele isso ...". (entrevistado 3)

Outros, por sua vez, vão mais longe em suas análises. Apesar de aceitarem passivamente esta forma simplificada e mecânica do trabalho, entendem que não são somente os (df) que estão sendo submetidos a esta alienação, mas a maioria da classe trabalhadora.

"... Pensando bem, esta mão-de-obra também é necessária. Então o deficiente pode ser utilizado para o trabalho mecânico, desde que ele tenha essa formação, desde que ele consiga com isso sobreviver e ter uma vida normal. Eu não vejo problema na preparação, em apertar parafusos, ou fazer uma moedinha, você tem que ter alguma mão-de-obra especializada. Quando falo em especializada não significa que tenha uma faculdade, ele tem que saber fazer alguma coisa para ser aproveitado no mercado de trabalho. Então com o apertar parafuso, fazer uma bandeirinha, ótimo, ele vai trabalhar, ele vai ser empregado, vai produzir, vai ter como chegar ao serviço. Aí entra bem esse problema, preparar, isso é uma coisa boa ...". (entrevistado 4).

O discurso coloca ainda a luta pelo resgate do "estado de utilidade" do (df) como meta importante, independente do que ele fará ou em que condições realizará seu trabalho. O importante é estar trabalhando.

"... a maioria dos (df) tem direito de estar lá apertando parafuso. Não é demérito nenhum apertar parafuso, ele tem uma profissão, pelo menos está sendo útil, inclusive para ele que é o mais importante ..."
(Entrevistado 2)

Este mesmo discurso, apesar de suas contradições e limitações, consegue perceber no (df) um certo potencial, que somente não está sendo desenvolvido devido às condições sociais que lhes são oferecidas.

"...Mas eu tenho certeza que se tivesse condições, ele poderia chegar a outras profissões, ser professor de matemática, médico, advogado ..."(entrevistado 2)

Numa análise bem próxima da nossa, alguns (df) tratam esta questão de forma mais abrangente, saindo do nível da realização individual, para o nível da realização coletiva dos (df). Apesar disto, eles não conseguem apontar para a necessidade de uma possível transformação da ordem social vigente. Acreditam na possibilidade de uma reorganização cultural e econômica como forma de minimizar a questão do trabalho dos (df).

"... não necessariamente ele precisa chegar a uma faculdade. Se, apertando parafuso, ele for bem remunerado, tendo uma infra-estrutura que lhe possibilite ter uma vida socialmente útil, não individualmente útil, mas socialmente útil, ele pode continuar apertando parafuso. O cara que aperta parafuso na Suécia é socialmente muito mais útil que eu, que tenho diploma superior no Brasil. É uma questão cultural muito importante, é uma questão econômica muito importante. Nós podemos chegar ao ponto que a gente vai trabalhar no sistema capitalista, tendo a deficiência como um pano de fundo ..."(entrevistado 4)

Quanto às entidades responsáveis pela preparação profissional e conseqüente inserção no mercado de trabalho, os (df) fizeram questão de diferenciá-las, tendo por base a forma de gestão encontrada em cada uma. Mencionaram a existência de entidades...de e entidades...para "deficientes". A diferença colocada entre as duas entidades é a seguinte

te: as primeiras são mantidas e dirigidas exclusivamente por deficientes, enquanto que as segundas são organizações geralmente compostas técnicos - pedagogos, psicólogos, fisioterapeutas, médicos - a serviço dos "deficientes".

"... você precisa fazer uma diferenciação muito grande entre entidades de deficientes e entidades para deficientes..tem uma coisa aqui no Brasil que é, muito perigosa e que está cheia de entidades para deficientes, fazendo, brigando por incentivos para empresas que empreguem deficientes. Bom,ela está empregando um cara produtivo que vai trabalhar e que é um cidadão, não tem que ter incentivo coisa nenhuma. Você não tem que lutar para o cara ter um emprego garantido.Você tem que lutar para que ele tenha competência, formação profissional e condições de chegar ao emprego junto com os outros."... é uma dessas brigas, não só no campo físico.A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e a própria SORRI (Sociedade para Reabilitação e Reintegração do Incapacitado) têm esse modo de pensar.... Há briga das pessoas para que haja incentivos fiscais as empresas privadas que empregam deficientes. A empresa explora o cara porque paga mal e havendo ainda incentivo, o (df) acaba trabalhando de graça para a empresa. Eles usam o deficiente para servir em nome de uma necessidade que hoje o capitalismo está colocando" (entrevistado 4)

Além desta diferenciação, o discurso denuncia ainda a íntima ligação entre entidades para deficientes e a classe empresarial.A visão crítica de seu conteúdo possibilita perceber com mais nitidez o caráter paternalista e assistencial dessas instituições. Mostra ainda a visão de totalidade que deve nortear a luta em prol do "deficiente" nesta sociedade.

"... precisamos saber qual a filosofia destas entidades e como nós como entidades de deficientes que têm outra filosofia vamos brigar por isso, entende. Porque o problema é o seguinte, se nós chegarmos lá e dissermos que somos contra esse tipo de coisa, a primeira coisa que nós vamos ouvir é, mas é lógico, vocês são classe média, vocês têm dinheiro, vocês são entidades ricas, não dependem de nós.Nós não, só atendemos deficientes pobres.Issó a gente ouve muito no Brasil. As entidades que brigam por uma melhoria

social de portadores de deficiência, que não é uma melhoria ali na hora, que passa por todo um processo, ela é vista como uma entidade rica que briga pelo deficiente classe média, que é o cara que anda de carro, que é o cara que vai ao restaurante. Espera aí... todos deveriam andar de carro, ir ao restaurante etc ..."(entrevistado 4)

A "SORRI BRASIL", por exemplo, é vista pelos (df) como entidade para "deficientes". Conforme publicação em seu jornal, denominado "Jornal da Sorri", esta instituição teve como fundador, no Brasil, Thomas Ferran Frist que, como contratado da "American Leprosy Missions", veio ao Brasil em 1972 para estudar o problema da segregação de pessoas com hanseníase. Deste estudo surgiu, em 1974, um plano de ação, denominado de "Pro-Rehab" (Projeto para Reabilitação do Hanseniano) em Bauru-SP. O Plano tinha como objetivo:

"... a integração social através de uma reestruturação dos sistemas segregados e centralizadores que caracterizam o tratamento do paciente de hanseníase. Mais tarde, o plano foi aprovado pela Secretaria de Saúde e de Promoção Social do Estado de São Paulo ..." (9)

A reportagem traz, ainda, dados históricos sobre a fundação desta entidade, tais como:

"... no dia 25 de setembro de 1976, Thomas e líderes da comunidade de Bauru, que ele tinha convidado para serem co-fundadores, se reuniram para discutir e aprovar o estatuto da entidade que recebeu o nome de "Sociedade para Reabilitação e Reintegração do Incapacitado- SORRI-..." (10)

Esta entidade atualmente tem ramificações em diferentes cidades do estado de São Paulo. Além da capital, existem ainda outros centros em São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e Campinas.

9. JORNAL DA SORRI. Edição Especial. 25 set. 1986, p.3.

10. Ibid., p.3.

Durante visita realizada em uma de suas instalações, a de São Paulo, capital, que funciona precariamente em um antigo depósito da prefeitura, no bairro de Bom Retiro, encontramos em funcionamento, ali, uma pequena escola-empresa. Os "deficientes" matriculados que estavam sendo preparados, eram colocados, de acordo com suas condições físicas e habilidades, em funções específicas de trabalho. O processo, o controle e os resultados buscados pela escola-empresa, assemelhavam-se, ao máximo, aos da indústria conveniada com a entidade "SORRI". Nesta ocasião, os "deficientes" realizavam, uma a uma, todas as fases necessárias para a montagem de um microfone. A indústria fornecia as peças já preparadas e padronizadas e os "deficientes", dispostos como em uma linha de montagem, repetiam a mesma tarefa diariamente. O produto do trabalho era revertido parte para a instituição e parte para os "deficientes", uma vez que estes eram considerados semiprofissionais.

Presenciamos também, no local, a existência de um gerente de atividades (não-deficiente) que controlava, desde a hora de chegada até a quantidade de peças produzidas por cada (df). Segundo este gerente, era preciso garantir na escola as mesmas condições de trabalho que os "deficientes" iriam encontrar na indústria, uma vez que, depois de treinados, parte deste pessoal é aproveitada por ela. A escola envia para a indústria, junto com o trabalhador, uma ficha detalhada a respeito do profissional a ser empregado. Nesta ficha constam dados que vão desde considerações sobre conduta, família, até a capacidade produtiva na função treinada.

Os recursos destinados pelos órgãos públicos e privados à escola-empresa, segundo a administração, não são suficientes para cobrir os gastos que possuem com alimentação, transporte e outros materiais necessários ao atendimento diário dos "deficientes". A maioria deles

faz suas refeições no local de trabalho. Tanto os serviços de cozinha como de limpeza e manutenção da escola são feitos pelos próprios "deficientes".

Em nível nacional, outras entidades também oportunizam condições aos "deficientes" de terem acesso a uma profissão. São os casos do SENAC (Serviço Nacional do Comércio) e do SENAI (Serviço Nacional da Indústria) e de algumas isoladas escolas técnicas profissionalizantes, espalhadas pelo Brasil, que atuam em 1º e 2º graus.

Estas instituições, contudo, não possuem uma política específica para preparação dos "deficientes", como é o caso da SORRI-BRASIL. Geralmente, nem o SENAI nem o SENAC têm condições de atender aos diferentes tipos de "deficiências", como a SORRI-BRASIL.

O atendimento nestas outras entidades sociais atém-se às pessoas "deficientes" capazes de se ajustarem às formas padronizadas e estruturadas destes centros profissionalizantes. Este fato, por si só, já é um grande limitador de oportunidades.

Retomando os discursos dos (df), merece destaque uma outra denúncia feita durante as entrevistas e que diz respeito à utilização pelos empresários de "deficientes visuais e auditivos", em locais de insalubridade sonora ou em câmaras escuras.

"... esta questão existe, é um fato real, é uma realidade que nós enfrentamos. Por exemplo, hoje foi colocado, né, o caso do surdo trabalhando em gráfica, que tem extremo ruído. Então, nós vamos empregar o deficiente físico porque ele sai pouco, tem dificuldades de ir ao banheiro, vai ficar mais parado, e vai produzir mais. Vamos empregar o cego na câmara escura porque lá ele vai produzir mais. Eu acho que isso é um estigma que tem que ser combatido ..."(entrevistado 5)

Esta colocação é extremamente interessante, na medida em que responde em parte algumas das questões colocadas no início deste capítulo. Senão vejamos: até este ponto do trabalho a "deficiência" sempre esteve colocada como antítese da eficiência. Porém, a partir da constatação de que o modo de produção está encontrando na "deficiência" uma forma de extração da mais-valia, a situação passa a configurar-se de maneira completamente diferente, pois, com isto, o significado para o empresário de "ser deficiente" passa, de "ser eficiente" ou de estigma, a virtude, na relação homem/ produção. Contudo, na relação homem /salário, somente o significado "ser deficiente" é que continua sendo considerado.

Esta realidade objetiva e prática pode significar que o modo de produção capitalista já consegue perceber na "deficiência" uma "eficiência", uma forma "sublime e bela" de extrair a mais-valia e ainda receber recompensa. O sistema só não permite, pelos seus mecanismos intrínsecos de criação e discriminação dos (df), que estes percebam a duplicidade do processo exploratório, isto é, enquanto homens e deficientes

É importante ainda, explicitar o quanto os (df) lutam por sua aceitação e valorização no seio da sociedade. Apesar de todas as vicissitudes a que estão submetidos, encontram forças para gritar bem alto o quanto podem realizar pela sociedade.

"... eu acho que a pessoa tem que ser valorizada pelo potencial e não por sua limitação. Eu acho que esta tem que ser a visão do empregador, da sociedade, da comunidade, onde essa pessoa vive. Eu quero conseguir, por exemplo, um emprego, pelo meu potencial, pela minha capacidade e não pela minha limitação ...".(entrevistado 5).

Uma outra questão que merece destaque é a do período probatório de 3 meses previstos em Lei, tempo considerado de experiência. Merece destaque o papel de "cobaias" que os (df) têm assumido nas empresas, isto é, são admitidos em caráter experimental, aprendem o trabalho, executam as tarefas igual aos demais funcionários, recebem salários irrisórios e quando são "aprovados", continuam sendo discriminados. Porém, a grande maioria, após este período, é dispensada.

"... acontece, inclusive, de deficiente que é colocado sabe, por período de experiência, quer dizer, tendo sua mão-de-obra explorada, recebendo um salário insignificante, metade da metade do salário mínimo e que, após longo tempo de experiência ou mesmo com contrato provisório, é dispensado. Então, isto é uma exploração da mão-de-obra, né? Ele quer uma mão-de-obra barata, porque isto está muito ligado, intrinsecamente ligado, àquela mentalidade de que ele está fazendo caridade. Quando ele emprega um deficiente, ele está abrindo a porta do céu ..."(entrevistado 5)

Criticando esta posição empresarial, alguns depoimentos tentaram direcionar o eixo das discussões para o campo da competência, sem a preocupação com o caráter bipolar deste conceito.

"... então, isso é um negócio que tem que ser extremamente combatido. Olha, eu acho que nós precisamos ir abrindo estas portas através da competência. Nós temos que demonstrar competência, não sermos superfuncionário, o supertrabalhador, como se

tivéssemos que superar às outras pessoas que estão trabalhando. Mas eu acho que, a partir do momento que num local de trabalho, existe um deficiente físico trabalhando e que este mostra a competência, mostra a responsabilidade, ele abre portas para que outras pessoas que vêm atrás dele. Eu vejo assim, na nossa experiência de colocação de trabalho, nos locais onde a gente conseguiu colocar uma pessoa que correspondeu a expectativa...."(entrevistado 5)

A preocupação com a competência, com a capacitação profissional, foi uma constante nos discursos, apesar de a grande maioria reconhecer nos transportes a principal barreira para efetivação destes objetivos.

"... olha, nós os estamos encaminhando já há algum tempo para o SENAC, sabe, para fazer cursos técnicos de soldador, pintor, marceneiro, costureiro, sapateiro, e uma série de cursos, mesmo técnico e práticos, cursos que a gente sente que eles têm condições de serem absorvidos no mercado de trabalho. Agora a grande dificuldade para esse convênio que pretendemos realizar é exatamente do transporte ..."(entrevistado 5)

Nesta linha de proposta para solucionar o problema da colocação do (df) no mercado de trabalho, existem "deficientes" que reivindicam condições financeiras para iniciarem pequenos negócios. Ficou claro que a Associação não oferece esta condição.

".. se eu tivesse aqui um órgão que dissesse, olha vou financiar gráfica, eu pegava uma sala dessa, montava uma gráfica, botava dez deficientes trabalhando. Montava uma marcenaria, botava mais dez trabalhando. Botava pintura, artesanato, mas a gente não tem apoio pra fazer isso. É difícil a gente arrumar como fazer [...]"(entrevistado 6).

"... em termos de associação de deficientes, pelo menos aqui no Recife, a gente não tem condições de chegar na rua e tirar o deficiente que está esmolando e trazer para cá. Porque aí a gente vai ficar, a gente e ele, aqui doidos para ir pra rua também. Não vai ter o que dar a ele e não tem condições. Agora, a partir do momento em que as associações estejam preparadas pra trazer esse pessoal, eu creio que muita gente larga a rua e vem para cá .."(entrevistado 8).

Mesmo considerando a constante identidade entre as posições dos diferentes (df) entrevistados, no que diz respeito aos problemas relativos ao trabalho, encontramos algumas situações peculiares, como por exemplo, os discursos que comparam a relação social dos "deficientes" como a relação existente no regime feudal. Este discurso, entretanto, não consegue com clareza evidenciar as bases desta comparação.

"... nós até estamos achando que temos que lutar para que o deficiente físico passe a fazer parte do mercado de trabalho, não porque achamos que simplesmente seja seu fator maior de integração, mas porque achamos que a relação que a sociedade brasileira hoje possui com os portadores de deficiência ainda é feudal, essencialmente assistencialista, e no máximo paternalista. Isso...o comportamento da sociedade em estruturas diferentes não se diferencia do comportamento feudal onde há igreja, ou pessoas bondosas ligadas aos portadores de deficiência. Então, nós estamos sentindo que talvez seja interessante chamar a sociedade a permitir que os deficientes fizessem a sua revolução, que passassem do feudalismo para o capitalismo ..."(entrevistado 10).

Este mesmo discurso ao advogar a "revolução dos deficientes" do feudalismo para o capitalismo, contraditoriamente, advoga o ingresso do (df) neste mercado de trabalho que denomina de capitalismo selvagem.

"... claro que não gostaríamos que fosse um capitalismo selvagem, mas gostaríamos de inserir a integração que nós propomos. É a inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, para que ele seja explorado como qualquer outro indivíduo ..."(entrevistado 10).

Ao final do discurso, este entrevistado tenta recuperar o potencial dos (df) na competência. O exemplo que utiliza para justificar esta afirmação, não foi, no nosso modo de entender, o mais adequado, na medida em que não consegue perceber o reverso da moeda, ou seja, a capacidade que o sistema capitalista possui para adequar-se quando tem possibilidade de extrair mais-valia dos trabalhadores.

"... por outro lado, nós colocamos que o portador de deficiência possui algumas qualidades no trabalho, próprias de suas diferenças. Vou dar um exemplo que usei hoje: o cego trabalhar em uma câmara escura, isso não é apenas uma adequação que nós estamos fazendo da deficiência para o modelo capitalista, porque achamos que a diferença que o portador de deficiência visual possui para realizar este trabalho o torna mais capacitado do que o outro indivíduo. Isso também implica num pagamento melhor deste indivíduo, quer dizer, ele poderia brigar por uma diferença que possui, e não dizer que sou cego e sirvo para trabalhar na câmara escura. Ele iria brigar por ser portador de deficiência visual. Sou melhor e produzo muito mais, então, tenho que ter um salário adequado ..." (entrevistado 10)

A respeito da discriminação na sociedade e conseqüentemente no trabalho, sofrida pelo (df), encontramos as seguintes colocações:

"... bom, eu acho que não há dúvida que o deficiente é tratado de forma duplamente discriminada no seu trabalho, exatamente porque, voltando àquele aspecto que eu estava falando antes, o projeto de integração dos portadores de deficiência no trabalho, na sociedade, ainda se dá sob uma ótica assistencialista feudal, então é claro que, sob essa ótica, o trabalho será de menor importância e o fruto do trabalho terá que ter uma paga inferior. Por isso, quando nós falamos de superar a deficiência e começar a tratar como diferença, como diferença geradora de qualidade, nós estamos indo além da mera integração do indivíduo no mercado de trabalho sob uma ótica assistencial, só para acomodar, fazer filantropia da situação social ..." (entrevistado 10)

"... o que na primeira fase no mercado de trabalho me atrapalhava um pouco era o complexo que eu sentia, o medo de me mostrar para as pessoas, porque eu era diferente, eu não tinha mais aquelas pernas perfeitas, andava de cadeira de rodas... Então eu percebia no rosto das pessoas que me encaravam que elas transmitiam uma sensação diferente, era um choque para elas ..." (entrevistado 3)

A maior parte dos discursos aponta para a necessidade de integrar o "deficiente" no mercado de trabalho. Contudo, questões relativas às condições e tipo de trabalho buscado para os (df), poucas vezes foram mencionadas por parte dos entrevistados. Mesmo as respostas

mais críticas não conseguiram avançar e colocar em questão o problema do trabalho alienado, presente no modo de produção capitalista. A questão do trabalho, vista pelos (df), identifica-se substancialmente com a visão do Estado contida nos documentos, isto é, com a concepção abstrata a-histórica e homogênea de trabalho, o qual, neste prisma, é visto apenas como gerador de riqueza.

O confronto dos discursos do Estado e dos "deficientes" será realizado a seguir.

CONFRONTANDO OS DISCURSOS

No conjunto dos discursos, tanto dos (df) quanto dos órgãos do Estado, alguns pontos merecem destaque. Dentre eles, o papel de "neutralidade" assumido pelo Estado; a predominância do ideário liberal burguês; as formas astutas que o capitalismo utiliza para tratar os (df); a identidade entre os projetos do governo e os anseios dos (df) no que diz respeito às questões do trabalho, bem como a incoerência entre o proposto e o realizado pelo Estado brasileiro.

Como estas questões estão intimamente relacionadas, procura remos examinar criticamente os discursos de forma global, embora explicitando ora um, ora outro ponto em destaque.

Em todos os documentos apresentados no capítulo anterior, manifesta-se certa identidade de intenções, no sentido de contribuir para que o (df) tenha acesso ao mercado de trabalho. O mesmo podemos afirmar dos discursos dos (df) que, em sua grande maioria, apontam para a necessidade premente do acesso a este mercado.

Porém, mesmo considerando esta identidade que permeia os objetivos dos discursos, tanto dos (df) como do Estado, é preciso destacar algumas nuances percebidas pela forma de ler a realidade.

É interessante, por exemplo, a forma como em D1 se justifica a necessidade do apoio do Estado e de toda a sociedade aos (df). Valem-se seus elaboradores de críticas sutis, baseados em dados fornecidos pela ONU, evitando mencionar questões sociais internas do Brasil. Isto fica claro no item referente a "Situação no País", uma vez que a partir da estimativa da existência de 10% da população brasileira com algum tipo de "deficiência", eles consideram estes dados alarmantes e advogam a reflexão sobre a situação dos países em desenvolvimento.

"... onde vivem milhões de pessoas que apresentam deficiências congênitas ou adquiridas, muitas das quais poderiam ser evitadas ou reduzidas mediante adoção de medidas simplificadas de prevenção e reabilitação, que estariam dentro das possibilidades das próprias comunidades, desde que estivessem devidamente informadas e capacitadas a fazê-lo ..." (11)

Mais adiante dizem:

"... no Brasil, há necessidade, ainda, de uma tomada de consciência da realidade sócio-econômica que envolve o problema de uma reformulação de conceitos e de metodologias, superando-se a idéia de que a reabilitação só é possível com equipe numerosa, equipamento sofisticado e instalações físicas dispendiosas ..." (12)

A leitura que é feita da realidade não consegue dar conta, sequer, das contradições aparentes do sistema capitalista vigente- que contribuem para a manifestação das "deficiências"- nem dos efeitos perniciosos ao homem, causados por ela. Não são "percebidos" os momentos em que a sociedade brasileira cria o "deficiente".

Aceita-se a situação "sub-humana" em que vive a grande maioria dos brasileiros e tenta-se induzir a idéia de que poderiam ser evitados os diferentes tipos de "deficiências", desde que os indivíduos tivessem consciência e a comunidade fosse preparada para "preca-riamente", sem sofisticação, agir no processo preventivo. Em nenhum momento discute-se como tem sido a relação entre os homens no modo de produção capitalista.

Esta "ingênua" forma de ler a realidade esconde a "verdadei-
ra" causa e tenta, pela inversão, atribuir ao indivíduo e à sua igno-
rância a maior parcela de "culpa". Não são discutidos nem identifica-

11. BRASIL.MEC.CENESP. Relatório de atividades da comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes, p.5.

12. Ibid.,p.5.

dos os fatores determinantes da inconsciência e da ignorância. É como se o problema pudesse ser resolvido simplesmente informando-se a população dos riscos, perigos e formas de prevenção das doenças que levam à "deficiência".

As condições precárias de vida da maioria da população não estão em questão. Viver em uma favela ou palafita, ou em locais sem as condições mínimas de higiene e saneamento básico parece, pelo discurso do Estado, significar a mesma coisa que viver em casas de alvenaria com toda infra-estrutura, luz, água, esgoto, asfalto etc. A desigualdade de condições parece, propositalmente, não ser considerada, para ocasionar uma equivocada leitura da realidade.

Fala-se, também, de uma "reabilitação não sofisticada", dando mostras do reducionismo que fazem da própria concepção de reabilitação. Não admitem "equipes numerosas" no processo de reabilitação dos "deficientes", embora admitam-se numerosas as equipes técnico-administrativas dos órgãos como CORDE e SESP, já mencionados.

Reabilitação Física, Um Conceito Reduzido.

Reabilitação. Esta palavra foi tão utilizada que merece alguns comentários à parte.

A reabilitação, de acordo com a Portaria Ministerial nº 8, de 21 de março de 1978, do Ministério da Previdência e Assistência Social, é entendida como "[...] o desenvolvimento da programação terapêutica específica de natureza médico-psicossocial". Esta Portaria prevê ainda que são as seguintes as metas mínimas de reabilitação para os (df):

"... alcançar a independência física que permita o exercício das atividades da vida diária e da vida escolar ou laborativa de acordo com o quadro clínico e a idade ..." (13)

Tomando por base os discursos dos (df), a questão da reabilitação foi colocada por eles como quase inexistente. A reabilitação a que conseguiram ter acesso foi nitidamente de natureza médica. Segundo os depoimentos, existem no Brasil pouquíssimos centros de reabilitação equipados e preparados para atender os "deficientes" em todas as fases do processo de reabilitação. Grande parte dos hospitais conveniados ou clínicas particulares limita-se à reabilitação médica, restabelecendo praticamente as funções biológicas do indivíduo. Esta constatação permite inferir que nem as metas mínimas previstas no processo de reabilitação pelo Ministério da Previdência e Assistência Social estão sendo observadas e cumpridas.

"... todo deficiente, um traumatizado adulto, por exemplo, passa por isso. Primeiro a sobrevivência no hospital; depois a reabilitação; depois que passa a reabilitação eles te jogam para fora da reabilitação. Ora sem definir nada ainda, meu Deus, o que você vai fazer agora?..."(entrevistado 2).

"... olha, a questão de saúde eu a acho deficitária em todas as áreas e não só na nossa. Temos como reivindicação e projeto, até o ano que vem, a construção de um Centro de Reabilitação. O estado de Goiás não possui nenhum em termos de reabilitação física, é um verdadeiro caos. As pessoas que sofrem um traumatismo no estado de Goiás, que não conseguem sair de lá, não se reabilitam. Temos o Sara Kubistschek, em Brasília, que atende o Estado de Goiás, mas é difícilimo você conseguir um atendimento no Sara pelo nível do atendimento, pela qualidade"(entrevistado 5).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, Reabilitação é a

"... aplicação coordenada de um conjunto de medidas médicas, sociais, educacionais e profissionais para preparar ou readaptar o indivíduo com o objetivo de que alcance maior preparação possível da capacidade funcional ..." (14)

Este entendimento de reabilitação, mesmo considerando sua abrangência, parece dirigido mais às pessoas que sofreram acidentes e se tornaram "deficientes", do que às pessoas com anomalias congênitas.

Encontramos ainda na literatura reabilitação como sendo restauração de uma função que já existiu:

"... no retardado mental, por exemplo, em muitos casos, a deficiência é genética, sempre existiu desde o nascimento; na realidade não se vai restaurar, e sim propiciar o desenvolvimento de potencialidades existentes, através do processo educativo, habilitando o indivíduo para melhor se integrar no seu ambiente ..." (15)

Consideradas as nuances entre os autores, parece comum, no entanto, que a reabilitação deve consistir em um processo contínuo na vida do "deficiente". Neste processo, a reabilitação deve manifestar-se de diferentes formas, ora como atividade educacional, ora como médica, ora como laborativa, ora como restauradora de funções motoras, ora como vocacional e até espiritual.

Esta forma de conceber a reabilitação parece equivocada, na medida em que é entendida em partes estanques e fragmentadas de um processo que é contínuo. E é isto o que mais tem ocorrido no Brasil em termos de reabilitação. Ela é concebida como contínuo, em nível da legislação, porém na prática apresenta-se de forma descontínua e por

14. Luzimar A. SOMBRA, Educação e integração profissional de pessoas excepcionais; análise da legislação, p.42, apud UNESCO. International Bureau of Education Terminology; special education.

15. BRASIL. MEC. CENESP. Introdução do excepcional na força de trabalho, p.33.

agregação ou justaposição de ações, e não de forma contínua e inter-relacionada.

Não tem sentido algum "reabilitar" o indivíduo apenas em um ou em alguns aspectos de suas funções vitais e sociais. A vida, como a sociedade, é dinâmica, e dinâmica também deve ser a reabilitação.

No documento D1, o discurso de seus elaboradores condenava a "equipe numerosa" no processo de reabilitação e faz apologia à "precariedade", porque não conseguem perceber que a presença de uma "equipe numerosa" somente tem sentido se esta equipe trabalhar de forma interdisciplinar, entendida aqui como a interpenetração de métodos e conteúdos entre diferentes profissionais que se dispõem a trabalhar conjuntamente, em benefício dos "deficientes" e da sociedade.

Este conceito de reabilitação, numa visão interdisciplinar, contrapõe ao conceito de reabilitação vigente que trabalha com o conceito de multidisciplinariedade, onde os profissionais são justapostos, cuidando cada um do que sabe, sem integração de método, conteúdo e problematização.

É preciso ressaltar que ao advogarmos a interdisciplinariedade para o processo de reabilitação dos "deficientes", não estamos querendo nem pretendendo resolver o problema histórico da divisão do trabalho e conseqüentemente do saber. Temos consciência da complexidade desta questão e não é propósito deste estudo exaurir este problema. Porém, acreditamos que a concepção interdisciplinar constitua, em relação à concepção multidisciplinar, um avanço qualitativo. Optamos por esta posição tendo em vista, sobretudo, o real concreto existente, isto é, o trabalho realizado nas entidades, universidades e associações que tratam com as pessoas "deficientes". Como já foi dito anteriormente, este trabalho é realizado por diferentes profissionais que atuam

em completa desarticulação ou sob a forma de justaposição, o que tem contribuído para reforçar ainda mais a visão sectária e corporativa de homem e sociedade.

A Organização Mundial do Trabalho, OIT, em sua recomendação nº 99, de 1955, diz que:

“... as expressões adaptação e readaptação profissional designam parte do processo contínuo e coordenado de adaptação e/ou readaptação profissional, que compreende o emprego de meios- principalmente de orientação profissional e colocação seletiva- para que os excepcionais possam obter e conservar um emprego adequado” (16)

À guisa de conclusão parcial desta discussão, diríamos que esta visão reflete fielmente a tacanha concepção de reabilitação dominante entre os profissionais que atuam junto aos (df), isto é, ela é concebida apenas como uma ação “recuperadora” de funções. Esta, também, é a visão de reabilitação defendida pela grande maioria dos (df) entrevistados.

Estado Brasileiro, o “Grande Juiz”.

Retomando, agora, a análise comparativa dos discursos do Estado e dos (df), colocamos em questão a postura de neutralidade assumida pelo Estado nos três documentos.

Uma das evidências mais fortes da suposta posição “neutra” do Estado, contida nos documentos, é quando este é colocado acima e “fora”

16. Luzimar A.SOMBRA. Educação e integração profissional de pessoas excepcionais; análise da legislação, p.59.

da sociedade.

"... A CORDE entende que, coordenando e incentivando ações desenvolvidas por órgãos das diferentes esferas administrativas, há de se obter a racionalização no emprego dos recursos e a maximização dos resultados a alcançar: a ampliação das atividades de prevenção e de atendimento e a efetiva integração social das pessoas portadoras de deficiências ..." (17)

Os responsáveis por estas idéias não conseguem perceber que estão sendo vítimas das próprias críticas, na medida em que o mesmo documento que faz críticas à histórica visão assistencialista e paternalista do Estado, propõe a criação de mais um órgão centralizador e coordenador de ações. Parece imperceptível o paternalismo assistencial embutido na pretensa "neutralidade" da ação coordenadora .

Além disso, defender a necessidade de um órgão para coordenar as ações de outros órgãos é o mesmo que denunciar a incompetência administrativa dos últimos. A questão não é criar mais um órgão coordenador e, sim, exigir o cumprimento das obrigações dos já existentes. Se existe Ministério para a Saúde, Educação, Previdência Social e outros, por que estes órgãos não tratam internamente das diferentes questões relativas aos cidadãos brasileiros ? E nunca é demais lembrar que os "deficientes" fazem parte desta população.

Os documentos, também, não dão conta de avançar a crítica, além da simplista constatação - óbvia e evidente - da iníqua distribuição de renda presente na sociedade brasileira. Os mecanismos que geram este fenômeno no modo de produção capitalista não são discutidos. É como

17. BRASIL. Seplan-Pr. Corde. Primeiro plano de ação da coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, p.4.

se fosse possível um órgão criado e mantido pelo Estado, resolver, juntamente com outras entidades estatais problemas sociais que em grande parte são frutos da falta de vontade política destes mesmos órgãos. Esta idéia reflete a visão do Estado, enquanto entidade pretensamente "neutra" e "juiz" de toda a sociedade.

Desta forma, o Estado cobre-se com o manto da "neutralidade política" e, como "bom pai e juiz", conclama toda a sociedade a "dar as mãos" e lutar juntos contra a discriminação, o desemprego, o analfabetismo e muitas outras mazelas do sistema capitalista, do qual é peça fundamental.

A afirmação em D3, de que Estado e sociedade são uma só realidade, à primeira vista, como já afirmamos anteriormente, pode parecer coerente e concreta, porém a intenção do discurso, quando analisado em seu conjunto, não é esta. O documento não consegue dar conta de que o Estado nasce na ação social, dela adquire poder e dela se separa.

Além disso, a consciência da possibilidade de superação dos problemas que afligem cerca de 10% da população brasileira, como é o caso das diferentes "deficiências", deveria significar, em essência, a erradicação das condições sociais que contribuem para o aparecimento e evolução destas anomalias e doenças, isto é as péssimas condições de Educação, Saúde, Habitação e Trabalho do homem brasileiro. Contudo, a forma como o discurso contido nos documentos trata a questão, mostra, de maneira inequívoca, o papel contraditório que o Estado assume, pois ao mesmo tempo que tem poderes para criar órgãos, nomear pessoas com altos salários, receber e gastar recursos, estabelecer prioridades, dentre outros, tenta esconder-se atrás de argumentações falsas, como a de que "não tem" poderes e precisa da sociedade para ver cumpridas

suas vontades políticas, no sentido de evitar e superar a atual situação de miséria que estão expostos os (df) e a maioria da população brasileira.

Diante desta "fragilidade", o Estado coloca a questão como social e solicita ajuda da sociedade para sua solução. Porém, esquecem os governantes que a população, em geral, muito pouco participou das decisões que contribuíram para configurar este quadro social.

Neste tipo de manobra, o Estado nada mais está fazendo do que tentando transferir e encobrir suas responsabilidades, uma vez que tem o poder e as condições técnicas para fazê-lo, o que lhe falta é intencionalidade política.

Assim, o Estado dificilmente se apresenta como ele é. Geralmente o Estado tem que apresentar-se como ele não é para poder ser o que realmente é. Sua sobrevivência reside na utilização de mecanismos de ocultação pela aparência de sua essência.

Mercado de trabalho: acesso e permanência do (df).

No nosso modo de entender, tendo em vista a história e o real concreto da sociedade brasileira, bem como os documentos e os discursos dos (df), a questão do acesso ao mercado de trabalho pode ser vista por dois diferentes ângulos, por sinal contraditórios, porém não excludentes.

Primeiro, pelo ângulo da sobrevivência. Sob este aspecto, é preciso levar em conta as condições atuais, em que a grande maioria dos (df) brasileiros vivem, ou seja, em condições precárias, sub-humanas e completamente desassistidos pelos órgãos públicos. Face a esta situação, eles têm preferido optar pela luta, rumo ao acesso a esta forma de trabalho dominante, sem questionar o seu caráter alienante. Este raciocínio é extensivo, não somente aos "deficientes", mas a toda a classe trabalhadora, que sobrevive, vendendo sua força de trabalho em subempregos e em condições miseráveis.

Ter acesso ao mercado de trabalho para estes (df) tem significado somente "fazer alguma coisa". O tipo de trabalho, o produto e os ganhos salariais parecem ter sido colocados em planos secundários, tamanha a discriminação e dificuldade de se conseguir um emprego. Acima de tudo, está o fato de "ter o que fazer" e, pouca ou muita, a quantia recebida em dinheiro significa ter o "direito de continuar vivo no dia seguinte". Percepções internas do caráter alienante e degradante do trabalho não têm sido objeto de preocupação, nem dos (df), nem do Estado e nem de grande parte da população brasileira.

O processo de exploração, "coisificação" e alienação do trabalhador é tão violento que ele não é capaz de perceber que:

"... quanto mais se desgasta no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior e tanto menor ele se pertence a si próprio ..." (18)

Segundo, pelo ângulo da superação da relação de trabalho dominante. Sob este prisma, optar pela negação desta forma alienante de trabalho significa que dificilmente se conseguirá ter acesso ao trabalho nesta sociedade brasileira e, com isto, a sobrevivência estará ameaçada.

Diante deste dilema, tanto os discursos dos (df), quanto as propostas políticas contidas nos documentos, não apontam nem para a percepção nem para a superação desta forma de trabalho dominante. Contudo, parece claro que este processo tornar-se-á mais efetivo se o (df) estiver dentro do mercado de trabalho.

O acesso ao mercado de trabalho não pode ser visto apenas pelo ângulo da exploração. Ele pode significar a aceitação passiva das violências, cometidas em nome do desenvolvimento econômico, como, também, pode significar sua discussão e possível modificação de suas condições. O ingresso de um (df) em uma entidade empresarial qualquer - comércio ou indústria - pode representar uma forma concreta de questionamento das condições de organização estabelecidas no interior do modo de produção capitalista, na medida em que a "especificidade" humana concreta do (df) colocará em xeque a visão abstrata, universal e indeterminada que o trabalho assume, neste sistema econômico vigente.

18. Erich FROMM. O conceito marxista do homem, p.91 apud Karl MARX. Primeiro manuscrito (XXIII).

O simples acesso de um paraplégico a um emprego público ou privado, por mérito e competência, ou até mesmo por benevolência, desencadeia, na instituição, mudanças significativas nas condições de organização do trabalho, visto que equívocos e preconceitos, que até então eram imperceptíveis, afloram pela forma de ser e de trabalhar dos (df). Por exemplo, a produtividade e a capacidade adaptativa e funcional destes indivíduos, quebram e colocam em dúvida o significado do próprio conceito de "deficiência".

Não podemos perder de vista, também, a necessidade que o sistema capitalista possui em adequar-se, em reorganizar-se face às pressões que recebe das organizações de trabalhadores. Estas mudanças, contudo, podem ser no sentido inverso ao pretendido, ou seja, uma reordenação nas condições de trabalho, objetivando mais o aumento da produtividade do que o bem-estar social do trabalhador (df). Afirmamos isto porque este fato já pode ser percebido em diferentes empresas, isto é, "deficientes" paraplégicos são admitidos em funções nas quais o funcionário tem que permanecer a maior parte do tempo sentado, pois eles além de viverem continuamente em uma cadeira de rodas, vão menos vezes ao banheiro e com isto podem produzir mais sem perda de tempo. E, como o tempo é medido e tem valor no modo de produção capitalista, pequenos detalhes como este representam para o capital, a possibilidade de maior extração de mais-valia.

O deficiente entendimento da "deficiência".

"Deficiência" tem sido a palavra diferenciadora dos homens neste trabalho. Já foi delimitada em termos biológicos e merece agora alguns comentários no campo econômico.

Esperamos ter deixado claro, tendo por base os documentos, a revisão bibliográfica e os discursos apresentados anteriormente, que tem sido comum e corrente na sociedade brasileira atribuir o conceito de "deficiência" a toda e qualquer pessoa que apresente incapacidade para realizar gestos, atividades ou comportamentos considerados "normais" para a maioria dos indivíduos. No fundo, a questão da "deficiência" passa, necessariamente, pelo entendimento do significado de "eficiência" que, por sua vez, está intimamente ligado ao significado de cientificidade dominante.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a "eficiência" tornou-se o ponto central de todo desenvolvimento e modificações ocorridos no seio da economia mundial. É quando o capitalismo sai do sistema de livre concorrência entre os produtores e inicia-se a formação dos monopólios.

Com o advento das Sociedades Anônimas, os monopólios objetivavam aumentar os lucros através do controle de mercado, com as famosas combinações (pool, cartéis, trustes, fusões), eliminando do mercado um número considerável de pequenas empresas, ficando o domínio econômico nas mãos dos grandes conglomerados empresariais.

Acreditamos que a fase mais bem elaborada desta corrida, rumo à "eficiência", tenha ocorrido com o aparecimento da teoria de Fredrick W. Taylor no início do século XX. Esta teoria, também conhecida como "Gerência Científica" ou "Sistema de Taylor" considerada "revolucionária"

ria" na época, transcendeu os círculos empresariais e comerciais, podendo sua repercussão ser avaliada pela quantidade de livros e artigos publicados sobre o assunto.

De forma sintética, de acordo com TAYLOR (19) há um melhor método de se fazer um trabalho específico, o qual só pode ser determinado, através de um estudo científico. Para Taylor, o trabalhador não produz a quantidade que é capaz. Uma das razões seria a idéia errada que o aumento de seu rendimento resultaria em desemprego para ele e seus companheiros. Ele mostra que isto é uma falácia, desde que o aumento da produção possibilita custos mais baixos e, por conseguinte, preços mais baixos levam a maiores vendas e maiores vendas resultam em mais trabalho para mais pessoas. Seu sistema trata, também do incentivo financeiro como forma de estímulo ao aumento da produção. Para ele a idéia de tarefa é talvez o elemento mais importante da Administração Científica. Cada trabalhador recebe instruções escritas sobre a tarefa que deverá executar. O planejamento das tarefas deve ser executado pela direção. Na tarefa é especificado o que deve ser feito e, também, como fazer, além do tempo exato concedido para a execução. E, quando o trabalhador consegue realizar a tarefa determinada dentro do tempo limite especificado, ele recebe aumento de 30 a 100% do seu trabalho habitual.

Para este autor, uma das mais importantes leis da administração científica é o efeito que a idéia de tarefa exerce sobre a eficiência do trabalhador. É bom lembrar que antes de TAYLOR o controle do trabalho pela gerência se restringia, sobretudo, à determinação das ta-

19. Princípios da administração científica, passim.

refas, não interferindo no controle de sua execução. A proposta de Taylor exerce controle quase que total sobre o trabalhador. BRAVERMAN (20) deixa claro que "Taylor foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida." Ao término da primeira década do século XX, já se podia sentir que a idéia de "eficiência" começava a penetrar em todos os ambientes sociais. Segundo alguns autores, este período na história americana pode ser identificado como a "Idade da Eficiência".(21)

BRAVERMAN quando se refere a TAYLOR deixa entender que:

".... seus pressupostos refletem a posição do capitalismo em relação às condições da produção. Aceita como dado natural a condição do trabalhador no sistema de produção, procurando estabelecer formas mais sofisticadas para aumentar a produtividade do trabalho. Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalhador às necessidades do capital. Entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura de gerência nas armadilhas da ciência ..."(22)

Neste sentido, o significado de "eficiência e deficiência" não pode ser tratado a-historicamente. O conceito de "eficiência" tem raízes e assenta seus princípios no tecnicismo que prioriza sempre o fazer bem feito e com o máximo de rendimento, no menor tempo, dentro de padrões pré-estabelecidos.

Esta preocupação com a adaptação do trabalhador às necessidades do capital, tendo em vista, não o seu bem-estar, mas o aumento do lucro, reforça ainda mais a discriminação dos (df), uma vez que, para ocupar a grande maioria das funções oferecidas pelos empregadores, existem centenas de trabalhadores não-deficientes desempregados, livres no mercado.

20. Trabalho e capital monopolista, p.86.

21. Ibid., p.83.

22. Ibid., p.86.

é muito difícil o empresário optar por um (df), em detrimento de outro trabalhador que, seguramente, executará o mesmo trabalho, com a mesma eficiência, porém sem as necessárias adaptações ou modificações arquitetônicas dos locais de trabalho que os (df) necessitariam para cumprir o mesmo papel.

Diante desta realidade e preocupados com a inserção dos "deficientes" no mercado de trabalho, diferentes entidades e órgãos nacionais e internacionais uniram forças para minimizar este problema.

A forma mais bem acabada que encontramos, como consequência das lutas destes órgãos, foi a legislação. Acredita-se que através da Lei, obrigando o empregador a ceder parte das vagas oferecidas pela sua empresa aos "deficientes", este problema estaria bem encaminhado ou em vias de solução.

No Brasil, o Decreto nº 83080/79, em seu artigo 200, estabelece que as empresas ligadas ao sistema de seguro social, com mais de 20 empregados precisam reservar para as pessoas reabilitadas de 2 a 5% de seus empregos disponíveis.

Esta forma de garantia de emprego não é extensiva a todos os (df), na medida em que a grande maioria não tem acesso à reabilitação. Ela foi criada, tendo em vista o trabalhador já vinculado à previdência social e que foi vítima de acidente incapacitante. Porém, é preciso esclarecer que a mesma legislação que "garante" o emprego discrimina os "deficientes". Por exemplo, a "Consolidação das Leis do Trabalho", em seu artigo 16, inciso d, faz as seguintes exigências para a obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social:

"... além das demais exigências, quando se tratar de menor de 18 anos, atestado médico de capacidade física, comprovante de escolarização e autorização do pai, mãe ou responsável legal e, na falta deste, de pessoa sob cuja guarda estiver o menor ..." (23)

Neste artigo, dois aspectos que merecem destaque são a exigência da escolarização e o atestado médico de capacidade física.

O primeiro poderia de saída colocar fora do mercado regular de trabalho, cerca de 50% da população nesta idade, tendo em vista o número de analfabetos existentes no país. Contudo, o art.17,§2º, prevê que

"... se o interessado não souber ou não puder assinar sua carteira, ela será fornecida mediante impressão digital ou assinatura a rogo" (24)

O segundo, entretanto, por não definir o que se entende por capacidade física, deixa nas mãos dos médicos a aceitação ou não do (df) como possuidor desta capacidade. Em tese, esta legislação não somente discrimina por imprecisão conceitual os (df), como também dificulta a quase totalidade dos menores de 18 anos (df) de terem acesso ao mercado regular de trabalho, sobretudo por não poderem retirar a Carteira de Trabalho e Previdência Social e, conseqüentemente, virem a beneficiar-se da parca assistência médico-hospitalar e previdenciária desta instituição governamental.

23. Juarez de OLIVEIRA. Consolidação das leis do trabalho, p.14.

24. Ibid., p.14.

Ainda a respeito da preparação profissional dos (df), a Consolidação das Leis do Trabalho, quando trata da aprendizagem profissional do menor, exige que este para ser considerado aprendiz deve estar empregado. No artigo 431 diz:

" Os candidatos à admissão como aprendizes, além de terem a idade mínima de quatorze anos, deverão satisfazer as seguintes condições:

- a. ter concluído o curso primário ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional;
- b. ter aptidão física e mental, verificada por processo de seleção profissional, para a atividade que pretende exercer;
- c. não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra a varíola.

Parágrafo Único. Aos candidatos rejeitados pela seleção profissional deverá ser dada, tanto quanto possível, orientação profissional para o ingresso em atividades mais adequadas às qualidades e aptidões que tiverem demonstrado." (25)

Estas exigências contidas no artigo 431, somadas às do artigo 17 anteriormente mencionado, significam verdadeiras barreiras à iniciação profissional dos (df) e, sobretudo, dos "deficientes" de maneira geral, pois tanto a aptidão física como mental são exigências eivadas de valores discutíveis e indefinidos.

Existem, ainda, projetos de lei não aprovados, que visam isentar do Imposto de Renda as empresas que empregam "deficientes". De acordo com nossa pesquisa, as entidades para deficientes são as mais interessadas nesta estratégia de luta. As entidades de deficientes consultadas demonstraram alguma resistência a este tipo de medida, ficando caracterizadas, nitidamente, duas tendências sobre esta questão.

Uma é centrada na legislação e a outra na competência,

25. Luzimar A. SOMBRA. Educação e integração profissional de pessoas excepcionais: análise da legislação, p.29.

na formação profissional do (df). Os primeiros querem ter a garantia do emprego via legislação, enquanto que os demais não querem ter o privilégio da garantia do emprego, mas sim, o direito e condições de acesso à formação profissional, para poder conseguir o emprego em condições de "igualdade" com os demais trabalhadores.

A favor dos que defendem a legislação, encontramos opiniões variadas, sendo a mais comum a idéia de que nossa realidade sócio-político-econômica não possibilita outra alternativa e que, tendo a garantia assegurada, o (df) tem maiores chances de participar da luta pelo emprego desejado. Para que isto ocorra, o empresário precisa receber alguma contrapartida, tendo em vista as modificações arquitetônicas que deverá fazer em sua empresa e/ou para compensar possíveis perdas de produtividade que porventura venham a ocorrer.

A idéia contrária, parte do pressuposto que os (df) não precisam desta garantia paternalista do Estado, mas sim de melhores condições de reabilitação. Seus adeptos também não concordam com a pretensão isenção de impostos aos empresários, alegando que, desta forma, o empregador é recompensado duas vezes, ou seja, por pagar baixos salários aos (df) e por ter, ainda, a isenção de impostos, enquanto que os (df) são duas vezes explorados, uma enquanto mercadoria e outra enquanto beneficiários e contribuintes dos cofres públicos, como já dissemos anteriormente.

Numa análise um pouco mais rigorosa vamos perceber que as duas teses parecem equivocadas em alguns aspectos, tendo em vista a forma concreta das relações entre os homens, no modo de produção capitalista. Se por um lado, os que defendem a intervenção do Estado na ordem econômica não conseguem perceber que este detém capital e, portanto, está inserido, é participante do mercado como o capital nacional

e o internacional privados, e que esta intervenção do Estado para garantir o emprego aos (df) é no mínimo contraditória, pois os mesmos poderes que criam a legislação dizem "não ter poderes para cumpri-la", por outro lado, os defensores da "igualdade de condições" entre os (df) e os demais trabalhadores, via profissionalização ou competência, reforçam o ideal liberal da livre-concorrência, sendo com isto também contraditórios, pois as condições dadas aos (df), como uma parcela significativa de trabalhadores brasileiros, não são as mesmas.

Esta pretensa "igualdade" buscada é falsa, pois além das desigualdades existentes entre os homens - de classe, de sexo, de cor, de religião, de nacionalidade e outras - existe, também, desigualdade entre os próprios "deficientes físicos." Em que reside esta desigualdade, além do aspecto social ?

Ela repousa na própria condição física de cada (df). Existem os inteiramente dependentes, que necessitam de ajuda constante e não podem trabalhar; os que podem trabalhar, mas não conseguem um satisfatório desempenho, tendo em vista suas limitações e condições biológicas, e os que conseguem atender satisfatoriamente às exigências das funções para as quais se candidatam.

Diante desta realidade, as idéias legalistas e não-legalistas precisam ser redimensionadas, pois a quem caberia assistir aos (df) inteiramente dependentes ? Quais as chances dos (df) que podem trabalhar, mas com limitações, no mercado competitivo do modo de produção capitalista brasileiro ?

Alguns países adotam formas interessantes e diferentes para "solucionar" esta problemática. Por exemplo, a Alemanha Ocidental adota o modelo de cotas, em que a empresa reserva um certo número de vagas para as pessoas reabilitadas; na Itália existe a "reserva legal", em que

determinada profissão é destinada aos deficientes. Outro modelo é o cooperativismo, em que o Estado, juntamente com os "deficientes", fundam empresas que empregam exclusivamente "deficientes", como ocorre na Inglaterra.

Acreditamos que aos (df) inteiramente dependentes, o apoio do Estado é fundamental, quer sob forma de pensão, ou de garantias legais, ou ainda qualquer outra forma de ajuda que garanta ao cidadão e a sua família condições humanas de vida.

Quanto aos outros dois grupos de deficientes, é preciso deixar claro que a luta destes indivíduos não é uma luta isolada ou diferente dos demais trabalhadores. A marginalização a que estão sujeitos no mercado de trabalho é comum a todos os trabalhadores, como o é, também, o analfabetismo, a desqualificação profissional, o subemprego, os baixos salários, e outras mazelas.

O ideário liberal da livre-concorrência não permite que tanto os (df), como os trabalhadores percebam que ao advogarem para o indivíduo a possibilidade da "igualdade" pela "capacidade", sem levar em conta as condições históricas, em que estes trabalhadores e (df) foram determinados, estão responsabilizando o indivíduo pelas suas falhas e limitações. Mais do que isto, estão falando de um homem e de um (df) abstratos, pois sua concreticidade não possibilita esta leitura. Esta forma de ver a realidade consegue reduzir os problemas sociais ao indivíduo numa espetacular inversão e abstração da realidade.

Diante deste dilema, parece que dentro do modelo da livre-concorrência, adotado como princípio da economia brasileira, o Estado optou pela estratégia das cotas, conforme consta no Decreto nº 83.080/79, já mencionado. É preciso, contudo, indagar até que ponto os

(df) estão sendo reabilitados e preparados para o trabalho nesta sociedade, pois, sem a reabilitação devida este modelo de cotas tornar-se-á inexecutável. É justamente neste momento e por estes mecanismos que a sociedade "recupera" os "deficientes físicos".

Temos conhecimento, também, que algumas associações de "deficientes"(26) estão utilizando o modelo do "cooperativismo", através da implementação de microempresas totalmente dirigidas e mantidas por "deficientes".

Neste sentido, a inserção dos (df) no mercado de trabalho não deve ser vista apenas como um objetivo a ser alcançado, a qualquer custo. Precisamos antes ter claro que vivemos, atualmente, uma relação entre os homens, onde o progresso técnico-científico revolucionou o caráter do trabalho alienado, exigindo-lhe novas formas de organização e exigindo, também do operário, adaptações a estas novas formas, não somente profissionais, mas morais e psicológicas, indispensáveis para o bom desempenho destas funções.

Portanto, a inserção do (df) no mercado de trabalho representa, no nosso modo de entender, uma luta que não deve ater-se somente a aproximação da pessoa considerada "deficiente" com os considerados "não-deficientes", em termos de competência, preparação profissional ou outra forma de treinamento qualquer. Mas ir além, na busca do res-

26. O Jornal ETAPA, v.5, n.13/14, de novembro de 1987, trouxe uma reportagem com a seguinte manchete: "Deficientes criam microempresa no Rio". Segundo este jornal, foi inaugurada dia 6 de novembro a "Ortopedia Brehmmer Ltda. Esta microempresa é filiada a FLUPEME Associação Fluminense de Pequena e Média Empresa, e é dirigida por deficientes e voltada para a produção de cadeiras de rodas, muletas, pernas-mecânicas, bengalas canadenses, coletes, etc. Os recursos para implementação desta pequena empresa foram oriundos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da CORDE e da LBA (Legião Brasileira de Assistência).

gate do direito a condições de trabalho, do estatuto de trabalhador que estes indivíduos perderam através da história. Este resgate, uma vez efetivado, significará a inserção dos (df) não apenas no mercado de trabalho, mas na luta maior de toda a classe trabalhadora, da qual sempre esteve deserdado.

E, pelo que constatamos em nossa pesquisa, esta preparação para o mercado de trabalho, praticamente inexistente para a grande maioria dos (df). As poucas entidades que conhecemos, envolvidas com a preparação profissional dos (df), estão muito mais preocupadas com o produto do trabalho deles do que com eles enquanto homens. Funcionam como uma espécie de "forma", onde os (df) são moldados para se ajustarem bem à função que a empresa oferece.

Para efeito de elucidação, transcrevemos uma das fichas fornecidas pela SORRI-BRASIL e que serve como "Avaliação e ajustamento ao trabalho, relatório evolutivo do caso".

"Nome do Cliente-----
 Avaliação Inicial em----/----/-----

Fatores a serem avaliados	conceitos /semana			
Fatores profissionais	1a.	2a.	3a.	4a.
Quantidade de trabalho.....				
Qualidade de trabalho				
Aceitação crítica do supervisor				
Aceitação crítica do colega				
Organização da bancada de trabalho				
Ordem e Limpeza no trabalho				
Relacionamento com os colegas				
Relacionamento com os superiores				
Trabalho em situações difíceis				
Assiduidade				
Pontualidade				
Fatores Sociais e Pessoais				
Comunicação				
Sociabilidade				

Embasamento Cultural
 Atitude perante a vida como um todo
 Atitude perante a vida de trabalho
 Habilidades relacionadas à vida diária
 Apresentação pessoal

Conceitos Simplificados. E = Excelente (sem maiores dificuldades no trabalho) B= Bom (quase aceitável, mas precisa melhorar) R= Regular (demonstra algum potencial) P= Péssimo (cliente com hábitos inaceitáveis).

Observação: Outros fatores poderão ser inseridos, à vontade, tais como: Persistência na atividade de trabalho; Vitalidade no desempenho; Disciplina no trabalho; Cuidado com materiais e ferramentas; Perseverança nas atividades; Resistência à fadiga.

Assim sendo, e tendo em vista as colocações já realizadas anteriormente, podemos afirmar com relativa segurança que:

a. A política, tanto do Estado como das entidades de e para deficientes, que visam a inserção do (df) no mercado de trabalho, privilegiam mais o trabalho alienado do que o trabalhador. Não detectamos nos discursos a preocupação com a forma alienante e degradante que o trabalho assume no modo de produção vigente. O que interessa é o (df) estar engajado, ter emprego, independente da relação deste com o trabalho que vai realizar.

b. A grande maioria dos discursos estudados está eivada de contradições e embasada no ideal liberal burguês, que além de retirar do trabalho sua determinação, tornando-o algo abstrato e universal, tenta colocar o trabalhador (df), independente de sua capacidade e possibilidade, em pé de igualdade com os demais trabalhadores "não-deficientes". Esta maneira grosseira e simplista de agir e pensar, funciona como uma espécie de "prensa", isto é, tentam colocar, adaptar, ajustar, à força, o homem (df) a uma função para a qual muitas vezes não tem a mínima possibilidade. Este processo de adaptação do homem à função reforça o caráter alienante do trabalho, na medida em que a função torna-se mais importante que o homem. Portanto, a função, que é

uma criação do homem, passa a criadora, de exterior torna-se interior, fazendo com que haja uma espetacular inversão entre o sujeito homem e o objeto função.

Este fato faz com que

"... quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado seu produto, tanto mais grosseiro e informe é o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão menos bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza". (27)

c. Na luta pelo trabalho que o (df) tem desencadeado, ele precisa deixar de perceber o trabalho somente enquanto mercadoria ou meio para manter sua existência, e passar a vê-lo enquanto uma atividade vital, consciente de seu ser. Isso implica em dizer que a luta dos (df), como de suas entidades, deve buscar a emancipação do homem desta forma alienada de trabalho, ou seja, eles devem lutar por uma sociedade diferente da atual onde o homem, e não os objetos, as coisas, as mercadorias seja o objetivo último.

Apresentadas essas inferências, trataremos a seguir da questão da escolarização dos (df), por considerar esta uma parte importante no processo de formação do homem para gerir sua história.

27. Eric FROMM. Conceito marxista do homem, p.92.

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO E O DEFICIENTE FÍSICO

No plano educacional, ou mais especificamente, da escolarização, os problemas que afetam os (df) diferem, significativamente, dos problemas que afetam as pessoas portadoras de outros tipos de "deficiências", como no caso dos "deficientes visuais, auditivos e mentais". Por isto, a escolarização precisa ser enfocada levando-se em conta as diferenças existentes no âmbito da comunidade dos "deficientes".

A diferença entre os (df) e os outros "deficientes", reside no fato de existirem escolas especialmente criadas para atender às especificidades e necessidades dos últimos, enquanto que os primeiros frequentam, geralmente, as escolas convencionais.

Como já mencionamos nos capítulos anteriores, a preocupação do Estado com os indivíduos- cegos, surdos-mudos e "deficientes mentais"- remonta ao período imperial brasileiro enquanto que, no caso dos (df), a atenção governamental iniciou-se praticamente após a primeira grande guerra mundial, como forma de atender muito mais aos mutilados de guerra do que às pessoas deficientes civis existentes na época.

O conhecido Instituto Benjamin Constant, localizado no Rio de Janeiro, por exemplo, foi fundado em 1854, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos e consiste em uma evidência deste fato.

O Instituto de Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado por D. Pedro II em 1856, é outra evidência da preocupação específica do Estado com estas pessoas.

No caso dos "deficientes mentais", acreditamos que a preocu-

pação educacional com estas pessoas tenha iniciado no final do século XVIII e começo do XIX. Segundo JANNUZZI, as idéias de luta em prol dos deficientes mentais

"... já estavam presentes em alguns movimentos como a Inconfidência Mineira (1789); a Conjuração Baiana (1817), que reunira numa mesma luta uma série de profissionais: médicos, advogados, professores, junto com alfaiates, soldados..." (1)

Esta autora relata ainda que somente vamos encontrar duas instituições para deficientes mentais surgidas já no final do Império:

"... uma junto ao Hospital Juliano Moreira de 1874, em Salvador (BA) e outra Escola México, de 1887, no Rio de Janeiro. A primeira especializada e a segunda de ensino regular, atendendo também, deficientes físicos e visuais. Ambas sob a dependência administrativa do Estado..." (2)

A história, portanto, não deixa dúvidas em relação à diferenciação que sempre existiu entre a educação dos "deficientes físicos" e a dos demais "deficientes".

Acreditamos que esta preocupação diferenciada prende-se às especificidades metodológicas do ensino destas pessoas. No caso dos "deficientes visuais", temos dentre outras a diferenciação no alfabeto e na forma de leitura. Para os "deficientes auditivos" existe a comunicação por sinais, a leitura labial e, no caso dos "deficientes mentais", existe toda uma metodologia altamente especializada para atender as peculiaridades destas pessoas no campo da educação e escolarização. Além disso, a escolarização precisa ser enfocada considerando-se alguns aspectos, no âmbito da própria comunidade dos "deficientes físicos".

1. A Luta pela educação do deficiente mental no Brasil, p.23.

2. Ibid., p.23.

Um destes aspectos diz respeito aos "deficientes congênitos ou que tenham adquirido a seqüela nos primeiros anos de vida. Outro aspecto refere-se aos "deficientes traumáticos", fruto de acidentes ou doenças na idade adolescente ou adulta.

Os problemas educacionais dos primeiros são de ordem e natureza diferentes dos segundos.

Os "deficientes físicos" do primeiro caso necessitam, geralmente, para obterem os conhecimentos sistematizados e veiculados pela escola, percorrer todas as etapas de escolarização, convivendo e superando não somente as barreiras e limitações próprias da "deficiência", mas, também, as impostas pela sociedade.

Esta situação precisa ainda ser dimensionada, nos dois casos, tendo em vista as condições do indivíduo face à seqüela, isto é, se se trata de um (df) inteiramente dependente, parcialmente capaz, ou suficientemente capaz e independente, porque geralmente os (df) apresentam quadros de seqüelas motoras - congênitas ou traumáticas - que se enquadram em uma destas três possibilidades.

Os (df) diferem, ainda, dos demais, na questão da escolarização, porque a maioria dos portadores de "deficiência física", conforme já afirmamos neste estudo, possui condições e capacidades intelectuais iguais às demais pessoas. Este fato por si só já descarta a necessidade de escolas especiais, como ocorre com os "deficientes visuais", "auditivos" e "mentais".

No segundo caso, geralmente as pessoas vítimas de traumatismos acidentais, resultantes em seqüelas paralisantes, em sua grande maioria, já passaram pelos bancos escolares. Geralmente, já cursaram as séries iniciais do 1º ou do 2º grau. Existe, também, uma grande quantidade de (df) traumáticos com curso superior.

Os (df) deste grupo que não conseguiram, até a data do acidente, concluir todos os graus de ensino, terão que passar pelos mesmos problemas dos (df) do primeiro grupo, que nunca foram a escola.

Existe, neste momento, uma identidade de problemas entre os (df) do primeiro e os (df) do segundo grupo, no tocante a barreiras físicas, arquitetônicas e sociais, apesar da diferença de escolarização existente entre eles. Esta constatação, associada a outras observações da forma de organização e luta dos (df) levou-nos a inferir que os "deficientes" têm-se identificado mais, enquanto "deficientes" do que enquanto homens.

Colocadas estas considerações iniciais, que serão retomadas oportunamente, trataremos, a seguir, da problemática educacional destas pessoas, tendo em vista a legislação, as propostas políticas do Estado e, finalmente, o discurso dos (df) a este respeito.

O Estado e suas propostas educacionais

Podemos afirmar que o Estado brasileiro, somente a partir de 1973, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial, CENESP, junto ao Ministério da Educação e Cultura, contemplou os "deficientes" com um órgão exclusivo para subsidiar a formação da política nacional relativa à educação de excepcionais. Ela tinha como metas planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para deficientes visuais, auditivos, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados.."(3)

3. BRASIL, MEC. CENESP. Estrutura organizacional diretrizes e programações, p.2.

O CENESP pode ser considerado o primeiro passo por parte do Estado, no sentido de traçar planos políticos de âmbito nacional, na área da Educação Especial, pois até a sua criação o que ocorriam eram eventos isolados e ações casuísticas de assistência educacional aos "deficientes".

É importante ressaltar que o CENESP foi criado, tendo em vista a implementação do "Projeto Prioritário nº 35- documento- que re- presentou a concretização filosófica e política do MEC, em 1974, para a Educação Especial.

"... o Projeto Prioritário nº 35, através do CENESP, deverá promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais, auxiliando as entidades públicas e particulares na racionalização de esforços, incentivando-as em suas iniciativas e prestando-lhes toda assistência técnica e financeira quando necessária..." (4)

As diretrizes básicas, que nortearam este projeto, colocam de início um rol de críticas para definir o problema da Educação Especial. Dentre elas destacamos o Parecer nº 848/77 do CFE, a respeito do artigo 9º da Lei 5.692/71.

".... verifica-se a inexistência de ação coordenada e estratégias que efetivem os princípios doutrinários que norteiam a educação dos excepcionais e o tratamento especial que lhes deve ser prestado... o atendimento aos excepcionais é insuficiente, não atingindo, em geral, os deficientes dos vários tipos nem os superdotados. Não apresentam padrões qualitativos e quantitativos satisfatórios....

4. BRASIL.MEC.CENESP.Diretrizes básicas para a ação do centro nacional de educação especial, p.9-10.

a Educação Especial desenvolve-se sem entrosagem de ação entre as áreas federal, estadual e municipal e a iniciativa privada, não havendo diretrizes nem estratégias que permitam atuação coordenada dos vários âmbitos administrativos [...] com poucas exceções, não existem critérios fixados para atribuições das verbas destinadas à Educação Especial e para a avaliação de seu emprego.[...] De modo geral, verifica-se, nas unidades federadas, falta de diretrizes e estratégias de ação; infra-estrutura técnico-administrativa para o serviço em causa; de pessoal especializado em número suficiente, de locação dos recursos necessários à Educação Especial..." (5)

Face a esta leitura da realidade do "deficiente" brasileiro o CENESP priorizou inicialmente algumas ações básicas. São elas:

"...fornecer subsídios para a fixação de política, estabelecer diretrizes e fornecer assistência técnica e financeira aos sistemas estaduais de Educação Especial, onde se destacam a definição de normas relativas aos excepcionais e procedimentos de identificação da excepcionalidade, as modalidades de atendimento aos excepcionais, a adequação de metodologias de ensino, a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos, numa extrema gama de realizações, desde o nível pré-escolar até o nível máximo possível a ser alcançado pelo excepcional, de acordo com o grau e tipo de excepcionalidade e posteriormente seu engajamento no mercado de trabalho através do programa Bolsas de Trabalho para os excepcionais..." (6)

Este órgão, por estar ligado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus e ao Ministério da Educação e Cultura, teve suas primeiras diretrizes políticas atreladas ao Iº Plano Nacional de Educação Especial 77/79, PLANESP, compatibilizadas com as prioridades estabelecidas pelo II Plano Setorial de Educação e Cultura 75/79, PSEC.

5. BRASIL.MEC.CENESP.Diretrizes básicas para ação do centro nacional de educação especial, p.8.

6. Ibid., p.10.

O Iº PLANESP, após compatibilizar suas ações com o IIº PSEC, tinha como objetivos:

“...ampliar as oportunidades de atenção educativa a todos os que necessitam desta alternativa de educação especial nos sistemas ordinários de ensino e instituições especializadas, nos diferentes níveis e tipos de ensino, propiciando sua realização pessoal e integração social...” (7)

De acordo com os documentos estudados, podemos afirmar que a preocupação fundamental do CENESP, expressa no Iº PLANESP, foi priorizar o ensino regular aos excepcionais, tendo em vista um dos objetivos do IIº Plano Setorial de Educação e Cultura, PSEC, que era o de

“...assegurar igualdade de oportunidades aos educandos que apresentem condições especiais de desenvolvimento bio-psicológico e físico...” (8)

O IIIº Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, PSECD, para o quinquênio 80-85, também previa ações voltadas para a Educação Especial.

Em 1981, com a criação da “Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, CNAIPD, e a divulgação do relatório de atividades desta comissão, já tratado neste estudo como D1, as diretrizes educacionais, contidas nesse documento, foram formuladas tendo em vista os objetivos previstos no IIIº PSECD.

Dentre as ações previstas em D1, destacamos:

“... revisão da política de ação integrada de atendimento educacional às pessoas deficientes, enfocando a interpretação analítica do artigo 9º da Lei nº 5.692/71 e regulamentação de Portaria Interministerial nº 186/78, na área de Educação... manutenção e ampliação de projetos na área de educação especial, abrangendo a zona urbana e periferias e a zona rural. Visou-se, entre outras medidas, a

7. Ana de Lourdes B. CASTRO. Educación especial en el contexto del sistema de enseñanza obligatoria; un estudio comparativo entre Brasil Y Spanã, p.148. (tradução nossa)

8. Ibid., p.149.

melhoria e expansão da rede física através do apoio financeiro a entidades públicas e particulares. Da mesma forma, houve destaque para a capacitação de recursos humanos nas diversas áreas de deficiências, através de convênios com Universidades e entidades de capacitação profissional. Enfatizou-se também o apoio técnico-pedagógico à educação especial através de cooperação direta e/ou indireta, e a continuidade de concessão de bolsas de trabalho para excepcionais..."(9).

O "Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Deficiente", por nós designado pela notação D2, traz em seu conteúdo críticas a respeito da Educação Especial. Segundo o documento,

" O Centro Nacional de Educação Especial verificou, em 1974, que apenas 1,2% da população em idade escolar era atendida. Em 1985 o atendimento alcançou apenas 2,3% da população, o que ainda representa um aumento muito pouco significativo. Muito embora a atual política de educação especial se fundamente na integração, na rede regular de ensino, dos alunos portadores de deficiências, com problemas de conduta e superdotados, ainda não foi atingido um nível mínimo quanto a este objetivo. As instituições particulares, responsáveis pelo maior número de atendimento nas diferentes áreas, não conseguiram o grau de integração desejável com as Secretarias de Educação. A legislação educacional, decorrente das Leis nº 4.024/61 e 5.692/71, não foi regulamentada até hoje, o que tem impedido ações e atividades indispensáveis e importantes nesta área. No que se refere ao ensino profissionalizante, ainda é bastante precário o acesso dos deficientes. Tanto no sistema educacional regular, quanto no ensino especializado, a não terminalidade do processo educacional impede sua integração profissional e social. Outro ponto crítico, na educação especial, é a oferta dos serviços educacionais. Ela se concentra nas capitais e centros urbanos, bem como nas regiões Sul e Sudeste do país. As periferias urbanas, as zonas rurais e as pequenas cidades sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estão praticamente sem atendimento..."(10).

-
9. BRASIL.MEC.CENESP. Relatório de atividades da comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes, p.21.
 10. BRASIL.MEC.CENESP. Plano nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficiente, p.12-3.

Face a estas constatações, a comissão especialmente criada para a elaboração do "Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente" propusera sete ações voltadas para a Educação Especial, em um rol de trinta consideradas prioritárias no documento. Dentre as sete destacamos:

"...formulação de normas para a estruturação da Educação Especial abrangendo a educação precoce, educação pré-escolar, educação de 1º e 2º graus e habilitação profissional, visando a terminalidade e a normalização do atendimento educacional. Incentivo às instituições formadoras, para a qualificação destes recursos nos diferentes níveis de ensino, em todas as áreas relacionadas com as pessoas portadoras de deficiências, com problemas de conduta e superdotadas. Expansão dos serviços de formação profissional e incentivo para a inserção das pessoas portadoras de deficiência no mercado competitivo..." (11)

É preciso deixar claro que este documento foi elaborado tendo em vista a definição de caminhos que contribuíssem para a efetiva integração social das pessoas portadoras de deficiência, com problemas de conduta ou superdotadas, e foi publicado em julho de 1986. Ele advoga, ainda, a

"...criação de uma coordenação nacional para planejar, estimular e fiscalizar as ações dos diferentes órgãos governamentais que permitirá o desenvolvimento do Plano Nacional de Ação Conjunta e a identificação dos recursos para que se passe da teoria à prática..." (12)

Neste período, entre 85-87, o CENESP foi transformado em Secretaria de Educação Especial, SESP, e criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente, CORDE, diretamente ligada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, SEPLAN-Pr.,

11. BRASIL.MEC.CENESP. Plano nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficiente, p.21-2.

12. Ibid., p.15.

Este novo órgão, CORDE, divulgou o documento D3, no qual, além das críticas à situação dos "deficientes" brasileiros, traz, ainda, seu programa de ação dividido em quatro grandes metas, a saber: programa de conscientização, prevenção e atendimento às pessoas portadoras de deficiência, bem como a inserção destas no mercado de trabalho(13).

Reconhecendo que o atendimento às pessoas portadoras de deficiência só pode ser equacionado, dentro do contexto geral das políticas sociais, por meio dos sistemas de saúde, educação, previdência e assistência social, os responsáveis pela CORDE, em seu programa de atendimento tratam, também, de questões educacionais, como faz a SESP. Vejamos o que D3 traz em termos de Educação:

"....quanto à educação, a distribuição espacial de atendimento privilegia as regiões econômica e socialmente mais favorecidas, deixando um grande contingente de pessoas portadoras de deficiência fora do processo mais fundamental para a efetiva integração na sociedade. [...] outra questão relevante se configura na fragilidade do atendimento educacional e da habilitação profissional. As duas pontas do processo educacional, portanto, ainda não foram consideradas com a devida ênfase. [...] verifica-se ainda que, apesar dos esforços já desenvolvidos, a rede pública de ensino não se estruturou adequadamente para absorver as pessoas portadoras de deficiência, deixando, por omissão, a tarefa para as escolas especiais, que formam em muitos estados um corpo à parte, sem vínculo com o sistema geral de ensino..." (14)

Estas críticas, feitas pela CORDE em 1986, vêm reafirmar a inoperância dos órgãos CENESP e SESP, na medida em que a maioria das constatações e omissões acima mencionadas fizeram parte das metas propostas por estes dois órgãos públicos desde 1973.

13. BRASIL. SEPLAN-PR. CORDE. Primeiro plano de ação da coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, p.3.

14. Ibid., p.12.

O documento em questão tenta ainda, não somente explicar e justificar as funções da CORDE, mas sobretudo, deixar claro que os equívocos e as omissões ocorridas no passado não mais se repetirão. Isto fica explícito quando afirmam que

".... este plano define objetivos estratégicos que configuram as linhas de força de uma Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. É essa política, exatamente, o que falta. Há ações de prevenção, de atendimento, de previdência e assistência; não há uma diretriz politicamente firme e socialmente transformadora que lhe dê unidade e as integre num só esforço, e nele incorpore governo e sociedade num mesmo movimento..."(15).

Consideramos estas colocações, bem como as palavras ditas pelo Exmo. Presidente da República, Sr. José Sarney ("Anuncio agora meu desejo, solenemente, de marcar meu governo com o ponto de não retorno do problema") colocadas na página de rosto do documento, como posições críticas a todas as propostas e realizações contidas nos documentos anteriores.

Tudo indica que os dirigentes governamentais também conseguiram perceber a similitude das críticas, as ausências e limitações das ações voltadas para os (df), na prática e nos discursos contidos nos documentos emitidos entre 1973 e 1987.

Uma vez colocada a visão do Estado, contida nos documentos, anteriormente mencionados, a respeito da Educação, explicitaremos a seguir a visão contida na legislação educacional, voltada para a Educação Especial, entre 1981 e 1987.

15. BRASIL. SEPLAN-PR. CORDE. Primeiro plano de ação da coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, p.17.

A Legislação Educacional e a Educação Especial

A Educação Especial no Brasil não dispõe de leis específicas. A preocupação dos legisladores com esta modalidade educacional existe e aparece dentro das leis mais gerais, sob a forma de artigos, parágrafos e/ou incisos.

Isto ocorre porque o direito, em nível teórico, de acesso à Educação e, conseqüentemente à Educação Especial, está e esteve sempre presente nas últimas Constituições Federais.

Por exemplo, na Constituição de 1967, o seu artigo 176 diz:

"A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola..."

[...] §3º A legislação de ensino adotará os seguintes princípios e normas....
II- O ensino primário é obrigatório para todos dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais..."(16).

Nesta mesma Constituição, o Artigo 175 trata especificamente das pessoas consideradas especiais.

"Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais..."(17).

Na emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, encontramos em seu Parágrafo Único.

"...é assegurado aos deficientes a melhoria de suas condições sociais e econômicas, especialmente mediante:
I- Educação Especial e ensino;
II- Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;

16. BRASIL. Leis. Decretos etc. As Constituições do Brasil, p.68.

17. Ibid., p.69.

III- Proibição da discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
IV- Possibilidade de acesso a edifícios e a logradouros públicos". (18)

Foi na Lei 4.024/61- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- que surgiram as primeiras diretrizes para a educação das pessoas "deficientes e/ou excepcionais".

"Art.88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade.
Art.89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação, relativamente à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções". (19)

A Lei 5.692/71, que regulamentou em nível nacional o ensino de 1º e 2º graus, também trata da questão dos "deficientes e/ou excepcionais".

"Art.9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação". (20)

É interessante ressaltar o problema terminológico encontrado na legislação. Encontramos tanto a palavra "deficientes como excepcionais, a última com maior frequência.

SOMBRA (21), quando discute esta questão, resgata historicamente, desde o início do século XX, as principais leis, decretos e portarias, em níveis federal, estadual e municipal (somente do Rio de Janeiro) que tratam da educação das pessoas "deficientes e/ou excepcionais". Revela este autor que a própria Constituição da República Fe-

18. Luzimar A. SOMBRA, op.cit, p.17.

19. Ibid., p.51.

20. Ibid., p.51.

21. Ibid., p.50.

derativa do Brasil de 1967, em seu artigo 175 fala em "educação de excepcionais", porém a emenda nº 12 desta mesma carta magna, se refere a "educação especial e ensino para deficientes".

Diante desta constatação, este autor destaca a diversidade de nomenclatura existente nas diferentes constituições estaduais de todo o país. Seu estudo demonstra que em 15 estados é utilizada a expressão "educação (de,do,ao) excepcional; em 5 estados aparece "educação dos excepcionais do físico,dos sentidos e da inteligência" e nos estados do Pará e Rio Grande do Norte, aparece a expressão "alunos necessitados". Apesar desta imprecisão terminológica, acredita o autor que os direitos à educação geral e à formação especial estão assegurados às pessoas excepcionais e/ou deficientes (22).

Educação e o Discurso dos Deficientes

As entrevistas com os "deficientes físicos", a respeito da Educação,não revelaram fatos e problemas desconhecidos da maioria dos pesquisadores e estudiosos desta área do conhecimento.

Os discursos dos (df),entretanto, explicitaram alguns dos principais problemas, considerados históricos, no campo educacional brasileiro. Dentre eles, destacamos a qualidade do ensino; a falta de recursos humanos e materiais; o descompromisso e distanciamento da escola com a realidade; a discriminação pelos métodos e atos pedagógicos dos professores e o descaso do Estado face a estes problemas.

(22) O estudo da legislação brasileira a respeito da educação especial encontra-se de forma detalhada e abrangente nos trabalhos de SOM BRA,.Educação e integração profissional de pessoas excepcionais;análise da legislação; CASTRO, Educacion especial en el contexto del sistema de ensenanza obligatoria; estudio comparativo entre Brasil Y Españã.

Além disto, destacamos ainda nos discursos a preocupação com o caráter especializado da educação, isto é, se os (df) necessitam ou não de escolas especiais.

A este respeito, grande parte dos discursos as descarta como necessidade para os (df). Apesar disto, algumas falas evidenciaram que deve ser levado em consideração, quando se trata do acesso à escolarização, a distinção existente entre os (df), em termos de capacidades e habilidades.

"... A Educação no Brasil, eu acho que tem dois aspectos, quer dizer, tem a educação normal que o deficiente poderia ir normalmente. O deficiente físico de um modo geral, a menos com um certo comprometimento motor muito grande, dificuldades de escrever... alguma coisa desse tipo, ele tem condições de participar, de estudar em qualquer lugar do mundo e deve fazer isso".(entrevistado 1)

Outro discurso, por sua vez, coloca a educação especial como necessidade apenas dos "deficientes mentais" ou das pessoas incapazes de acompanhar o raciocínio exigido nas escolas regulares.

"... Eu sou totalmente contra a Educação Especial para o deficiente físico, porque a Educação Especial para mim é para aquela criança que tenha uma deficiência mental ou outra deficiência que não tenha condições de acompanhar o raciocínio do aprendizado como as outras crianças".(entrevistado 3)

Nesta mesma linha de raciocínio, existem ainda os que, além de descartar a necessidade da escola especial, atribuem à família grande parte da responsabilidade pelo não acesso dos (df) à escola regular.

"...um deficiente físico pode frequentar qualquer escola, né? Não precisa de um atendimento especial e tem uma capacidade intelectual como qualquer outra pessoa, apenas uma limitação. Então a gente tem inclusive trabalhado mais a questão da Educação em relação conscientização da família, porque tem família que tem um portador de deficiência, mas que ela acha que é um doente e não precisa ir à escola".(entrevistado 5)

Percebemos ainda que a maioria dos (df) tentaram evidenciar

a igualdade existente entre suas capacidades intelectuais e a das pessoas consideradas não-deficientes. Esquecem-se, porém, que o processo de escolarização não pode ser reduzido apenas às capacidades intelectuais. Não podemos perder de vista que o "deficiente físico" tem que se adaptar às estruturas, métodos e condições das instituições de ensino regulares, projetadas e preparadas para as pessoas consideradas "normais" ou não-deficientes. Esta situação atípica tem contribuído para a evasão destas pessoas das escolas regulares.

Entretanto, quando conseguem permanecer nestas escolas, eles percebem os eternos problemas vividos pela grande maioria dos brasileiros como a falta de recursos humanos qualificados, condições materiais adequadas e qualidade do ensino.

"...através destes últimos vinte anos, que a ditadura mais acentuou no Brasil, foi o processo da desmoralização do ensino, porque quando eu estudei em escola estadual, era o colégio de freiras que era colegio de rico, estadual era o melhor". (entrevistado 1)

Um outro problema apontado nos discursos, e que tem a conotação muito mais de denúncia do que de ponto de vista, é a colocação das escolas como geradoras da "deficiência" e conseqüentemente das classes especiais.

"...Hoje as escolas especiais do Estado são depósitos de pessoas que têm dificuldades, quer dizer, você encontra nas escolas especiais, alunos que porque têm problema de vista, não têm um acompanhamento direito. É só corrigir. Gente com deficiência auditiva. E eles esperam o seguinte: todo mundo que não tenha um aproveitamento médio na classe eles mandam para uma classe especial. E vira depósito né? Vira depósito". (entrevistado 1)

Esta denúncia reforça a tese de que a maioria das classes especiais foram criadas para atender mais aos alunos desassistidos do

que aos "deficientes". Este processo de segregação das crianças e jovens que necessitem de alguns cuidados especiais, é fruto do descompromisso que a escola regular sempre teve com a realidade que a cerca. Edificada em planos ideais e objetivando preparar um tipo de homem abstrato, esta escola, com o discurso de que por não dispor nem de recursos humanos nem materiais capazes de atender aos (df) de maneira geral, esconde sua falta de vontade política e compromisso social com estas pessoas.

"Não, eu não falo em professor especializado. Eu falo na falta de material humano para trabalhar com o portador de deficiência, porque ele entra numa escola normal... Como educador faço uma pergunta.. o superdotado precisa de um acompanhamento especial, por que? Porque ele é diferente do comum. O que acontece é que o (df), na escola, ele fica à margem do processo até porque ele não consegue acompanhar o ritmo das outras crianças, no que tange a parte física da coisa, isso é muito importante para a criança, é importante correr, brincar, é importante esta interação com os outros, vai formar a personalidade integrada. O que acontece, no entanto, é que ele vai sendo colocado de lado desde o começo, e quando não há material humano para trabalhar isso aí, para modificar essa forma de interação, vai complicando cada vez mais o problema do (df)." (entrevistado 4)

Além disto, os (df) entrevistados denunciaram, também, o alto grau de discriminação que sofreram por parte das pessoas responsáveis pela Escola, bem como relataram as dificuldades impostas pelas barreiras arquitetônicas.

"... Em relação à educação, o que posso falar é o seguinte: é muito difícil a aceitação das escolas, quando a gente encaminha uma criança deficiente, né. Assim, por exemplo, não anda ou anda de muletas, mas tem a inteligência assim ... normal. É capaz de aprender, que nem as outras crianças, tá? E eles não aceitam porque acham... não essa aí vai ser um deficiente mental, vai ser um peso pra gente e é uma barreira muito grande" (entrevistado 7).

"... a barreira arquitetônica atrapalha mesmo, desde a saída de casa até a sala de aula. Mas a falta

de material humano para trabalhar com este pessoal eu acho ainda que é um grande problema. Porque a barreira arquitetônica até se supera com algumas formas específicas, mas o que falta é material humano para trabalhar com o deficiente dentro das escolas, porque ele é totalmente excluído" (entrevistado 4).

Dentro do amplo espectro de manifestações da discriminação do (df) na escola, a Educação Física tem contribuído de forma marcante para que isto ocorra, na medida em que os considera "inaptos" para sua prática. Esta forma de estigmatização retira sumariamente dos (df) todos os possíveis benefícios que a atividade física regular possa-lhes proporcionar. A consciência deste fato ficou evidente nos discursos.

"... Ele necessita basicamente de um trabalho físico para manter o que sobrou e melhorar, certo? A primeira coisa que fazem é tirar ele da Ed. Física, porque a Ed. Física não está preparada para ele. Está preparada para todos os demais, então ele sai da Ed. Física. Se você tiver que fazer algum passeio, visitar algum lugar, você está sempre saindo, então ele começa a sair, a ser excluído, e como criança ele pode se excluir também. Ele pode achar que o caminho mais fácil é ficar em casa, ficando em casa ele fica escondido, ficando escondido o Estado bate palmas, porque não aparece..." (entrevistado 4)

É importante ressaltar que mesmo os (df) que conseguiram permanecer dentro do aparelho escolar e cursar todos seus níveis e graus, não escaparam nesta trajetória da discriminação.

"Eu vou começar a falar pela Educação. Eu comecei a estudar logo com 5 anos de idade e na minha época, que faz alguns anos, eu enfrentei barreiras, não somente eu, como a família, por conta de não ser aceita nos colégios, porque eram pessoas portadoras de deficiência. Então isso foi uma barreira que enfrentei, durante toda minha vida de estudante, só que, depois, quando eu cheguei à minha adolescência, já foi mais fácil, porque ficava mais fácil de conseguir entrar nos colégios. Mas até mesmo dentro da Universidade, eu fui discriminada por muitas vezes, por ser portadora de deficiência". (entrevistado 7)

Pelo que podemos perceber nos discursos, a falta de transporte

para os (df) tem sido considerada um dos mais graves problemas em suas vidas. A ausência de transportes públicos adequados tem inviabilizado a quase totalidade das possibilidades dos (df) de acesso à educação, saúde, lazer e trabalho.

"... Nós não temos transportes adaptados para que essas pessoas cheguem até a escola e isso é um grande entrave para as pessoas portadoras de deficiência física se escolarizar".(entrevistado 7)

Merece destaque ainda o problema da hierarquização que a escola impõe a seus alunos, em termos de idade cronológica e idade mental. Estes critérios, por não levarem em conta as condições sociais dos alunos, têm contribuído para a segregação e/ou evasão destes dos bancos escolares. O discurso abaixo é muito elucidativo desta questão.

"... eu vim lá do Rio Grande do Norte, morava em Natal e vim de lá, em 74. Eu tava cursando a segunda série primária. Em Natal, como é uma cidade quase no fim do Nordeste, a coisa lá é totalmente diferente daqui. Chegando aqui, eu trouxe minha transferência de lá, escola nenhuma aceitou que eu continuasse a estudar essa segunda série primária devido eu tá já com 15 anos de idade. Então minha mãe bateu em muitas escolas por aqui, pessoas que moravam aqui e já tinham conhecimento que trabalhavam em escola e nenhuma me aceitou, porque diziam que eu era maior já e só tinha crianças na sala, como de fato tinha mesmo, criança a maioria criança de segunda série primária é criança. Então eu tive que entrar no Mobral e fazer o curso integrado de 1a. a 4a. série".(entrevistado 8)

Um outro aspecto mencionado pelos (df) foi a respeito das ações do Estado no que concerne à Educação Especial e Educação de maneira geral, em que a relevância é dada ao aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo. De forma crítica os (df) colocam que:

"... A primeira coisa que o Estado pergunta quando vai discutir questões é esta : quantos têm na sua cidade, no seu Estado? Ele querem é números. Na verdade eu não quero saber o quanto. Enquanto cidadão se eu for o único deficiente eu tenho este direito, porque sou cidadão. Não vou discutir com o Estado se eu sou número bastante ou não. O Estado

tem que dar jeito, que se virar para cumprir isto daí, ou então faça o seguinte: que ele libere-me de todas as taxas, todos os impostos e diga-me assim: você não é cidadão brasileiro, se vira. Dentro dos esquemas de cidadão eu vou querer os direitos de cidadão. Retomando aquele raciocínio, aí é que se culpa a escola". (entrevistado 4)

Sinteticamente, poderíamos afirmar que mesmo de forma sincrética, os (df) conseguiram perceber e denunciar alguns dos principais problemas da educação brasileira, já mencionados anteriormente. Dentro deste processo educacional mais amplo, a visão de educação especial pelos (df) não poderia ser outra, senão a de abandono e má qualidade.

"... E o que eu acho da Educação no Brasil, não só para as pessoas portadoras de deficiência, mas a Educação no Brasil, está muito aquém da nossa expectativa porque, primeiro, as verbas que são destinadas a Educação, elas não são bem aplicadas e, no final, à Educação não surte um bom efeito. Eu trabalho com educação, trabalhei durante 10 anos na Fundação Guararapes, ligada diretamente com educação e a gente vê que as crianças, hoje em dia, por conta da situação econômica do nosso povo, elas vão mais pra escolas por conta de uma merenda escolar. A merenda escolar é uma motivação pra criança ir à escola. Se a escola não tem uma merenda escolar, a criança não tem motivação de ir até lá. E muitas pessoas portadoras de deficiência física, têm muitos problemas em chegar à escola, por conta de meio de locomoção". (entrevistado 7)

Estas, portanto, foram as principais falas dos (df) entrevistados, a respeito dos problemas que envolvem a Educação.

A seguir, em conclusão, faremos o confronto destes discursos com os discursos do Estado, presentes nos documentos anteriormente mencionados.

Confrontando os Discursos

Apresentado o "retrato" da forma de pensar e agir dos (df) e do Estado, a respeito da Educação, procuraremos agora delimitar os contornos necessários para que a "fotografia" possa ser melhor observada e compreendida.

Neste sentido, extraímos para os devidos aprofundamentos algumas questões que julgamos essenciais nos dois discursos.

A respeito da documentação divulgada pelo Estado, percebemos que, desde 1973, com o "Projeto Prioritário nº 35", até o mais recente documento emitido pela CORDE, em 1987, a leitura da realidade apresentada nestes vários documentos, produzidos por pessoas distintas e em épocas diferentes, é muito similar.

A similaridade está presente nos problemas levantados e nas ações propostas. É comum, em quase todos os documentos constar que: a educação especial necessita de uma ação coordenada; a legislação educacional não foi regulamentada até hoje; a integração na rede regular de ensino dos alunos portadores de deficiência, com problemas de conduta e superdotados, ainda não atingiu o grau desejado; há um atendimento insuficiente aos excepcionais; a periferia urbana e a zona rural e as pequenas cidades, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão praticamente sem atendimento.

Esta similitude está presente, também, nos planos de ação propostos nestes diversos documentos. Estas propostas, contudo, se identificam mais com os objetivos que levaram à criação dos órgãos do que como metas já consolidadas e em fase de implementação de um organismo já existente, ou seja, as metas não cumpridas do antigo órgão são os objetivos do novo órgão. Por exemplo, de acordo com a leitura da rea-

lidade, realizada pelas comissões organizadas pelo Estado, os órgãos foram criados para: fornecer subsídios para fixação de políticas e estabelecer diretrizes; ampliar as oportunidades de atenção educativa para todos; fomentar o desenvolvimento de recursos humanos em educação especial, em nível de 2º grau; formular normas para a estruturação da educação especial; incetivar as instituições formadoras para a qualificação destes recursos; elaborar o I Plano Nacional Integrado de assistência aos excepcionais e outras.

Esta linearidade similar na forma de ler a realidade e de encaminhar as ações pode ser explicada por dois motivos.

Primeiro, porque a realidade, no tocante às mazelas, muito pouco se alterou. Segundo, porque a quase totalidade das ações previstas nos documentos não saiu do papel. As poucas intenções que se concretizaram aconteceram isoladamente, de forma eventual, não tendo a continuidade necessária.

A questão do isolacionismo das ações do Estado contidas no "Projeto Prioritário nº 35", de 1974, parece não ter sido ainda resolvida, apesar de decorrida mais de uma década de sua constatação.

Todos os documentos advogam a necessidade de uma "ação conjunta" por parte do Estado, pressupondo isto uma coordenação de ações que envolva todos os órgãos públicos, privados e a sociedade em geral. Esta idéia centralizadora, contudo, é contraditória na medida em que o próprio Estado, seguidas vezes, durante a década de 80, criou e modificou órgãos em diferentes setores governamentais. O exemplo mais recente foi a modificação, em 1986, do CENESP para SESP, junto ao Ministério da Educação, e a criação da CORDE, junto à SEPLAN, órgãos já mencionados anteriormente.

Esta pulverização de ações e de órgãos reflete a contradição do discurso governamental que, ao mesmo tempo que luta pela centralização coordenada das ações, admite a criação de órgãos com recursos humanos, materiais e metas distintas, voltados para os mesmos fins.

A continuar este processo, em breve, o Estado irá criar um órgão para supervisionar os serviços da CORDE e depois outro para inspecionar este último e assim por diante.

Estas contradições e desarticulações entre os discursos e a prática do Estado, na realidade têm razão de ser, pois os "deficientes físicos" e os "deficientes", de maneira geral, sempre foram alvo de ações isoladas e casuísticas. Mesmo tendo consciência disto, os órgãos governamentais não conseguiram ainda resolver ou minimizar este problema.

Um dos elementos que tem contribuído para a não solução desta questão é a maneira como o Estado trata e sempre tratou os "deficientes" e, em especial, os "deficientes físicos".

Por exemplo, o mesmo discurso que advoga a escolarização dos "deficientes", no ensino público regular ou privado, advoga, também, a criação de "centros especiais de ensino e profissionalização; o mesmo poder legislativo que obriga e defende a necessidade da existência de rampas, elevadores, portas e banheiros arquitetonicamente adequados aos deficientes, aceita e aprova milhares de construções e obras públicas que desrespeitam estas normas; a mesma escola que abre suas portas aos (df) não modifica em nada sua estrutura organizacional e funcional face a este indivíduo; a mesma Constituição que garante o direito de ir e vir do cidadão, não consegue dar garantias para os (df) deste direito, na medida em que uma das questões cruciais, ainda não resolvida, é a do transporte público para os (df).

Estas e outras contradições têm acompanhado os (df) há décadas e ainda hoje estão presentes entre nós.

Acreditamos que cabe aqui, para melhor explicitar esta situação contraditória em que vivem tanto o Estado como os profissionais que atuam junto aos "deficientes", suscitar a discussão a respeito dos ideários integracionista e segregacionista.

É preciso deixar claro que o debate em torno destes dois pontos de vista tem sido mais acirrado entre os profissionais que atuam junto aos "deficientes mentais". Contudo, algumas preocupações contidas nestas discussões podem ser extensivas aos (df).

Uma das principais questões a este respeito é o questionamento em torno do "deficiente físico" dever ou não ter uma educação escolar especial. E para discuti-la, achamos conveniente considerar alguns estudos já realizados em diferentes partes do mundo.

Segundo estudos realizados por SOLDER (23), sociólogo sueco e estudioso dos assuntos relacionados com os deficientes, foi no final da década de 60 que a discussão a respeito da normalização e integração, tornaram-se as palavras de ordem dos educadores que se ocupavam dos "deficientes mentais".

".... segundo essa nova abordagem, os deficientes mentais deveriam desfrutar as mesmas condições que as outras crianças, vivendo entre elas e frequentando escolas comuns. Isso representava em grande parte uma reação contra a atitude até então dominante que resultará na segregação dos jovens excepcionais em escolas e instituições especiais".(24)

Nesta discussão este autor destaca as diferenças existentes entre as teses integracionista e segregacionista. Por exemplo, enquan-

23. O CORREIO, v.9, n.8, 1981, p.19.

24. Ibid., p.20.

to os últimos advogam que o retardamento mental é uma deficiência absoluta, imutável, inalterável, impossível de remediar e que, por serem os excepcionais pessoas deficientes, convém separá-los do resto da sociedade, tendo em vista que a segregação é própria da ordem natural, os primeiros iniciam a discussão, buscando saber o que constitui uma deficiência.

Assim, segundo este autor, a tese integracionista afirma que

"...as deficiências são relativas, no sentido de que só existem em relação a determinado meio, refletindo assim uma visão mais dinâmica e otimista das possibilidades dos deficientes mentais. Seus defensores sustentam que a integração é condição "natural" e a segregação, o resultado de decisão política que tem como objeto separar os deficientes dos não-deficientes. Tais discussões equivalem a estigmatizar os deficientes, limitando assim suas possibilidades de levarem uma vida "normal.." (25)

O texto de MAZZOTTA, estudioso brasileiro especialista em ensino de crianças mentalmente retardadas, a respeito da educação escolar do deficiente mental, defende a idéia integracionista, mas coloca esta questão da seguinte forma :

"... somente quando o aluno deficiente mental requer recursos escolares "especiais" é que ele pode ser classificado como excepcional. Quando seu atendimento ocorre de forma adequada mediante o uso dos recursos escolares comuns, ainda que mantenha a "classificação psicológica deficiente mental", ele não recebe o rótulo de excepcional. Importante se faz também salientar que a educação especial ou ensino especial pode e deve organizar-se de diversas formas. Pode ocorrer sob a forma de auxílio especial, quando o aluno deficiente mental educável é mantido em classe comum e recebe o atendimento suplementar de um professor especialmente preparado. Este atua como professor itinerante, tutor ou, então, como professor de sala de recursos..." (26)

Ele advoga a inclusão do "deficiente mental educável" no am-

25. O CORREIO, v.9, n.8, 1981, p.20.

26. Educação escolar; comum ou especial, p.38.

biente escolar comum, todavia, com atenção individual em classes especiais. Chama a atenção, ainda, para a necessidade que a criança tem de ter acesso aos mais variados tipos de situações de ensino: convencional, alternativo e especial. O aluno não pode ser visto como o centro dos fracassos escolares.

Em suas conclusões, após discutir a questão curricular das escolas de 1º e 2º graus, aponta para a necessidade de

"... uma organização curricular específica naquelas situações em que, por força da não correspondência entre as condições "individuais" dos alunos classificados como deficientes mentais educáveis e as condições oferecidas pela escola, tais alunos são separados dos demais, compondo grupos especiais (classes ou escolas) como forma de garantir a escolarização. Não há razão para dicotomizar a educação escolar em comum e especial, fracionando-a e rotulando-a em tantos "ramos" quantos forem os supostos tipos de alunos, também não justifica separar radicalmente as condições e possibilidades da escola das condições sociais e políticas gerais".(27)

No nosso modo de entender, este autor ao defender o ideário integracionista, não consegue explicitar claramente como esta integração se dará no âmbito escolar comum, apesar dele reconhecer os limites e possibilidades da escola atual. A adequação curricular proposta não parece apontar para a solução desta problemática, dada a sua complexidade, que seguramente não acenta suas raízes nem somente na escola, nem somente no aluno.

Um autor já mencionado e que merece destaque é SODER.(28). Ele, quando discute esta questão, além de tecer críticas tanto aos seguidores do integracionismo, como do segregacionismo, aponta alguns caminhos para a superação deste impasse, tendo por base estu

27. Marcos MAZZOTTA, op.cit., p.119.

28. Marten SODER. Devolver o deficiente à comunidade de onde foi excluído; um ponto de vista sueco, O CORREIO, 9(8):20, 1981.

dos e experiências realizados em seu país.

Segundo este autor, o Departamento de Sociologia da Universidade de Upsala, preocupado com a questão da integração, formulou uma série de conceitos diferentes, cada um descrevendo um tipo distinto de integração.

"...Distinguimos quatro formas de integração básicas: física, funcional, social e "societal". Por integração física entendemos a redução da distância física entre os deficientes mentais e as pessoas normais. Por integração funcional entendemos a redução da distância funcional existente entre esses grupos quando eles utilizam equipamentos e recursos diferentes. A integração funcional consiste, pois, na utilização conjunta dos recursos disponíveis. A integração social se refere às crianças e supõe uma redução da distância social existente entre os dois grupos. Essa distância social implica ao mesmo tempo uma falta de contato e sentimento de se achar isolado. Os deficientes mentais estão socialmente integrados quando fazem parte de uma comunidade que engloba também os não-deficientes, quando estabelecem com estes últimos relações regulares e espontâneas, e quando se sentem parte natural do grupo. A integração societal se refere aos adultos e supõe que os deficientes mentais têm, enquanto adultos, a mesma possibilidade de acesso aos recursos sociais que os outros, a mesma possibilidade de modificar sua situação, de desempenhar um papel produtivo e de fazer parte de uma comunidade..." (29)

O autor deixa claro, em seus estudos, que foi graças a essas definições que se pôde descrever vários aspectos da integração ligados à distância física e à maior ou menor utilização conjunta de recursos, tanto pelos deficientes como pelas pessoas normais. Esta distinção possibilitou, ainda, pôr em foco os problemas decorrentes da relação entre integração física e funcional por um lado, e entre integração social e societal, por outro.

Em suas conclusões a respeito deste assunto, coloca que na Suécia a integração de serviços - em que as escolas comuns cedem sa-

29. Marter SODER, op.cit., p.21.

las às aulas especiais, em oposição ao sistema de integração individual, no qual o aluno deficiente assiste às aulas comuns - não produziu qualquer integração social. Segundo ele, houve uma "aceitação com diferença", onde

"... os alunos excepcionais eram aceitos por seus colegas na escola comum, embora não fossem quase nunca molestados ou hostilizados, raras eram as relações de caráter positivo..."(30)

Um outro autor que trata desta questão é o soviético LUBOVSKI, especialista em educação de deficientes e diretor do laboratório de crianças deficientes com dificuldades de aprendizagem, da Academia de Ciências Pedagógicas da URSS.

Este autor discute inicialmente os perigos das concepções mecânicas e simplistas de integração, baseadas apenas em enfoques superficiais e indiscriminados. Para ele consiste numa visão superficial e simplista querer que

"... a criança deficiente entre em uma escola comum, na mesma classe que as crianças normais de sua idade, podendo dedicar parte de seu tempo a um curso complementar com um especialista na educação de pessoas com o mesmo tipo de deficiência..."(31)

Esta visão do problema, segundo ainda este autor, precisa ser melhor examinada, tendo em vista, dentre outros aspectos, o de que, primeiramente, a escolarização só representa um curto período da vida durante o qual o indivíduo não vive de maneira autônoma, e o mais importante, é que o deficiente possa se integrar na sociedade depois desse período. Segundo essa fórmula de integração mecânica, exige-se cada vez menos dos deficientes, que ficam assim atrasados em relação aos seus companheiros normais.

30. Marter SODER, op.cit., p.22.

31. Vladimir I. LUBOVSKI. A Escola especial é melhor para a educação de deficientes; um ponto de vista Soviético. O CORREIO, 9(8):16, 1981.

A capacidade do deficiente para estabelecer essas relações com os outros e para ser bem sucedido numa carreira depende, por sua vez, de ter sido ele suficientemente preparado para isso durante a escolarização. (32)

Nesta linha de raciocínio, o autor soviético define o que entende como sendo integração.

"...a nosso ver integrar os deficientes escolarizados em estabelecimentos especializados consiste primeiramente em introduzir a educação especial no sistema educativo geral, de sorte que os conhecimentos a serem adquiridos pelas crianças deficientes correspondam a um grau de instrução determinado das crianças normais".(33)

Reconhecendo as dificuldades impostas pela sociedade e dentro desta pelos diferentes segmentos sociais, este autor conclui que uma integração verdadeira (e não mecânica) dos deficientes na estrutura educacional e social só é possível uma vez satisfeitas algumas condições:

"...a primeira é que a legislação proíba toda discriminação para com os deficientes no âmbito social. A segunda consiste em que os deficientes (com exceção dos deficientes mentais) recebam uma educação verdadeira e completa cujo padrão não seja inferior àquele estabelecido pelo Estado para as pessoas normais. A terceira é que os deficientes recebam uma preparação para a vida profissional que lhes permita participar da produção moderna. A quarta condição exige que os deficientes recebam uma ajuda social complementar: por exemplo, recursos adicionais para satisfazer certas necessidades relacionadas com sua deficiência. Quinta e última condição é que se ensine as crianças normais a se comportarem adequadamente na presença dos deficientes".(34)

32. Vladimir I. LUBOVSKI, op.cit., p.17.

33. Ibid., p.17.

34. Ibid., p.19.

Segundo podemos perceber, estas condições apresentadas pelo autor, já existem no processo educacional soviético, pois, de acordo com suas colocações,

"... na Rússia (onde a educação dos deficientes é obrigatória e a assistência médica, gratuita, e onde os estabelecimentos escolares e pré-escolares recebem verbas suplementares), a experiência no campo da educação especial, abrangendo inclusive estudos experimentais sobre a possibilidade de pôr certos deficientes nas escolas "normais" e de nelas criar turmas especiais para deficientes, demonstra que o meio mais eficaz de preparar essas crianças para sua integração na sociedade é educá-las em uma escola especial".(35)

Mesmo defendendo a existência de escolas especiais comprometidas com o contexto da educação geral, o autor não descarta a possibilidade da colocação da criança deficiente em escola comum, exceto os deficientes mentais, posição com a qual não concordamos.

Alerta ainda que, caso aconteça a colocação da criança em escolas comuns, é necessário procurar aquilatar suas aptidões e níveis de desenvolvimento, no tocante à sua capacidade de assimilar e acompanhar, em pé de igualdade com as demais crianças "normais," as atividades escolares.

Esperamos ter deixado claro, após situarmos o ponto de vista de diferentes autores, que a questão colocada inicialmente, se o deficiente deve ter uma educação escolar comum ou especial, continua ainda em aberto. Não conseguimos perceber, em nenhum dos autores, substanciais argumentações que possibilitem optar por uma ou por outra.

Os defensores da tese integracionista, como ficou evidenciado nas posições defendidas tanto pelo Estado, como pelos dois autores S0-

35. Vladimir LUBOVSKI, op.cit., p.17.

DER e MAZZOTTA, e por quase todos os deficientes entrevistados, não conseguem perceber algumas contradições de seus discursos. A idéia apaixonante e humana de trazer os (df) para o convívio social dando-lhes condições iguais de sobrevivência, não tem deixado que os seguidores destas correntes percebam alguns equívocos históricos.

Primeiro, a admissão de que os deficientes são segregados da sociedade, devido não somente à sua deficiência, mas, sobretudo, às medidas educativas e especiais que recebem, é uma forma parcial de ver a realidade, pois os mecanismos segregacionistas são históricos e atingem a grande maioria da população.

Segundo, defender a integração dos deficientes, num primeiro momento na escola normal e, em seguida, na sociedade, é, no mínimo, uma estratégia ingênua, tendo em vista a forma como a escola normal está estruturada e a que fins está servindo. Por exemplo, o principal objetivo da Lei 5.692/71, ainda em vigor, é o de

“... proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania...” (36)

Este objetivo, se plenamente atingido, significará a negação do papel reprodutor da escola, pois pressupõe, necessariamente, a formação de homens competentes e responsáveis para atuarem em todos os setores da sociedade de maneira crítica e consequente.

Os defensores do integracionismo, neste particular, por não perceberem a contradição existente entre os objetivos da educação e a realidade social, passam uma visão idealista de sociedade, pois a rea-

36. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, São Paulo. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação física e legislação básica federal e estadual, p.57.

lidade não permite ser analisada de forma tão mecânica e abstrata.

No caso dos (df), por exemplo, precisamos considerá-los de forma concreta, levando em consideração as diferenciações existentes entre eles, em termos de capacidades e habilidades motoras. Um deficiente, inteiramente dependente, não pode receber o mesmo tratamento na escola que o (df) parcialmente dependente e este, por sua vez, não deve ser tratado como tratamos um (df) que é capaz de realizar a maioria de suas ações.

Quando situamos a discussão interação versus segregação, na realidade concreta do quadro educacional brasileiro, tanto um quanto o outro ideário não dão conta da realidade objetiva. O primeiro por desconsiderar a realidade e trabalhar quase que no mundo das idéias; o segundo, por desconsiderar como os homens se relacionam nesta sociedade, não consegue perceber as raízes do problema, atuando mais nos efeitos, de forma simplista e mecânica.

Nesta linha de raciocínio, tanto uma quanto a outra corrente de pensadores encontra coerência na forma de pensar as questões relativas à educação dos "deficientes", por lidarem com os princípios liberais da universalidade abstrata dos fenômenos, isto é, a idéia equivocada de que a escola, bem como toda sua estrutura funcional, serve para todos e para tudo.

Em essência, porém, esta forma de ler e intervir na realidade desconsidera a principal questão da relação entre os homens no modo de produção capitalista, qual seja a de que esta sociedade está fundada na desigualdade de classe, de cor, de sexo, de religião, de propriedade, de capacidade e habilidades, de valores morais e intelectuais.

Portanto, o simples acesso garantido por Lei aos bancos esco-

lares não garante o fim dos problemas dos deficientes, pelo contrário, significa o início de muitos outros. Por exemplo, o fato de defender a integração da criança "deficiente", através de sua colocação em escolas comuns, junto com às outras crianças, ou em classes especiais cedidas pela escola, ou ainda em escolas especiais, não soluciona o problema do desrespeito e da discriminação, pois isto é fruto da história das relações entre os homens e, além disso, as condições atuais da escola ou das classes não lhe permite plena realização de suas capacidades.

No caso dos (df) serem colocados em classes comuns das escolas, seguramente eles não conseguiriam acompanhar os demais nas locomoções internas da própria escola, devido às barreiras arquitetônicas; seriam dispensados de todas as atividades físicas que exigissem grandes movimentações e, se não fossem, dificilmente conseguiriam acompanhar o grupo, pois estas atividades estão previstas para um tipo de "homem" com capacidades e características distintas dos (df); todos estes elementos somados à diferença física e estética dos (df) contribuiriam para que esta tão buscada integração não acontecesse verdadeiramente.

No caso da escola ceder salas especiais para os alunos (df), repete-se o mesmo quadro acima, ou seja, o simples fato da especialidade, do diferente no meio do "igual", do "comum", representa um elemento de discriminação, como já ocorre normalmente hoje com as crianças ditas normais. Todos nós sabemos que a maioria das escolas de 1º grau forma suas classes e dentro destas suas filas, a partir do rendimento anterior dos alunos. É comum as salas serem denominadas de A, B e C, correspondendo a letra A à classe dos mais "adiantados" e a C, à dos

mais "atrasados". A separação, a selecção neste caso, é realizada tendo em vista os famosos testes de quociente de inteligência, Q.I., significando, no fundo, uma forma velada de discriminação.

A criação de escolas especiais já traz dentro de si uma profunda concepção de segregação, cabendo, porém, analisar se esta concepção está baseada em fatos históricos e concretos ou se é fruto da ingenuidade e discriminação de seus seguidores.

Defender a idéia da criação de escolas especiais para os (df) depois de tudo o que foi dito, pode parecer extremamente equivocado ou contraditório, sobretudo, porque nem os discursos dos (df) nem o do Estado apontam para esta possibilidade. Pelo contrário, eles criticam esta forma de pensar. Entretanto, não podemos como pesquisadores ler uma realidade com a "paixão" à frente dos olhos. Precisamos encontrar e explicitar como resolver esta problemática, e o primeiro passo, neste sentido, é procurar estabelecer a melhor estratégia de ação para incorporar e superar os aspectos negativos e positivos de uma e de outra corrente de pensadores.

Se, por um lado, a corrente integracionista trata idealmente a realidade, por outro, ela reconhece a igualdade essencial entre os homens em direitos e deveres. Se defende a inclusão dos deficientes no âmbito escolar, seja em classes especiais, classes comuns ou escolas especiais de forma abstrata e universal, defende no fundo o acesso ao conhecimento pelo "deficiente"; se não consegue perceber as contradições mais profundas existentes nas relações entre os homens, consegue perceber e lutar para que os homens vivam e atuem socialmente.

No caso da corrente segregacionista, ao mesmo tempo que não consegue dar conta das causas últimas das "deficiências", consegue perceber e aceitar a desigualdade como um fato real e concreto. Se, por

um lado seus seguidores defendem a separação dos "deficientes" do convívio com as demais pessoas, por outro, têm consciência da discriminação velada existente no seio da sociedade, em termos de educação, saúde, trabalho e demais necessidades humanas.

Diante destas colocações, e considerando o que já foi dito anteriormente a respeito da questão, se o deficiente deve ter acesso a educação normal ou especial, nos posicionamos face à realidade da seguinte forma:

a) reconhecendo que as condições objetivas da sociedade atual não nos permite defender propostas idealistas tais como as defendidas pela corrente integracionista;

b) deixando claro que a história das relações entre os homens não nos permite acolher a visão segregacionista dominante nos discursos discriminatórios, pois estes estão vazios de referências históricas e sua sustentação baseia-se em dogmas e valores morais "superados";

c) tanto uma como outra corrente, para serem superadas, é preciso que sejam entendidas por dentro e à luz da visão histórico-cultural, para que possamos extrair e diferenciar seus componentes "falsos" e "verdadeiros", quer ao nível do discurso, quer ao nível da prática;

d) o importante é encontrar a melhor forma de atuação no sentido de lutar pelos direitos dos "deficientes" de terem acesso ao conhecimento elaborado e sistematizado pela humanidade. Para isto, independe se será realizado em uma sala comum, ou especial, pois a discriminação, a não aceitação dos "deficientes" não é uma questão local e específica das escolas e dos alunos, mas uma questão conjuntural e estrutural da sociedade.

Neste sentido, os seguidores da corrente integracionista são segregacionistas, quando querem considerar como sendo iguais fenômenos

diferentes, assim como os segregacionistas são integracionistas, quando tentam agrupar as pessoas diferentes entre si. Isto ocorre em essência, porque, tanto uma como outra corrente não leva em conta as formas como os homens se relacionam para produzirem a sociedade e a si próprios, ficando suas teses no mundo ou do idealismo ou da ingenuidade metodológica, que mal dá conta da aparência do fenômeno.

Os mecanismos que segregam e que integram os homens são construídos historicamente pelos próprios homens numa relação dinâmica e histórica. A idéia de integração plena dos "deficientes físicos", ou dos demais, é falsa, na medida em que este fenômeno não ocorre somente com os (df), mas com a grande maioria dos membros de nossa sociedade. Portanto, no nosso modo de entender, esta questão segregação versus integração é equivocada, pois os mecanismos determinantes de uma e de outra são anteriores e exteriores à escola, ao trabalho, à família etc.

Neste sentido, a questão da educação dos (df), para nós, precisa ser analisada a partir de sua essência e não de sua aparência. Isto significa dizer que precisamos encontrar meios para garantir o princípio do acesso ao conhecimento e a permanência nas escolas para os (df), independente de sua condição social ou limitação física. Nosso entendimento de acesso e permanência pressupõe muito mais do que o simples "estar dentro da classe ou da escola", pressupõe, sobretudo, a existência de recursos materiais e humanos apropriados; transporte e bibliotecas adequadas; oficinas profissionalizantes equipadas; recursos financeiros compatíveis e educação continuada .

Isto posto, saber onde e como esta transmissão irá ocorrer, passa a ser uma questão secundária, pois uma vez garantido o princípio, o método será construído nas relações e lutas no interior da so-

cidade. O que não devemos é dar mais atenção ao método do que ao princípio, pois corremos o risco de inviabilizar o principal pelo secundário.

Acreditamos que, inegavelmente, nem os seguidores das corrente integracionista nem os da segregacionista ou outras tendências que não conhecemos, neguem ou queiram desconsiderar o fenômeno da "deficiência", enquanto um fato concreto, palpável e manifesto no homem. Não podemos encobrir ou tentar fetichizar esta situação concreta com pensamentos e ideais românticos e abstratos. O "deficiente", o "diferente", o incomum, existe e este é o homem com quem devemos nos relacionar. Ele, antes de ser visto como "deficiente", precisa ser entendido em sua essência enquanto homem que faz história. O fato dele estar trabalhando, estudando ou se divertindo entre as demais pessoas, não significa que deixou de ser homem e "deficiente". Seu estigma é histórico e como tal somente a história conseguirá superá-lo, cabendo-nos tomar esta história nas mãos e construir uma nova relação entre os homens.

Nesta perspectiva, discutiremos a seguir uma outra questão que está intimamente ligada com os problemas educacionais. Trata-se do Lazer e do Esporte na vida dos (df).

CAPÍTULO V

ESPORTE, LAZER E OS DEFICIENTES FÍSICOS

As questões que envolvem o Esporte, o Lazer e as pessoas consideradas não-deficientes, no modo de produção capitalista, são substancialmente distintas quando se trata dos "deficientes físicos". Ao longo deste capítulo tentaremos explicitar as semelhanças e diferenças existentes na relação Esporte, Lazer e (df). Para tanto, necessário se faz tecer algumas considerações a respeito, tanto do Esporte como do Lazer, buscando o entendimento destes dois fenômenos sociais.

Neste sentido, dividimos este capítulo em dois momentos. No primeiro, tentamos resgatar o significado histórico e social tanto do Esporte como do Lazer. No segundo, tendo por base os dados e as afirmações contidas no primeiro, analisamos a fala dos (df) e os documentos emitidos pelo Estado, que tratam deste assunto. A análise leva conta as leis, decretos, portarias e as principais propostas políticas divulgadas e conhecidas.

Esporte e Lazer

Toda discussão a respeito do Esporte e Lazer tem, necessariamente, que se iniciar pelo entendimento do significado que o jogo e o lúdico tiveram nas diferentes formas de relações entre os homens através dos tempos. Porém, como não é propósito deste estudo discutir as diferentes correntes de pensadores que tratam do Esporte e Lazer através da história, nem tampouco suas implicações psíquicas na vida dos homens, nos limitamos a analisar estes dois fenômenos, à luz de nosso

referencial teórico já mencionado nos capítulos anteriores, tendo como pressupostos básicos:

a) que o Esporte e o Lazer, por serem patrimônios culturais produzidos pela humanidade ao longo dos anos, são históricos e como tais, condicionados e, portanto, não são privilégios apenas de alguns homens;

b) que o Esporte e o Lazer, apesar de se manifestarem nos momentos de "descompromisso" dos homens, estão profundamente "comprometidos" com a ordem social dominante.

Neste sentido e a partir destes pressupostos, o entendimento do significado do jogo e do lúdico, como elementos diferenciadores do que se entende por Esporte e Lazer, é fundamental.

Existe na literatura especializada uma certa insegurança ou imprecisão entre os autores que tentam estabelecer os limites e diferenças do Esporte e do Lazer, por um lado, e do jogo e do lúdico, por outro.

Dentre estes autores destacamos HUIZINGA, que caracteriza o jogo como sendo:

"...uma atividade livre, conscientemente tomada como não séria e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com o qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites especiais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. Promove a formação de grupos sociais com tendência a rodearem-se de segredo e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes..." (1)

Este autor coloca ainda em sua obra as diferentes formas de manifestação do jogo, através da história do homem: jogos religiosos

1. Homo ludens; o jogo como elemento da cultura, p.16.

(rituais vedas); jogos de representação (teatro) e os jogos em grupos e individuais. Em todas as colocações sobre o jogo, como na citação acima, este autor faz questão de defender e enfatizar que o jogo é uma atividade livre, consciente, desligada de todo e qualquer interesse material, sem visar lucro, enfim, sua caracterização pressupõe a presença do lúdico. E o lúdico, pelo que podemos captar, é para ele a essência do jogo, é o centro do ato de jogar.

Mais adiante, ao recuperar a historicidade evolutiva do jogo, o autor destaca que, à medida que a sociedade foi se desenvolvendo, o elemento lúdico foi, gradualmente, passando para o plano secundário, sendo absorvido pela esfera do sagrado. O avanço do conhecimento, da filosofia e das diversas formas de vida jurídica e política, segundo este autor, ocultaram por detrás dos fenômenos culturais o elemento lúdico original.

Esta secundarização do elemento lúdico fica mais explícita quando ele discute a questão do jogo e da competição. Senão vejamos:

“...quanto a saber se temos direito de incluir a competição na categoria jogo, podemos sem hesitações responder afirmativamente. [...] tal como todas as outras formas de jogo, a competição é geralmente desprovida de objetivo. Quer dizer isto que a ação começa e termina em si mesma...” (2)

Esta concepção de que o jogo e a competição são um fim em si mesmos, de aparência coerente, parece equivocada e descontextualizada para os dias de hoje, na medida em que houve significativas mudanças, tanto na concepção de jogo como na de competição. Ignorar isto é o mesmo que não levar em conta o caráter condicionante e condicionado tanto dos jogos, como da competição no modo de produção vigente.

Por exemplo, na concepção deste autor, o jogo pressupõe pra-

2. Johan HUIZINGA, op.cit., p.56.

zer, atividade livre, consciente, exterior à vida habitual, coisa "não séria", enfim, uma atividade "boa" em si mesma, uma forma de higiene mental. Porém, na realidade não é esta forma de jogo que a história nos legou. Pelo contrário, o jogo e a competição atuam como meio desta sociedade atual e visam, principalmente, a melhorar o corpo, à condição social, ao orgulho e à vaidade do prêmio e da diferenciação. É mais importante que tudo isto, pressupõe uma forma de poder, um meio de desviar, e deslocar conflitos, de alienar a massa humana.

HUIZINGA, quando trata do Esporte, reconhece esta descaracterização, esta perda da "espontaneidade" do jogo e admite o Esporte como o resultado deste jogo que, de fim em si mesmo, tornou um meio de si mesmo. Deixa claro ainda que os grandes jogos de bolas comuns, no século XVIII, por exigirem equipes permanentes, constituíram o ponto de partida para o Esporte moderno.

"...esta sistematização e regulamentação cada vez maior do Esporte implica a perda de sua característica lúdica mais pura... Isto se manifesta nitidamente na distinção oficial entre amadores e profissionais (ou cavalheiros e jogadores) que implica uma separação entre aqueles para quem o jogo já não é jogo e os outros, os quais por sua vez são considerados superiores apesar de sua competência inferior. O espírito do profissional não é o espírito do lúdico, pois falta a espontaneidade, a despreocupação..." (3)

Nesta obra de HUIZINGA, ele situa a questão do lúdico, do jogo e do esporte num contínuo coerente e estruturalmente lógico. Contudo, se observarmos atentamente suas colocações perceberemos que esta visão tripartite - lúdico, jogo e esporte - no fundo representa não uma relação entre três partes ou elementos distintos, como apresenta o autor, mas sim uma relação entre apenas dois elementos, isto é, entre o lú-

3. Homo Ludens; o jogo como elemento de cultura, p.219.

dico e o Jogo.

Afirmamos isto, porque o lúdico, historicamente, sempre foi considerado a essência do Jogo, daí não concordarmos com este autor quando ele coloca que o esporte constitui-se a parte sistematizada do Jogo. Além disto, a visão do lúdico explicitada pelo autor tem características idealistas, por aparecer de forma abstrata e genérica. O concreto real não permite tratar o lúdico de outra forma senão como um componente histórico e cultural e, portanto, concreto e específico.

Nesta linha de raciocínio, a visão tripartite defendida pelo autor é no mínimo, equivocada, considerando-se que, em essência, tanto o esporte como o Jogo guardam em si os mesmos princípios. O fato do esporte apresentar-se atualmente melhor sistematizado, com regras, equipes organizadas e toda uma macroestrutura empresarial, isso não é suficiente para diferenciá-lo em essência do Jogo, pois, no nosso modo de entender, a "diferença" apresentada reside apenas na roupagem e não em conteúdo e princípios. Na Grécia antiga, por exemplo, os Jogos não eram denominados de esportes, porém, os rituais e glorificação dos vencedores e a depreciação dos vencidos ocorria como ocorre atualmente. Os louros da vitória foram substituídos pelas medalhas e a identificação com os deuses do Olímpo, pela propaganda paga e o reconhecimento heróico pela pátria.

Neste sentido, devido à crescente sistematização e organização da sociedade e, conseqüentemente, dos Jogos e/ou esporte, estes apresentam-se de tal modo organizados tecnicamente, que o verdadeiro espírito lúdico se encontra ameaçado de desaparecer.

A respeito ainda da origem do esporte encontramos em TUBINO indicações de que esta origem em termos institucionais tenha-se dado somente no início do século XX, quando cita ULMANN e coloca que

"...o esporte teria seu início formal por THOMAS ARNOLD, em 1928 quando exercia a direção do colégio de Rugby, na Inglaterra e, utilizando-se dos jogos físicos praticados pela aristocracia e burguesia inglesa, incorporando-os aos métodos de educação. As percepções de ARNOLD são consideradas o início do esporte institucionalizado, do esporte popular..." (4)

Percebemos aqui que o autor segue a mesma linha de pensamento de HUIZINGA, no tocante à separação entre jogo e esporte, e coloca em pé de igualdade o esporte institucionalizado e o esporte de massa, não definindo claramente o que ele entende como sendo massa.

Em outra passagem deste trabalho, TUBINO refere-se a EPPENSTEINER como sendo o autor cuja teoria a respeito da origem do Esporte tem sido a mais aceita. Diz ainda que este autor distingue duas vertentes das quais a motivação deriva, ou seja, a natural e a cultural. Para EPPENSTEINER, cultura " é tudo aquilo que advém da vivência do homem na sociedade, e a origem do esporte tem como base um fenômeno biológico e não histórico". No entender de TUBINO, para EPPENSTEINER, em todas as épocas, as causas culturais e biológicas do esporte coexistem, criando um instinto esportivo, que pode ser considerado a resultante da combinação dos instintos do lúdico, do movimento e da luta.(5)

O reducionismo da origem do esporte ao plano biológico, defendida por EPPENSTEINER, reflete a incerteza e a complexidade existente quando se tenta definir ou delimitar o esporte ou mesmo diferenciá-lo do jogo. O mecanismo do isolamento, da redução do todo em partes, tem

4. Manoel Jose Gomes TUBINO. Teoria geral do esporte, p.18.

5. Ibid., p.20. Para maior aprofundamento da questão, ver a respeito, nesta mesma obra, os capítulos 1º e 2º, e em Nelson C. Marcelino, N.C. Lúdico: a busca da possibilidade ausente. In: Lazer e Escola. Unicamp, Campinas, 1989 (tese, doutorado).

sido a estratégia mais utilizada pela maioria dos teóricos que tratam desta questão.

Esta forma de tratar a questão tem contribuído para que o lúdico, que tem sua concreticidade manifesta na forma de jogo, seja entendido de forma fragmentada. Com isto, ocorre uma cisão aparente entre o jogo e o lúdico, como se fosse possível tratar estes elementos separadamente. Este fato impede que, em essência, jogo e lúdico sejam vistos como um fenômeno único no qual um constitui o sistema nervoso do outro, e ambos são ramificados pelos mesmos neurônios.

Queremos afirmar com isto que o lúdico e o jogo não podem ser entendidos senão historicamente situados, e nesta visão é praticamente impossível falar da trajetória histórica de um sem considerar o outro. Por isto, no nosso modo de entender, não se trata de uma discussão tripartite, pois o esporte, em essência, somente se concretiza no jogo, apesar de apresentar-se de uma forma mais elaborada em termos de técnica e organização.

Nesta linha de raciocínio, a relação tripartite somente é possível numa concepção abstrata deste fenômeno cultural chamado Esporte, pois, concretamente, esta separação é impossível de ser realizada.

Muitos outros autores discutem a questão do Esporte. CARVALHO, por exemplo, tentou entender o Esporte à luz de uma visão psicanalítica e psicológica, na qual buscou um espaço para a perspectiva lúdica. Seu trabalho procurou entender para que, por que e como se pratica o Esporte.

Em suas conclusões esta autora coloca que:

"... o Esporte significará, assim, um fruto originado da repressão sofrida pelos indivíduos (tanto a nível ontológico quanto filogenético) processo esse, necessário à produção cultural e imanente à possibilidade de uma sociedade..." (6)

Esta afirmação, segundo a autora, é uma tentativa de situar o Esporte e demais realizações e valores supremos da civilização, como sendo da mesma natureza e ocupando o mesmo espaço, o da criação cultural. Para afirmar isto, ela baseia-se na perspectiva freudiana, isto é, nos mecanismos de sublimação dos impulsos sexuais e agressivos.

MANHÃES, por sua vez, em seu estudo sobre a "Política de Esportes no Brasil", parte do pressuposto de que

"... o esporte é a totalidade de manifestações que forjou ao longo da história, do mesmo modo que o homem é a totalidade de relações humanas..." (7)

Este autor coloca também que o conceito de Esporte identifica-se com o de manifestação nacional, ou mais precisamente, com o de cultura e de energia que, segundo ele, são a-históricas e articuladas com a nacionalidade reificada. Enfaticamente chama a atenção para que

"...O desporto seja compreendido como ingrediente do social, índice da priorização deste e não do aprimoramento da raça. Que os resultados desportivos sejam produto da história e não de mitificações. Que o desportista de alto nível seja um operoso e habilidoso indivíduo na atividade que escolheu, apenas, e não mitificado herói do Olimpo".(8)

Sua preocupação fundamental foi entender o que vem a ser a política de Esportes no Brasil.

Conclui o estudo afirmando que a estrutura clubística nacio-

-
6. Sandra Salomão CARVALHO. Aspectos psicossociais do esporte. In: Gilda KORFF. Esporte e Poder, p.93.
 7. Eduardo Dias MANHÃES. Política de esportes no Brasil, p.15.
 8. Ibid., p.100.

nal de ordenação linear e centralizada, é uma coletividade reificada e sem história, que não admite o conflito como forma legítima de convivência social. Porém, não se percebe que esta convivência está baseada no conflito que é negado, enquanto base forjada na própria coletividade.

A questão do Esporte, como podemos perceber, é complexa e as linhas demarcatórias e/ou conceituais desta forma de manifestação popular não estão claras. Esta questão torna-se mais polêmica, quando adicionamos no debate o Lazer, o Jogo e a Educação Física, porque também os limites destes fenômenos têm gerado controvérsia entre os estudiosos da área.

Como não é propósito deste estudo aprofundar nesta polêmica em torno das diferenças e semelhanças destes fenômenos sociais, apontamos a título de enriquecimento alguns autores que tratam desta questão, são eles: MANUEL SÉRGIO (9), TUBINO (10), (OLIVEIRA & BETTI, (11) CARMO (12) e CASTELLANI FILHO (13).

Isto posto, podemos afirmar, de forma sintéticas, que o Esporte apresenta-se como uma forma melhor sistematizada do jogo cuja essência é o lúdico. Esta forma de apresentação do esporte, por ser histórica, está condicionada ao modo de produção capitalista vigente. A descaracterização do princípio "espontâneo" do jogo pela crescente objetivação e sistematização das técnicas e regras, está intimamente ligada ao processo de "coisificação" do homem e de suas relações. As

-
9. A prática e a educação física, 114 p.
 10. Teoria geral do esporte, 80 p.
 11. Educação física e o ensino de 1º grau: uma abordagem crítica. 120 p.
 12. Apolônio A. do CARMO. Educação física e a nova lei de diretrizes e bases: subsídios para discussão.
 13. Diretrizes gerais para o ensino de 2º grau. Projeto SESP/MEC.

sim como a troca de mercadoria significou a extinção das comunidades, a sistematização e objetivação dos jogos significou o surgimento de uma outra forma de jogo chamada Esporte, e com isto a aceleração do processo de degradação do lúdico.

Portanto, a partir da visão valorativa do Esporte, o lúdico, a "espontaneidade", e o prazer foram secundarizados, dando lugar à produção de outras necessidades, tais como troféus, medalhas, status e, sobretudo, dinheiro.

O Esporte, da forma abstrata e indefinida como tem-se apresentado na sociedade, acaba servindo a interesses antagônicos. Além disso, pode-se verificar ainda que, de maneira geral, sua utilização abundante e compreensão caótica servem para legitimar, no mercado, esta nova mercadoria de consumo, chamada Esporte.

Nesta forma amorfa e indefinida, o Esporte traz em si a noção de poder. E esta noção é cada vez mais evidente quando este Esporte é transformado em mito e seus participantes em "semi-deuses". Este poder "mágico" de transformar homens em "super-homens", em ídolos nacionais, ou até em valiosos tesouros. A compra e venda de atletas no Brasil, tanto no mercado interno, como no externo, é tão disputada que nossos jogadores de futebol já estão sendo considerados, com muito orgulho, tanto pela imprensa como pelos dirigentes e até por eles mesmos, como "objetos de exportação". Esta forma de transação, guardadas as devidas proporções, assemelha-se muito ao período escravagista, onde as propriedades móveis (homens) eram vendidas no mercado.

Nesta linha de raciocínio, o Esporte, ao gerar o individualismo, gera e torna natural a luta pela vida, apoiada no princípio de que o mais forte pode e deve devorar o mais fraco. Este forma de triunfo é

ainda recompensada com pompas e glórias.

Sinteticamente, poderíamos tornar nossas as palavras de MANUEL SERGIO (14), quando ele afirma o pretensão a-politicismo e neutralismo dos valores burgueses invade o desporto contemporâneo. A célebre Ode ao Desporto de Pierre de Coubertin pretende fazer da prática desportiva uma ilha de Paz, de Amor, de Felicidade, no meio de um mundo onde o povo continua pisado e esquecido. Mas importa ao sistema estabelecido que o povo aceite passivamente a sua condição e permita as manobras de quem se enquista no poder.

Neste sentido, o esporte, enquanto manifestação do homem, não pode ser tratado como um fenômeno isolado das relações sociais. Isolar o esporte ou tratá-lo apenas como veículo de paz, amor e, sobretudo, de descontração do homem moderno, é desconhecer sua condição de alienação. Esta alienação manifesta-se tanto em quem pratica como em quem assiste. Os primeiros pela tecnificação e conseqüente perda do significado maior do esporte; o lúdico; e os segundos por estarem alheios aos verdadeiros objetivos do que assistem.

14. MANUEL SÉRGIO, op.cit., p.86.

LAZER

O Lazer, entendido como um fenômeno típico da civilização atual, devido à sua complexidade, pode ser estudado de diferentes maneiras.

Poderíamos centrar a discussão, como fez DUMAZEDIER (15), situando o lazer na perspectiva histórica e no seu contexto técnico, econômico e social, a fim de melhor conhecer as forças que agem ou podem vir a agir sobre ele; ou ainda seguir os passos de DÓ VALLE (16), que procurou, através de uma perspectiva histórica, definir o lazer tendo por base seu significado em cada época; ou ainda como FIORE (17), que demonstrou que é incorreto afirmar, de modo mecânico, que ao aumento da produtividade corresponde, necessariamente, o aumento do tempo liberado, beneficiando, por igual, a todos os setores da população, como também é incorreto afirmar que esse "tempo livre" transformar-se-á, necessariamente, em lazer, ou reduzi-lo a uma totalidade abstrata que dilui as distinções entre natureza e as determinações particulares das diversas práticas sociais aí desenvolvidas.

Além destas possibilidades de estudo do lazer, destacamos ainda outras tendências, tais como OLIVEIRA (18), que ao estudar os la-

15. Lazer e cultura popular, p.50.

16. Lazer: senso comum, perspectiva histórica e tentativa de definição, p.10-17.

17. Algumas reflexões sobre a questão do "tempo livre".

18. Lazer manual; significado e abrangência.

zeres manuais, seu significado e abrangência, destaca que o conserto e a restauração de objetos, a culinária, a costura, o tricô, o crochê, o bordado, o artesanato, a jardinagem, o cuidado com hortas, plantas e flores, todas estas atividades e outras mais, têm lugar reservado na vida diária de nossa sociedade. No seu artigo, o autor analisa ainda o significado dessas práticas dentro do "tempo livre", indagando se as pessoas que a elas se dedicam o fazem por imposição da vida moderna ou puramente pela satisfação que delas advém. Em suas conclusões, este autor coloca que, praticado opcional e voluntariamente, o lazer manual reabilita, como lazer que é, a dimensão culturalmente significativa da habilidade manual, constantemente discriminada, por preconceitos e ideologias, ignorando-se, até mesmo, que pode ser exigido em inúmeras áreas do trabalho profissional.

Mesmo considerando toda esta gama de possibilidades de estudos do lazer, alguns pontos são comuns em todas elas. Independente do enfoque ou dos objetivos do estudo, nenhuma delas, quando coloca o lazer na berlinda, pode desconsiderar as relações existentes entre este fenômeno e o trabalho, no modo de produção capitalista vigente. É este o enfoque que pretendemos dar neste capítulo, ou seja, procuraremos tratar o fenômeno Lazer do ponto de vista de sua estreita ligação com a esfera produtiva, significando isto que, para seu entendimento, não podemos desconsiderar a divisão social do trabalho, pois esta se encarregou de, mais do que perpetuar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, legitimar a divisão da forma de utilização do tempo entre as classes sociais. Isso significa dizer que a existência do lazer depende da existência de determinadas condições objetivas.

Uma de suas condições essenciais é a existência do "tempo li-

vre" ou do espaço reservado ao "não-trabalho", implicando isso que a divisão social do trabalho, dentre outras coisas, possibilitou uma repartição desigual do tempo dedicado ao trabalho e ao tempo "liberado" do trabalho. Não podemos nos esquecer, também, que, apesar da máquina ter aumentado a produtividade do trabalho, diminuindo assim o tempo necessário para a produção de uma mercadoria, este benefício não foi repassado aos trabalhadores sob a forma de "tempo livre". Ao contrário, em alguns casos houve até o aumento da jornada, como forma de compensação salarial.

Atualmente, por exemplo, fruto de muita luta e empenho da classe trabalhadora, a legislação trabalhista assegura jornada de trabalho em torno de 40 a 44 horas semanais. Entretanto, isto não significa que houve aumento no "tempo livre" ou de lazer para a classe trabalhadora, na medida em que este tempo tem sido sistematicamente ocupado e objetivado, ora pela empresa, ora pelo trabalhador. Esta sistematização e objetivação não tem outro interesse senão ocupar novamente o chamado "tempo livre", o que significa que "tempo livre" e "tempo ocupado" se identificam. Este fato ocorre em casa, nos clubes, rios e outros locais, pois a maioria dos eventos considerados de lazer ocorrem sistematicamente e rigorosamente dentro de horários, regras e objetivos pré-estabelecidos. Neste quadro, o homem passa a existir para o lazer e não o lazer para o homem.

Portanto, o tempo dividido e regulamentado é mais uma mercadoria no processo de produção. Ele tem valor e por isso é desigual. Sendo desigual, seria ingenuidade acreditar que o tempo dedicado ao trabalho produtivo é igual para todos os membros da sociedade.

A realidade mostra que a divisão social do trabalho dividiu, também, de forma desigual, os espaços e em consequência o tempo livre

para o lazer. É necessário, nesta forma de organização social, que uma grande maioria trabalhe para que uma minoria possa ter acesso ao lazer, o que pressupõe que o lazer e o trabalho se identificam. Ele assume esta forma quando representa o papel de elemento recuperador indispensável das forças perdidas no trabalho, ou ainda, quando é tido como fenômeno orientado e disciplinado para este equilíbrio.

Esta dupla função do lazer, de recuperação do trabalho alienado e, ao mesmo tempo, de preparação para este mesmo trabalho, explicita claramente o caráter contraditório e ideológico do lazer que, pela aparente função recuperadora e de prazer, alegria e liberdade, oculta sua "verdadeira" função de preparação para a produtividade nesta sociedade atual.

Não podemos, contudo, conceber esta duplicidade de significado, sem levar em conta as formas como os homens, através da história, se relacionaram com o ócio e depois com o lazer, sob pena de correremos o risco de fazer uma análise abstrata da realidade e da história, pois esta ação contraditória, de recuperar e preparar para o trabalho produtivo, não pode ser extensiva a todos os membros da sociedade. Enquanto para uns o lazer assume este duplo caráter, para outros o lazer significa ou identifica-se com o ócio da antiguidade, isto é, isenção verdadeira do trabalho. O lazer não pode ser concebido de forma universal e abstrata, de tal modo que pareça servir para todos, pois na realidade apenas alguns podem se dar o direito de vivenciá-lo.

Segundo DO VALLE, não há ponto de contato entre o

"otium das elites e o trabalho escravo - gerador de riquezas sociais, dentre as quais a própria possibilidade de um consumo improdutivo do tempo. Esse é afinal o próprio fundamento do ócio: a condição essencial para que um grupo de indivíduos possa a ele se dedicar e outra parcela da sociedade esteja con-

denada ao trabalho duro, sem direito a descanso, sem direito a gozar das riquezas que produz, sem direito a direitos - o que é a situação própria ao trabalho escravo. A existência de uma classe absolutamente liberada das exigências do trabalho produtivo só se tornou possível pela existência de uma classe totalmente submetida a essas exigências, e a mais nenhuma outra. Neste contexto, se existe uma história do lazer escravo, ela perdeu-se, sem chegar a ser contada. Presume-se, porém, que não poderia ser senão a história de uma resistência passiva e quotidiana às condições inumanas de vida a que esses homens estavam condenados". (19)

A visão desta autora denuncia a forma idealista e abstrata que o lazer tem sido tratado historicamente. Ao questionar se existe uma história do lazer dos escravos, ela, no nosso modo de entender, está tentando explicitar que os escravos sempre foram condição do ócio de alguns, como hoje em dia, guardadas as proporções, os trabalhadores o são.

Esta condição de lazer de alguns que o trabalhador moderno assumiu, fica evidente nos estudos de MARCELINO(20). Segundo este autor, os dados constantes do Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, de 1986, podem dar uma idéia da população brasileira envolvida com o lazer. Os dados indicam que mais de um em quatro brasileiros, ou 27,3% trabalham 49 horas por semana, ou mais. E não se trata, como poderia ser argumentado, de alongamento da jornada de trabalho para obtenção de melhores condições de vida. É questão de sobrevivência mesmo, uma vez

19. Lazer; senso comum, perspectiva histórica e tentativa de definição, p.12.

20. Lazer e educação, p.9.

que os trabalhadores que ganham um salário mínimo ou menos, cerca de 24,7% trabalham 39 horas ou mais, por semana. Além disto, setenta por cento trabalham 40 horas semanais.

Estes percentuais explicitam claramente que, como o trabalho, o lazer não pode ser tratado de forma homogênea nesta sociedade.

Se fizermos uma análise da moral do trabalho defendida pela ideologia dominante, veremos que desde a revolução burguesa existe uma forte tendência à extinção das festas religiosas, populares e descansos semanais. A colocação do trabalho como "direito de todos", que aliás tem sido uma das reivindicações constantes dos trabalhadores, parece estar beneficiando mais aos interesses da classe dominante do que aos interesses dos próprios trabalhadores, na medida em que eles não levam em conta, no trabalho pretendido, nem sua forma alienante, nem quem está se beneficiando do seu produto. O trabalho é visto apenas por uma das suas faces, qual seja a de aparente gerador de riquezas.

A preguiça, o não fazer nada, é tão combatido pelo capitalista, como os demônios das diferentes religiões. Isto ocorre, sobretudo, porque ao dono do capital, mais importante que o trabalhador, é o produto de seu trabalho e quanto mais ele puder explorá-lo, mais aumentará seus lucros e, conseqüentemente, seu capital variável. Como falava

MARX:

"...o trabalho durante toda sua existência nada mais é do que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital.[...] está claro que para o capitalista não tem sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher as funções sociais, para o convívio e livre exercício das forças físicas". (21)

21. Karl MARX. O Capital, p.300.

Enfim, para dedicar-se ao lazer, mesmo na forma caricatural que se apresenta na atual sociedade, o trabalhador encontra dificuldades.

Apesar desta voracidade do capital em querer acumular cada vez mais, sem a mínima preocupação com a duração da vida da força de trabalho, importando apenas extrair o máximo desta força, o capitalista precisa manter viva esta força, pelo menos para explorá-lo no dia seguinte. Este pequeno "valor" que resta ao trabalhador, isto é, o de continuar existindo para a perpetuação da classe trabalhadora, não permite que esta voracidade do capitalista sugue, do trabalhador, até a sua última gota de sangue. Por isto, as poucas horas de pausas permitidas são uma forma que o sistema possui para recuperar a força de trabalho extenuada.

E, como esperamos ter deixado claro, tanto o esporte num nível mais restrito, através de suas diferentes formas de manifestação - campeonatos nacionais, regionais e internacionais -, como o lazer num nível mais genérico, têm procurado preencher estas poucas horas de pausas, visando muito mais atender aos interesses do sistema dominante do que aos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Esta visão por nós defendida não é comum e nem aceita por todos os profissionais que estudam ou atuam na área do Lazer.

Encontramos certa identidade com nossas posições nos estudos de MARCELINO, por exemplo, que procurou verificar as relações existentes entre o lazer, a escola e o processo educativo, e de que forma essas possíveis relações podem ser consideradas, tendo em vista a formação de uma alternativa pedagógica.

Nas considerações deste autor, a visão relacional, trabalho alienado versus lazer, enquadra-se no que ele denominou de "visão funcionalista compensatória" isto é, a visão que se refere à oposição

que se verifica entre o trabalho - alienado, mecânico, fragmentado e especializado - das sociedades modernas, e a realização individual. O lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho. Segundo este autor, os encontros e desencontros percebidos no tratamento da questão do "tempo livre" decorrem de uma visão funcionalista do lazer.

"...esta visão traz em si um conteúdo altamente conservador, em termos de valores, concebendo o homem como simples detentor de "status" e desempenhador de papéis, em função da manutenção do sistema vigente... dessa forma, a visão funcionalista em termos de valores do lazer e do trabalho, ou coloca naquele o caráter de finalidade, como compensação do trabalho alienado - e assim a alienação permanece intocada, ou considera simples reparador dos efeitos negativos do trabalho, para mais trabalho... as duas alternativas, na verdade, consideram o homem como simples máquina que necessita, para seu funcionamento, de períodos de manutenção e reparo..." (22)

MARCELINO situa, ainda, na ótica funcionalista, as abordagens românticas, moralistas e utilitaristas do lazer que procuram reduzi-lo à função nostálgica do passado, ou de recuperação da força de trabalho. Mais adiante, ele deixa claro que estas abordagens funcionalistas são altamente conservadoras e buscam a "paz social" e a manutenção da "ordem", institucionalizando o lazer como fator de ajuda para estes fins. Para tanto, reforça esta sua idéia afirmando que:

"...a visão funcionalista da relação trabalho/lazer não considera a ordem causal no tempo - a não ser no sentido da recuperação de forças - que encontramos já na "Crítica da Razão Pura" de Kant, onde ele demonstra que o tempo anterior determina o seguinte..." (23)

22. Nelson Carvalho MARCELINO. op. cit., p. 26.

23. Lazer e humanização, p. 27.

Entendemos que a análise dialética do lazer, que possibilita explicitar a duplicidade do seu caráter, não se restringe à relação causal no tempo, ao sentido da recuperação. Lembramos que este sentido não é o mais importante, pois é apenas a aparência do fenômeno, e mais "que uma função recuperadora", o lazer, em essência, é preparador para o processo produtivo.

Neste mesmo direcionamento, o autor em questão, ao referir-se ao lazer e ao antilazer, deixa clara sua posição ao afirmar que:

"...contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente". (24)

Uma outra contribuição importante encontrada em seu trabalho diz respeito a duas vertentes de pensamento apontadas por ele na realidade brasileira. Segundo seu ponto de vista existem:

"...uma vertente, baseada sobretudo na cultura da pobreza (Oscar Lewis) e na teoria da necessidade prioritária (Maslow), que concebe o lazer como algo a ser considerado apenas para as camadas sociais privilegiadas, que já satisfizeram suas necessidades básicas de saúde, alimentação e habitação. Observa ainda que uma vez numa situação de privação sócio-econômica, as camadas pobres da população vivenciam uma outra cultura, sendo prioritária a ação que os faça superar a condição de pobreza, para que só depois pense nos problemas relativos ao lazer. A segunda vertente defende o estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento, com concentração de recursos em áreas básicas que possibilitem impulsos em outras áreas, para que se atinjam, assim, o crescimento econômico". (25)

24. Nelson Carvalho MARCELINO. Lazer e educação, p.40.

25. Ibid., p.41.

O autor em questão demonstra ainda a fragilidade destas duas linhas de pensamento, situando a primeira como sendo uma visão economicista e a segunda, um grande equívoco, pois confunde desenvolvimento com crescimento- econômico posição com a qual concordamos.

Ainda a respeito destas tendências, não é difícil encontrar um grande número de pessoas adeptas da teoria das "necessidades básicas", que colocam o lazer como luxo e, portanto, supérfluo, principalmente para a classe trabalhadora que geralmente não tem suas "necessidades básicas asseguradas". Os que defendem esta linha de pensamento não conseguem perceber que o lazer é fruto do conhecimento produzido pela humanidade, através da história e, portanto, não pertence ou não é direito apenas de uma classe social.

O fato de a classe trabalhadora não ter acesso ao lazer, em toda sua plenitude, por não possuir as condições objetivas - habitação, salário, educação, saúde e outras - não implica que tenhamos que aguardar que esta situação caótica seja superada para, posteriormente, oportunizarmos à esta classe o acesso ao lazer.

É preciso levar em conta que se o lazer consegue "preparar" na "recuperação", ele também consegue desencadear e explicitar contradições importantes que irão contribuir para a superação do atual quadro social.

Ocorrendo nas "horas do não-trabalho", mesmo tendo algumas características do trabalho alienado, na forma de organização, conteúdo e forma de utilização, esta manifestação social proporciona, mesmo que em pequeno grau, o contato com o divertimento, com a recreação, com o "não fazer nada". Esta forma de relação entre os homens que geralmente leva ao prazer é diametralmente oposta à forma hegemônica do trabalho alienado. O lazer, como já afirmamos, por se dar nos momentos de "des-

comprometimento" do homem na sua relação com os outros homens e com a natureza, está profundamente comprometido, não somente com a ordem vigente, mas aponta, na sua forma diferenciada de manifestação, possibilidades de superação deste estágio social.

Neste sentido, o lazer entendido como forma de expressão do prazer, de divertimento, de não mecanização do homem, constitui-se em uma importante arma contra a ordem estabelecida, na medida em que pode contribuir para a disseminação de uma "nova" forma de relação, isto é, uma relação em que o trabalho existe para o homem e não como ocorre, do homem existir para o trabalho.

Acreditamos que lutar para que haja uma equidade na distribuição do "tempo livre" entre os homens, para que estes possam escolher a melhor forma de ocupação deste tempo, é uma das possibilidades existentes para superar o processo de "coisificação" dos homens no modo de produção capitalista, pois o sistema não é suficientemente coerente e compacto, a ponto de controlar e dar conta de todas as contradições que o lazer pode explicitar nesta sociedade.

Sinteticamente; e considerando as argumentações colocadas anteriormente, tentaremos, mesmo a título de conclusão parcial, retocar os contornos da discussão com algumas inferências:

a) A visão tripartite - lúdico, jogo, esporte - que permeia as discussões em torno do fenômeno jogo, é no mínimo equivocada, pois nem o jogo, nem o esporte ou o lúdico representam ou podem ser entendidos como um fim em si mesmos. O jogo contém o lúdico e este só tem razão de ser no jogo. O grau de sistematização, a variedade conceitual e as diferentes formas que o jogo assumiu historicamente, não são dados

suficientes e/ou capazes de explicar este fenômeno isoladamente ou em partes distintas. Ele é fruto da relação entre os homens através da história e, como tal, seu entendimento exige que se leve em conta seu caráter essencial, de conteúdo, de princípios e não apenas de forma aparente que tem apresentado em cada época. Por mais simples que seja um jogo, ele possui um certo nível de organização e sistematização, sem os quais ele não se constituiria em jogo e não poderia ser socializado. O lúdico e o agonístico presentes no jogo, para existirem, precisam de um mínimo de sistematização. E é justamente a intencionalidade política e ideológica que subjaz ao jogo que precisa ser resgatada e não a discussão estéril do jogo ou do lúdico ou do esporte, como se fossem um fim em si mesmos.

b) O estudo do lazer pressupõe necessariamente o estudo do trabalho. Lazer e trabalho sobrevivem da mesma fonte. Situar o lazer sem relacioná-lo com o trabalho é como falar do silêncio sem mencionar o barulho. Um é condição de existência do outro. Assim sendo, o entendimento do lazer pressupõe concebê-lo como trabalho e o trabalho como lazer, isto é, a superação da alienação de um significa a plenitude da existência do outro, pois trabalho e lazer para a classe social majoritária, nesta sociedade, se identificam. Por isso, o lazer ocorre nos momentos de "descompromisso", mas está profundamente "comprometido" com o modelo social vigente. Transformar o discurso existente sobre o lazer em prática do trabalho significa uma das formas de superação do

atual estágio alienado do trabalho e o surgimento de um "novo" trabalho, isto é, o trabalho lazer, e isso acarretaria na eliminação do lazer enquanto forma de trabalho.

Diante deste contexto, nos perguntamos: como o Estado e os (df) estão reagindo face a esta questão do lazer ? Para respondermos a esta questão, nada melhor que explicitar a forma de pensar e agir dos (df) e do Estado, a este respeito.

ESTADO, ESPORTE E LAZER

Após buscarmos explicitar o significado e o papel assumido na sociedade atual, tanto do esporte como do lazer, vamos descrever, num primeiro momento, o discurso do Estado, contido nos documentos já analisados nos capítulos anteriores; num segundo momento apresentaremos a fala dos (df) a este respeito, para em seguida evidenciar aspectos vários desses discursos.

Nos documentos até aqui mencionados (D1, D2, D3, neste estudo), não conseguimos identificar por parte dos órgãos governamentais criados para tratar dos assuntos relativos aos "deficientes", objetivos, metas ou linhas políticas especificamente voltados para os "deficientes físicos", no que concerne ao esporte e ao lazer.

As questões relativas ao lazer e ao esporte não têm sido objeto de estudos e preocupações nem da SESP nem da CORDE, no tocante à elaboração de linhas diretrizes voltadas para estes fenômenos culturais. Talvez isto esteja ocorrendo porque existe, em nível ministerial, MEC, uma secretaria exclusivamente criada para este fim, a Secretaria de Educação Física e Desporto, SEED.

Em nível federal, dentro do período estudado, encontramos apenas as "Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos 1980/85", elaborados pela SEED/MEC.

Constatamos que as pessoas responsáveis pela elaboração deste documento não se preocuparam em situar, quer ao nível dos problemas levantados, quer ao nível dos objetivos e metas propostas, os problemas dos "deficientes" relativos ao esporte e ao lazer.

O documento em questão trata os problemas da Educação Física e dos Desportos de forma bem ampla e genérica, estabelecendo como fi-

nalidade a :

"...orientação, em todo o país, o desenvolvimento da Educação Física, do Esporte para Todos e do Desporto, coordenando todas as atividades decorrentes das iniciativas relacionadas com o Sistema de Ensino e Desporto Nacional". (26)

Como em nenhum momento este documento fez menção aos (df), acreditamos que, talvez, quando ele explicita "Esporte para Todos" estejam aí incluídas as "pessoas deficientes".

Apesar dos "deficientes" não terem sido lembrados quando da elaboração da Política Nacional de Desportos pela SEED/MEC, para o quinquênio 80-85, particularmente, os "deficientes visuais e os mentais" conseguiram o reconhecimento, junto ao Conselho Nacional de Desporto, CND, de suas associações desportivas. Senão vejamos: encontramos no âmbito da legislação desportiva, a Deliberação nº 14, de 16 de dezembro de 1983, do CND, que em seu artigo 1º diz:

"A Associação Brasileira de Desporto de Cegos - ABDC, sob a imediata supervisão do Conselho Nacional de Desportos, é a entidade responsável pela direção desse desporto em todo Território Nacional, cabendo-lhe a representação no exterior e o intercâmbio com entidades internacionais.." (27)

Uma outra deliberação que merece destaque é a nº 4, de 6 de março de 1985, também do CND. Esta deliberação reconhece a ABDM.

"Art.1º A Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais - ABDM-, vinculada à Federação Nacional das APAEs e sob a supervisão do Conselho Nacional de Desportos, é a entidade responsável pela direção desse desporto em todo Território Nacional, cabendo-lhe a representação no exterior e o intercâmbio com as entidades internacionais".(28)

26. BRASIL, MEC, SEED. Diretrizes gerais para a educação física/desporto 1980/85. p.3.

27. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. São Paulo. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação física e legislação básica, p.235.

28. Ibid., p. 223.

Portanto, de acordo com a documentação existente e conhecida, emitida pelo Estado a respeito do esporte e lazer dos (df), até 1985, não conseguimos encontrar qualquer evidência explícita que permita afirmar que este tenha tido preocupação neste sentido. Tanto as diretrizes como as metas que identificamos nos documentos referem-se sobretudo ao Trabalho, à Saúde, à Prevenção e à Educação.

Apesar disto, a Secretaria de Educação Física e Desporto, do Ministério da Educação e Cultura, SEED, iniciou, com o extinto CENESP, em 1985, um trabalho conjunto visando a equacionar o problema da Educação Física e Esporte para as pessoas portadoras de "deficiências".

O documento elaborado por estas duas entidades, denominado de "Proposta de Trabalho para análise da política de treinamento em recursos humanos para Educação especial", tinha as seguintes diretrizes gerais:

"...Educação Física e Desportos como direito de todos e instrumento da Educação Integral; Ações coerentes com as características e realidades culturais e regionais; cooperação interministerial; articulação, aberta e participativa, entre Estado e Sociedade; estimular a melhor utilização das instalações já existentes..." (29)

Diferentes encontros foram realizados por todo o Brasil e patrocinados pela SEED/MEC, no intuito de discutir e traçar diretrizes para favorecer a integração da Educação Física e Desportos ao contexto da Educação Especial. Foram gerados vários documentos nestes encontros, merecendo destaque a "Carta de Batatais" produzida em 1986. Este documento, que foi amplamente divulgado em todo Brasil pela SEED/MEC, e escrito a muitas mãos, é o retrato da forma de pensar e agir das

29. BRASIL.MEC.SEED.CENESP. Preparação de recursos humanos para a educação especial, p.3.

peças que atuam junto aos deficientes em diferentes partes do Território Nacional.

A "Carta de Batatais" dentre outras considerações, afirma que:

"...a UNESCO estabelece que a prática da Educação Física é um direito fundamental de todos e que os programas devem prioridade aos grupos menos favorecidos no seio da sociedade (Carta Internacional de Educação Física e Desportos 1978); a Educação Física e o Desporto evidenciam o potencial das pessoas portadoras de deficiência, influenciando positivamente no processo de auto-imagem e valorização das mesmas pela sociedade; as pessoas portadoras de deficiência têm demandado cada vez mais, a participação em atividades de Educação Física, Desportos e Lazer..."(30)

A partir destes pressupostos, seus elaboradores apresentaram as seguintes sugestões para que o Estado implantasse:

"... o desenvolvimento, por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal, de programas de Educação Física, Desporto e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência; a participação das pessoas portadoras de deficiência nos eventos desportivos oficiais e privados; a garantia da inclusão do professor licenciado em Educação Física na equipe interdisciplinar que atendam as pessoas portadoras de "deficiência; a criação e/ ou melhoria de espaços físicos adequados à prática da Educação Física, nos Centros de Reabilitação e Hospitais..." (31)

Estas foram, de maneira geral, as principais ações políticas tornadas públicas pelo Estado, e às quais tivemos acesso por meio de documentação. Lembramos que não é propósito deste estudo relatar fatos esporádicos ocorridos entre 81 e 87 nas regiões estudadas, tais como: campeonatos regionais e jogos de integração, que tiveram relação com Esporte, Lazer e "deficientes".

30. A CARTA DE BATATAIS. In: Encontro de Avaliação do Sub-Programa de Recursos Humanos para a Educação Especial, v.1, Batatais, 1986.

31. Ibid., p.4.

Quanto à forma de pensar dos (df) a respeito do esporte e lazer, percebemos que a grande maioria dos entrevistados não conseguiu dar conta das implicações ideológicas que envolvem estes fenômenos culturais.

Tanto o Esporte como o Lazer são visto pelos (df) entrevistados como elementos de integração, de motivação para sair de casa, de saúde e bem-estar.

"... algumas pessoas encaram o esporte pra deficiente como uma forma de entreter o deficiente, entendeu? Por exemplo, coitado, se ele não fizer esporte ele vai ficar pensando besteira, coitadinho. Essa visão pra mim é uma visão errada, quer dizer, eu acho que o esporte pro deficiente pode ser encarado de uma maneira até um pouco mais além... o esporte adequado pro deficiente também pode ser importante pra sua saúde. Manter a forma física, quer dizer, isso tem influência, reflexo no stress da mente da pessoa, como também na questão física. Eu acho que, por exemplo, a questão do Lazer, quando a gente discute aqui o problema do movimento, eu acho que pode ser um veículo importante para que as pessoas se reúnam, saiam de casa, porque uma das coisas que eu acho importante no deficiente, é ele ter saído de casa. É importante que a pessoa se mostre, entendeu?..." (entrevistado 1)

O lado aglutinador das pessoas, que o esporte possibilita, foi destacado e está sendo bastante utilizado pelas associações.

"...O grande problema de nós mantermos a associação, porque se na nossa associação nós tivéssemos 20 associados e os deficientes comparecessem sempre, desses 20, 4 ou 5 tomam as decisões, que é a diretoria e o restante vai para lá para ouvir não vai dizer nada. Então, o que tem de fazer paralelo às nossas reuniões? Alguma atividade de lazer, é uma maneira de trazer o indivíduo para a associação. É o primeiro passo. A partir daí, o indivíduo começa com o lazer, começa a competir, começa a brincar, começa a participar e a partir daí, ele começa a tomar parte nas decisões". (entrevistado 3)

Encontramos, também, alguns (df) preocupados com o caráter político das associações que apontam o esporte e o lazer não apenas como

forma de aglutinar as pessoas,mas como estratégia de formação de grupos para discussões políticas da categoria.

"... Eu vejo mais o esporte para o portador de deficiência como uma coisa que ele não tem, como aquilo que te falei, ele não participa da Educação Física, então ele deveria funcionar mais numa primeira instância como forma de aglutinar e numa segunda instância, de uma forma que os próprios portadores de deficiência, entre eles, formassem grupos e que fossem usando o esporte como mais uma forma de união entre os diferentes grupos brasileiros. Por exemplo: que lideranças no Brasil têm realizado encontros para discutir questões políticas do deficiente? Não conheço. Tem uma no Rio,outra em Pernambuco, outra em São Paulo, Brasília. A gente participa disso aí há mais de 2 anos. Nós também formamos um grupo igual ao deles. Então,o esporte seria um caminho para fazer mudar isso, porque o esporte todo mundo participa..."(Entrevistado 4)

Alguns deficientes disseram que, mesmo quando utilizam o esporte como meio catalizador ou aglutinador, através de campeonatos e jogos nacionais e regionais, os (df) que comparecem a estes eventos oferecem grande resistência às discussões políticas.

"...quando você vai para fazer esporte, você vai para fazer esporte e fim de papo. Você não tem discussões.Sabe quem discute política, quando temos encontros esportivos? O mesmo grupo que discute política quando temos encontros políticos..."(entrevistado 4).

Ficou claro,também,no discurso de alguns (df) entrevistados a preocupação com o sentido competitivo que o esporte tem possibilitado.

"...nós temos dois movimentos paralelos, sendo que o esporte é o pior deles,porque não funciona como deveria funcionar. Ele não funciona nem como esporte.Você vai pra lá, é como se você entrasse num coliseu romano para acabar com o cara que vai contigo, ou eu mato o cara ou eu morro..."(entrevistado 3).

Dentro de uma visão um pouco mais crítica, alguns (df) fizeram referência à relação esporte versus empresa privada, denunciando algumas de suas consequências negativas:

"...tem uma coisa que tem que ser levada em consideração que é muito importante. Essa verdadeira batalha que se trava no esporte pra deficientes, ela tem dois significados que eu já coloquei, um é que você está sendo patrocinado pela empresa e ela tem que aparecer, entende? E você acha que ela tem que aparecer. E o outro é que você tem outros deficientes que querem passar a outros estágios, querem queimar estágios, querem dividendos políticos e vão exigir que as coisas sejam feitas dessa forma. A cartolagem no esporte pro deficiente, ela funciona igualzinho à cartolagem em qualquer outro esporte. O lazer não funciona, o esporte não funciona como lazer, funciona dentro de uma entidade pequena. Você tem hoje uma entidade forte como a ABRADCAR, uma SABESP, o Clube dos Paraplégicos de São Paulo, que para exemplo, no último campeonato Nacional de Curitiba, eles não foram porque eles não tinham condições técnicas e nem equipamentos para competir, porque eles achavam que como clube mais antigo em basquete do Brasil, eles não poderiam ir para perder. Mandaram o técnico para ele se aprimorar, só..."(entrevistado 4)

Nesta linha crítica, os (df) também apontaram as limitações de suas associações e do Estado, no que diz respeito ao envolvimento e preocupação com o Esporte e o Lazer.

"...são algumas associações nesse movimento que conquistaram este espaço. Porque por parte do poder público não existe esta preocupação. Deixando sem condições para que o deficiente físico possa praticar o esporte ou praticar o lazer. Isso não existe em setor nenhum, muito mais no esporte. Isto é um orgulho que nós estamos tentando alcançar, uma conquista que precisamos alcançar. Mas, no Estado de Santa Catarina já existe competições a nível estadual que eu acho que em outros estados não existe isso. Em Santa Catarina esse ano vai ter o 5º Jogos abertos. Então, de 5 anos para cá é que surgiu a idéia da realização de jogos estaduais, mas o grande problema, é a falta de conhecimento técnico, ainda porque não existe pessoal aprimorado, preparado para trabalhar essas competições. Todo mundo cru. Não existe ainda primeiro a classificação médica, é um problema seríssimo que nós enfrentamos aqui, ela é feita a facção. Existe, sim, boa vontade dos organizadores que realizam os eventos esportivos como forma de integração. Realizam para que o pessoal possa se encontrar, se confraternizar. Nesse ponto existe, agora eu acho que falta o aprimoramento técnico. Preparar o pessoal para trabalhar as devidas modalidades, a classificação médica, a arbitra-

gem, preparo do pessoal né? é isso aí que está faltando..."(Entrevistado 3)

Apesar de terem consciência dos problemas gerados pelo esporte competitivo e, principalmente, pela "onda nacional" de jogos e campeonatos para (df), alguns entrevistados colocam a questão da seguinte forma:

"...nós estamos na idade da pedra em Santa Catarina em esportes pra deficientes. A coisa vem tão forte, a avalanche é tão forte que a gente ou se identifica e entra também na história deles, não digo esse profissionalizar, chegar ao ponto que tá, é mais ou menos isso que vai acontecer não vai demorar muito, mas a gente pode chegar ao ponto de ter uma adaptação mais rígida. Neguinho, competindo, de fazer isso daí, ou a gente corre o risco de ficar afastado do movimento nacional. Aí fica cada vez mais fora exatamente de uma luta mais ampla, a gente levou anos para conseguir entrar nesse movimento. A primeira entidade de Santa Catarina que entrou foi a gente, depois levamos gente atrás. Se não entrar no esquema do esporte, se você não ligar para as competições mais rígidas, se você não começar a discutir certas coisas, você acaba não podendo entrar na competição do Estado. Aí, o que acontece, você está fora, tanto que você regrediu, você perdeu o contato com o resto do movimento nacional, e isso por mais que seja profissional, por mais difícil que seja, é importante ou chegar lá e conversar com cada elemento. é importante."(Entrevistado 4)

"...eu acho que nós aqui de Santa Catarina, principalmente, nesta parte aí, nós somos um pouco cru, porque nós somos novos. Estou vendo que nos estamos participando de jogos nacionais, jogos regionais Sul, quer dizer, nós ainda estamos querendo pegar a coisa, conquistar um espaço lá dentro. Então, a gente ainda não está maduro suficiente para poder sugerir mudanças, sugerir outras posturas, ou coisa assim, tanto é que recentemente foi feita uma eleição, no Rio, para a 1ª diretoria como entidade ligada a ABRADCAR e nós não tínhamos nenhuma condição de sugerir, de participar, porque ainda estamos engatinhando nessa missão". (Entrevistado 3)

A título de elucidação, a ABRADCAR é a Associação Brasileira de Desporto em Cadeiras de Rodas, com sede no Rio de Janeiro e possui núcleos regionais nas regiões Nordeste, Leste, Centro-Oeste e

Sul. é a entidade responsável pela organização e difusão do Esporte sobre Cadeira de Rodas em todo o Brasil.

Percebemos em alguns discursos que a questão do Lazer não se reduz somente ao Esporte; é entendida de forma mais abrangente, porém, sua realização mais significativa se dá nas manifestações esportivas, tais como: natação, basquete, futebol e outros.

"...olha eu acho que o lazer é um direito inerente a qualquer ser humano, né, e são muito poucas as nossas opções de lazer, principalmente morando em um Estado igual ao nosso, que não tem praia, que os locais de divertimento são fechados, como os clubes, né, cinemas, teatros. Os teatros e os cinemas têm escadas, todos têm este tipo de obstáculos. Então essa opção de lazer logicamente fica muito restrita, ela segrega muito. Por exemplo, em Goiânia é muito usado ir para um barzinho e é realmente a opção de lazer que se tem. Eu vejo o lazer, uma atividade de lazer dentro da associação, uma atividade ligada ao esporte, sabe? Porque desde o momento da prática do esporte é uma descontração, é um lazer, é um exercício físico e é aquilo que a gente encontra condições de fazer, condições de espaço. Nós temos o espaço físico da Escola de Educação Física. Então nós promovemos competições e às vezes jogos de integração, não a nível competitivo, mas também a nível competitivo. Essa parte do esporte ligado ao lazer eu considero extremamente importante na reabilitação, nós temos exemplos concretos, de mudanças, de transformações da pessoa se sentiu segura, emocionalmente mais tranquila, estável. Até a própria aceitação da própria reabilitação se torna muito mais fácil a partir da prática do esporte, a partir do momento que ele começa a sentir também produtivo porque está competindo em nível de igualdade com os outros, entendeu". (Entrevistado 5)

Alguns (df) demonstraram, em suas falas, a íntima ligação que existe entre treinamento e competição, apesar de reconhecerem que o mais importante não é o lado agonístico do esporte, mas sim sua capacidade lúdica.

"...eu acho que a prática do esporte leva a ser competitivo, porque, a partir do momento que existe o treinamento, que existe a iniciação desportiva, conseqüentemente, ele vai levar à competição. Agora não se deve dar uma dimensão muito grande a essa

parte que ele só tem que competir para atingir uma medalha. Eu vejo o esporte como muito mais, como desenvolvimento das potencialidades que a pessoa tem, entendeu?...”(entrevistado 5)

Existe entre os (df) uma polêmica a respeito de suas relações com o esporte de alto nível e seus treinadores, chegando alguns a afirmar que muitas vezes são utilizados como “vitrines” pelos treinadores na busca da medalha. A este respeito eles disseram:

“... essa questão de vitrine foi discutida, inclusive quando começou logo esses jogos aí... Jogos de cadeira de rodas, de deficientes participar de basquete em cadeira de rodas. Eu participei de muitas reuniões com prof^o. de Educação Física, onde os deficientes achavam que o esporte para deficientes é meramente um lazer para as pessoas “normais”. Por exemplo, os jogos eram como se fosse um punhado de macaquinhos ali jogando e as pessoas aplaudindo, achando graça, até... Mas eu não vejo assim, entende? Eu acho que o esporte é um dos meios mais importantes para integração da pessoa deficiente. Visto porque, até 1981, eu nunca havia participado de campeonato. O primeiro que participei, até hoje, eu não deixo de participar porque eu acho que é uma coisa muito boa. Você encontra com as outras pessoas deficientes e que têm experiências novas e que a gente pode trocar experiências. E se a gente vê que somos uns bonequinhos de vitrine, assim os jogadores também, os grandes jogadores são também. Porque existe um estádio aí com 30.000 pessoas para ver um jogo Flamengo e Bangu, por exemplo, e que eles estão ali jogando. Fazendo o quê? Uma partida de futebol para um grande número de pessoas assistirem”.(entrevistado 7)

Ainda a respeito desta relação treinador/ atleta (df), alguns (df) atribuem ao técnico a responsabilidade pelo direcionamento de seus atletas para a competição de alto nível.

“...às vezes, o próprio professor nosso, ele prepara a equipe para fazer, disputar os campeonatos e outras coisas mais, mas só que a gente não tem todo mês ou de 3 em 3 meses, 6 em 6 meses, campeonatos. Então a gente não pode ficar só treinando esperando que no fim do ano a gente vá competir na cidade tal. A gente tem é que estar movimentando, então a gente vai para as cidades do interior e faz uma promoção com a entidade de lá, um clube, um negócio, para dentro de uma festa deles. Lá a gente partici-

pa, quer dizer, vai mostrar um trabalho que a gente faz e ao mesmo tempo, também, a gente vai atrás de alguma coisa para a gente. Então, existe essa parte do professor preparar aquela equipe e, se a equipe dele está fazendo aquele sucesso, é mérito também para ele e a turma vai lá, como artista, como atrair um certo público, como atração, uma coisa assim. Então, existe essa parte assim, de ser vitrine ou não ser, depende de quem está vendo, de como está vendo". (entrevistado 8)

Percebemos no discurso dos (df) que eles não estão preocupados, quando tratam das questões que envolvem Esporte e Lazer, em estabelecer relações mais amplas. Preferem considerar estas questões de fundo subjetivo, tanto por parte do praticante como por parte do expectador. Com isto, eles omitem discussões, como por exemplo, a forma comparativa que tem sido feita pelos técnicos e atletas, entre o indivíduo "normal" e o considerado "deficiente", isto é, a meta não tem sido desenvolver com o (df) o que ele é capaz, partindo de sua realidade e capacidade, mas tentam, através dos esportes, e a todo custo, aproximar o nível de realizações dos (df) ao nível das pessoas "normais".

O fato de um (df) nadar, ou jogar basquete, ou dançar sobre a cadeira de rodas, não deveria ser visto como algo "inédito" ou fenomenal, como tem sido visto. O "inédito", o espetacular é a atitude dos atletas e treinadores que fazem destas realizações, o supra-sumo de seu trabalho. É como se ao receber uma medalha olímpica, o atleta (df) deixasse de sê-lo, ou resolvesse, a partir de então, todos os seus problemas sociais.

Esta forma de agir e pensar, indiretamente, segrega e discrimina os (df), pois há, aí, uma inversão de valores, ou seja, uma capacidade acessória ao homem passa a ter mais valor que o próprio homem. Neste momento, o produto torna-se mais importante do que quem o produziu, isto é, o objeto torna-se sujeito e o sujeito objeto.

A leitura desta tentativa que os técnicos e atletas (df) têm feito, no sentido de nivelar suas realizações com as realizações esportivas dos "não-deficientes", é tão clara, que poucas são as atividades exclusivas dos (df). A grande maioria dos jogos são cópias adaptadas dos jogos comuns. Percebemos que os (df) não valorizam suas próprias potencialidades, tais como a destreza sobre cadeira de rodas, a capacidade de deslocamento com bengalas ou muletas, ou mesmo, no caso do "deficiente visual", seu invejável senso de direção. Não fazem isto, porque os "não-deficientes" não valorizam ou não utilizam esta destreza ou capacidade em suas relações humanas.

A seguir, faremos a análise comparativa dos discursos, do Estado e dos (df), e retomaremos este debate mais adiante.

Confrontando os Discursos

Dentre as várias questões já levantadas e discutidas no início deste capítulo a respeito do esporte e lazer, destacamos duas que, no nosso modo de entender, precisam ser aprofundadas.

A primeira é a linha de pensamento que, como mecanismo de discriminação, associa o "estado de lazer" ao "estado de vagabundagem" ou coisa de preguiçoso, reforçando o estigma do colonialismo ou do conhecido herói sem caráter da literatura brasileira: "Macunaima". A segunda questão tem íntima relação com os (df), na medida em que, pelo que podemos perceber nas discussões já realizadas, existe uma linha de pensamento que associa o aumento do "tempo livre" ao aumento do Lazer. Será que isto realmente ocorre com os (df), idosos e aposentados, pessoas que deveriam possuir mais "tempo livre" ?

A primeira linha de pensamento reflete o ideário dominante no modo de produção capitalista, que tenta combater e ridicularizar toda e qualquer atividade ou manifestação social que não esteja intimamente ligada ao processo produtivo.

Esta atitude discriminatória e estigmatizante que o capital atribui ao "não fazer nada", mesmo nos momentos por ele "concedido" para o lazer, é uma forma sutil de objetivar, de direcionar o tempo que ele, o capital, não conseguiu ou não pôde absorver na produção.

O trabalhador, nesta relação, aparentemente possui um tempo que, em tese, lhe pertence e que é chamado de "livre", porém, em essência, este tempo não lhe pertence e muito menos é livre, mas sim um espaço desocupado que se transforma em espera, em angústia e depressão para o trabalhador, pois ele não tem condições objetivas para apropriar-se

dele em toda sua magnitude. Para o indivíduo poder "pensar" em lazer, ele precisa ter uma série de condições satisfeitas, porque é muito difícil admitir que a classe trabalhadora, da forma como se relaciona com o capital, possa ter condições emocionais para ocupar seu "tempo livre" com atividades de lazer.

Esta afirmação não significa que a questão do lazer deva obedecer a uma ordem hierárquica de necessidades para ser satisfeita.

Pelo contrário, mesmo nesta situação de barbárie, o trabalhador deve e precisa lutar pelo seu tempo de não-trabalho. O que estamos querendo demonstrar é a falsidade e a objetivação do chamado "tempo livre" que, no fundo, é tão ocupado quanto o tempo considerado de trabalho, ou seja, o "tempo livre" é, nesta relação no modo de produção capitalista, tempo de trabalho.

Neste sentido, para que a mercadoria "tempo" assuma seu valor na relação entre os homens, é preciso que esta seja sempre "bem utilizada", isto é, que produza alguma coisa. O tempo não pode mais ser gasto sem que haja retorno. Se K. Marx, utilizou a fórmula $M-D-M$ para explicar a relação dinheiro/mercadoria, podemos fazer o mesmo com o tempo atualmente, isto é, $T-D-T$. Por isso, é que a "falsa moral do trabalho" que dissemina a eficiência, o rendimento máximo com o mínimo de gasto de energia, precisa lutar contra o "não fazer nada", contra a "preguiça", mesmo nos momentos "consentidos" por lei, fruto das lutas dos trabalhadores.

Esta discriminação que é feita do lazer, da "ociosidade" é tão marcante que a maioria das pessoas tem "vergonha" ou acham ridículo serem vistas, numa segunda-feira ou outro dia qualquer considerado de "trabalho", tomando sol à beira de uma piscina, passeando no parque, ou mesmo vagando pela cidade "sem fazer nada". É o medo da não-

produção. É o receio de estar "perdendo tempo"

Intimamente ligada a esta questão da discriminação, da estigmatização do lazer como atividade de luxo ou supérflua, está o problema da relação "tempo livre" versus lazer.

Por mais paradoxal que possa parecer, para a classe trabalhadora o aumento do "tempo livre", do não-trabalho, não corresponde, necessariamente, ao aumento do tempo dedicado ao lazer. Pelo contrário, corresponde justamente ao aumento de uma outra forma de trabalho, como jardinagem, artesanato e pequenos serviços, atividades estas consideradas de lazer para a classe dominante.

A respeito desta questão, tanto os idosos aposentados, como os (df), podem ser incluídos na mesma análise, uma vez que, em tese, estão afastados do mercado produtivo. Por estarem fora deste processo, quer por razões legais, quer por razões físicas incapacitantes, estas pessoas deveriam estar "gozando" e aproveitando, ao máximo, este "tempo livre". Contudo, sabemos que isto não ocorre, sobretudo por falta de condições objetivas para sua plena realização, pois a forma que o lazer assumiu, na sociedade contemporânea, exige dos (df), para ter acesso a suas diferentes manifestações, gastos enormes e muita disposição para vencer os problemas de transportes existentes no país.

No caso específico do (df), por exemplo, poucas são suas opções de lazer, como ficou evidenciado nas entrevistas. Os clubes, os ônibus, os teatros e centros esportivos não oferecem condições arquitetônicas para que eles possam, sem grandes transtornos, conseguir ter acesso a suas instalações. As monumentais escadarias, os pequenos e lotados ônibus, a ausência quase total de sanitários e telefones públicos adaptados; a completa indiferença dos clubes e centros esporti-

vos, no que concerne à possibilidade de acesso dos (df), tornam as poucas possibilidades de lazer existentes verdadeiros momentos de angústia e aborrecimentos.

Como se isto não bastasse para inviabilizar o acesso do (df) às atividades de lazer, existe um outro agravante que é o completo despreparo tanto teórico como prático dos (df), no campo da cultura esportiva. Queremos com isto dizer que a grande maioria dos (df) nunca teve acesso a qualquer espécie de iniciação desportiva, estando, portanto, mesmo que existissem condições materiais, quase que completamente impossibilitada de utilizar quadras poliesportivas, piscinas e outros locais destinados às atividades esportivas.

O trabalhador (df) ou não, ou o idoso, que não possui residência própria, escolas para seus filhos, assistência médico-odontológica, dentre outras, ou possibilidade de acesso aos bens que ele mesmo produziu na fábrica, dificilmente em seu "tempo livre" poderá entregar-se ao "não fazer nada". Necessariamente, este tempo tem que ser ocupado com trabalho.

Como ocorre com o trabalho, o homem também é um alienado do lazer, pois não o vivencia como sujeito ativo, nem tem controle sobre as suas atividades. Ele tornou-se um mero receptor passivo da idéia difundida sobre o lazer.

O homem atual vive um dilema, isto é, ou trabalha para ser "livre" ou é "livre" e não trabalha. Diante deste dilema, ele mecanicamente se submete às mais variadas e degradantes formas que o trabalho assume, na busca da acumulação e preparação para, no futuro, gozar sua tão almejada "liberdade" deste trabalho que o aprisionou a vida toda. Porém, quando consegue, em vida, desvencilhar-se da venda desta mercadoria chamada força-de-trabalho, deste fardo, deste castigo,

não consegue mais encontrar sua atividade vital, consciente, que em essência é seu próprio ser.

Neste momento, tanto sua "liberdade" expressa sob a forma de lazer, ou do "nada fazer", como o castigo, expresso sob a forma de trabalho alienado, se identificam, apesar de em nível do discurso serem opostas.

Esta identidade de fenômenos considerados diferentes, em aparência, confunde a forma de perceber tanto o trabalho como o lazer, ao nível do senso comum. Significando isto que, em essência, lutar pela emancipação do homem da forma alienada do trabalho, fazendo-o realizar-se enquanto "ente-espécie"⁽³²⁾, é o mesmo que lutar pela eliminação da atual forma e concepção do lazer, pois como já afirmamos em outro momento deste estudo, o lazer e o trabalho, apesar de assumirem na sociedade caráter diferente, precisam um do outro para poder existir, e negar o trabalho alienado é o mesmo que negar o caráter alienante do lazer.

32. A expressão "ente-espécie" é tomada de "Das Wesen des Christentums ("A Essência do Cristianismo"), de Feurbach. Este o empregou para distinguir a consciência do homem dos animais. O homem não é consciente apenas em si mesmo como indivíduo, mas como da espécie ou "essência humana". In: Eric FROMM, Conceito marxista do homem, p.94.

Isto consumado, haverá o que poderíamos denominar de "fusão" de identidade, tanto em aparência como em essência, entre o trabalho não-alienado e o lazer, na medida em que este homem agora constrói, ativamente, em sentido real e não imaginário, seu mundo e sua história.

Diante disto, e tendo em vista as condições objetivas do atual contexto social, precisamos arregimentar forças no sentido de resgatar para o ser humano as atividades não-alienantes e livres, nas quais ele possa realizar-se enquanto "ente-espécie". Para tanto, o entendimento relacional do esporte e do lazer num nível amplo é fundamental. Precisamos procurar entender estes fenômenos, como praxis que contribua para a superação da atual ordem social vigente. Neste prisma, trabalho, lazer, esporte e educação formam um todo de uma mesma relação, que tem como sujeito o homem.

CAPITULO VI

REVISITANDO NOSSA PRÁTICA

Percorremos um longo caminho até este ponto do trabalho. O ponto final poderia ser colocado, tendo em vista o crescimento que adquirimos durante todo este tempo de estudos. Porém, como a história não se constrói com pontos estanques, mas através de movimentos cíclicos e com avanços qualitativos, resolvemos, para manter a coerência pretendida do nosso discurso, visitar nossa prática de mais de 8 anos junto aos (df). Esta volta, contudo, dar-se-á à luz de nossa atual concepção de homem e de mundo. Acreditamos que esta é uma das formas de, diante da percepção do estágio de "evolução" dos conteúdos específicos da Educação Física voltados para os problemas dos "deficientes", colocarmos o conhecimento gerado neste estudo a serviço de uma causa social.

Deixamos claro, entretanto, que não pretendemos fazer desta volta um receituário do "como fazer", mas sim, um momento de auto-reflexão, de auto-análise de uma prática. Acreditamos que as discussões travadas nos capítulos anteriores e as que retomaremos a seguir trazem implícitas em si o "como fazer", pela visão do "como não deve ser feito". Procuramos evidenciar a antítese e deixamos a critério de cada profissional da área a tarefa de elaborar sua própria síntese, respeitando a dinamicidade de cada prática.

Mas afinal, que prática é esta ?

Nossa prática não é substancialmente diferente de tantas outras que conhecemos por este país afora. Seu início não foi marcado

somente por dúvidas ou inseguranças, mas também por muito trabalho, dedicação, e sobretudo, pelo desejo de tornar úteis o conhecimento e os serviços da instituição pública na qual trabalhamos.

A tentativa de colocar o conhecimento produzido no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia a serviço da população que a mantém, não tem sido uma tarefa fácil. Os "muros" invisíveis que cercam e promovem a arrogância da maioria dos docentes e administrativos tem impedido que esta instituição pública converta em benefícios sociais seus conhecimentos. Temos vivenciado uma prática política nos últimos anos em que os nossos dirigentes nascem na relação social, dela adquirem poder e dela se separam.

Por discordar desta forma de pensar e agir, procuramos quebrar estes "muros", trazer para o interior da Universidade problemas que ela sempre ignorou ou, na melhor das hipóteses, tratou abstratamente. Estamos falando das "pessoas portadoras de deficiência física".

O início do nosso atendimento a estas pessoas, desenvolvido nas dependências do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, se deu em 1982. Eram três crianças portadoras de deformações físicas que frequentavam as escolinhas de iniciação desportiva, mantidas pelo Departamento de Cultura Física, antiga e arcaica denominação do atual Departamento de Educação Física e Esportes.

Estes programas de iniciação desportiva eram realizados aos sábados, domingos e feriados e em sua grande maioria atendia às crianças, filhos de trabalhadores residentes na periferia da cidade.

O objetivo primordial destes programas era, além de oportunizar momentos de lazer e prática desportiva às crianças que não tinham condições de frequentar os clubes da cidade, também, prepará-las tecni-

camente para serem futuros atletas.

Com o desenvolver destes programas de iniciação desportiva, o grupo de crianças tornou-se cada vez mais heterogêneo, em termos de capacidade e habilidades motoras. Com isto, o trabalho dos professores tornou-se mais complexo e difícil, pois eles tinham que levar em conta e ensinar, tanto as crianças consideradas aptas ou portadoras de bom nível de habilidades motoras, como as consideradas portadoras de alguma anomalia parcialmente incapacitante, ou inaptas. Esta situação fez com que a contradição latente ao conceito de aptidão física, se explicitasse, pois, a partir de então, o conceito dominante em Educação Física, voltado para as pessoas consideradas "normais", não comportava a aptidão física das crianças inscritas e que possuíam algum tipo de "deficiência física".

Dentre as crianças consideradas "inaptas" pelas avaliações médicas, destacamos três casos : uma que apresentava amputação bilateral dos membros inferiores ao nível do quadril e as duas outras, sequelas de poliomielite. Apesar disto, elas conseguiam, dentro de suas limitações, brincar, correr, chutar bola, nadar, enfim, apresentavam uma outra forma de "aptidão física" diferente da defendida pela maioria dos professores de Educação Física que trabalhavam nos programas de iniciação desportiva.

É interessante salientar que apesar da realidade objetiva de mostrar a capacidade e habilidade destas crianças em realizar inúmeras atividades esportivas e da vida diária completamente independente, o conceito dominante de aptidão física não foi colocado em questão.

Este conceito defendido pelos profissionais da Educação Física sempre privilegiou o belo, o forte, o robusto e o esteticamente

perfeito. Esta concepção reflete o pensamento dominante no final do século XIX e início do século XX, em Educação Física, que pretendia realizar a eugenia da raça, via ginástica.

Mesmo reconhecendo ainda hoje a força desta corrente de pensamento, ela não foi suficientemente coerente no interior do departamento, para justificar e dar conta de retirar das pessoas portadoras de outra aptidão física, o direito à prática desportiva. Era o momento em que o homem ideal buscado pela Universidade se confrontava com o homem real concreto da sociedade.

Diante desta questão, os professores e administradores dos programas encontraram meios de solucionar este problema. Primeiro, reconheceram os direitos dos (df) de terem acesso aos programas. Segundo, criaram turmas especiais para atendê-los. Com isto, o espaço dentro das dependências da escola, bem como o tempo dos professores do Departamento e, conseqüentemente, o compromisso da Universidade com a manutenção destas turmas, foi conquistado.

A partir de então, nosso interesse em trabalhar com as pessoas consideradas "deficientes" foi intensificado, na medida em que começamos perceber a existência de uma outra realidade, até então "desconhecida" e ignorada pelos professores responsáveis pelas disciplinas técnicas do programa.

O início do trabalho, como já afirmamos, foi marcado por dúvidas, no tocante ao "como fazer e ao por quê fazer". Esta insegurança inicial era o reflexo da frágil formação que acadêmica havíamos recebido em nossa graduação. Passamos por uma I.E.S. que ignorou completamente a existência real dos (df) e de muitos outros homens na sociedade, tais como os idosos, os "deficientes visuais", os "deficientes auditivos". A preocupação fundamental dos professores responsáveis pela

nossa graduação em Educação Física era a performance, a perfeição do gesto, o culto ao corpo e às suas formas.

Hoje, quando analisamos esta formação, percebemos o quanto estes professores estavam alienados e descomprometidos com a realidade imediata que os cercava. Os conteúdos veiculados levavam em conta apenas um tipo de homem, o forte, o sadio, o bem alimentado e possuidor de todos os predicados de um "deus do Olimpo", enfim, de um homem ideal. A sociedade era tratada de forma a-histórica e abstratamente. Estávamos em 1972 e o pensamento dominante no curso de graduação era da década de 30, época em que predominou na Educação Física o ideário eugênico, a visão higienista.

Desenvolver atividades tendo em vista uma outra concepção de aptidão física, significava, praticamente, a antítese da grande maioria dos conteúdos que havíamos aprendido no curso de graduação. Enquanto a metodologia do ensino de Natação, por exemplo, preconizava que, no período de adaptação ao meio líquido, as crianças deveriam andar dentro d'água segurando uma na mão da outra, nosso aluno com amputação bilateral ao nível do quadril, não tinha condições para esta realização; enquanto o método dizia que no Futebol os indivíduos deveriam dominar e conduzir a bola com ambos os pés, nossos alunos hemiplégicos, só podiam fazê-lo com uma das pernas e com apoio de muleta. E, como estes, muitos e muitos outros fundamentos desportivos considerados pelos técnicos e professores como ideais, como corretos, tinham que ser repensados e até modificados. Foi a grande fase da criação, da busca, da descoberta, da solução dos problemas de cada deficiente, em cada gesto e em cada modalidade desportiva.

O tempo passou e com ele vieram novos alunos, cada um com sua

especificidade de problema. Com o aumento gradual das pessoas assistidas, tivemos que elaborar um projeto na tentativa de conseguir recursos financeiros, humanos e materiais para atender à demanda de pessoas portadoras de "deficiência" que a cada dia nos procuravam.

O primeiro projeto foi elaborado em 1984 e denominado "Macro ciclo de Treinamento Físico aplicado ao Deficiente Físico: uma proposta de reabilitação e integração social". Este projeto foi financiado inicialmente pela Secretaria de Educação Física e Desportos, SEED, do Ministério da Educação e Cultura. Com estes recursos adquirimos os primeiros materiais necessários e pagamos uma quantia simbólica aos alunos que nos auxiliavam no trabalho.

Percebemos, hoje, que até a denominação primeira do projeto estava repleta de contradição e fragilidade conceitual, pois seu conteúdo repousava na antiga concepção de aptidão física. Pensávamos em treinamento físico aplicado aos "deficientes", sem perceber o caráter contraditório desta proposta, isto é, queríamos submeter os "deficientes", sem levar em conta suas especificidades, aos mesmos métodos e parâmetros de performance das pessoas consideradas "normais".

Ainda no início de nosso trabalho com os (df) pensávamos poder, através do Esporte, "integrar os deficientes", como se eles estivessem fora da sociedade. Não possuíamos elementos para perceber que os "deficientes" sempre estiveram dentro e integrados à sociedade. O que os diferencia ou os coloca às margens das relações entre os homens são os valores, as crenças, os mitos e os preconceitos produzidos e perpetuados, através da história, e não o fato de estarem "desintegrados". Por não terem acesso ao trabalho, à Educação, ao direito de ir e vir, à saúde, habitação e outros direitos sociais, não é indicado considerá-los desintegrados, pois, se assim for, a grande maioria da popula-

ção brasileira está desintegrada, na medida em que ela também vive deserdada destes direitos do cidadão.

Mesmo desconhecendo ou não conseguindo estabelecer relações mais amplas na forma de conceber o trabalho com os "deficientes", continuamos criando condições de atendê-los cada vez mais satisfatoriamente.

Com o aumento do número de pessoas, e para melhor racionalizar o atendimento, dividimos o programa em etapas. Optamos por esta forma de exposição, porque ela retrata a visão multidisciplinar, já criticada anteriormente, presente no projeto.

Cabe ressaltar, neste momento, que para falarmos sobre cada etapa do projeto, solicitamos dos diferentes profissionais envolvidos, que descrevessem sinteticamente a sua função, na relação com os "deficientes". Isto significa dizer que as afirmações a seguir correspondem a forma de pensar e agir dos profissionais envolvidos no programa.

1. Cadastramento- Nesta etapa os alunos são cadastrados em fichas individuais, contendo, além dos dados pessoais, um pequeno histórico da vida de cada um.

2. Avaliação Médica- Após o cadastramento, as pessoas são encaminhadas ao exame médico, no qual são submetidas a uma avaliação clínica geral e ortopédica, sendo considerados os aspectos dermatológicos, possíveis distúrbios orgânicos, cardíacos, doenças infecto-contagiosas ou neurológicas.

3. Avaliação médico-funcional- Nesta etapa, são realizadas, por vários especialistas, avaliações físico-neuro-musculares, orientadas pelos princípios básicos da semiologia neurológica e ortopédica, onde procura-se avaliar informações obtidas a partir dos problemas mecâni

co-corporais adquiridos pelos deficientes. Visa-se ainda, cooperar na elaboração de programa especial adaptado às condições do deficiente nas várias etapas de seu desenvolvimento motor e/ou sensorial, selecionando e propondo a atividade apropriada para cada caso.

4. Fisioterapia- Nesta etapa o objetivo é reabilitar o paciente, aliviando sua dor, minimizando sequelas e restabelecendo, dentro do possível, sua máxima atividade funcional, para que possa desenvolver e desempenhar suas atividades de vida diária.

5. Exercícios em aparelhos- Etapa em que as pessoas portadoras de "deficiência" desenvolvem suas potencialidades, reduzem suas limitações e evitam o sedentarismo, objetivando melhores condições orgânico-funcionais, musculares e psíquicas.

Além destes serviços, o projeto oferece ainda, como modalidades esportivas, a Nataação, o Basquete sobre cadeiras de rodas, o Atletismo e o Tênis de Mesa, nos aspectos utilitário, recreacional e de competição.

Atualmente, com o programa ainda em desenvolvimento, temos cerca de 180 pessoas inscritas e atendemos diariamente cinquenta por cento deste total, sendo a maioria crianças com idade variando entre 1 e 8 anos.

A administração do projeto está assim estruturada:

- a). Um coordenador geral
- b). Coordenadores de áreas
- c). Estagiários da disciplina Educação Física Especial.
- d) Monitores e voluntários

Todas as atividades desenvolvidas sempre foram inteiramente "gratuitas" para os usuários. Hoje, os critérios para aceitação no programa são os seguintes: ordem de inscrição na época determinada e divulgada; filiação e participação na Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, APARU. Os candidatos aceitos e que apresentam número elevado de faltas sem justificativas são desligados do programa.

Esta é a descrição sintética de nossa prática, realidade da qual nós nos afastamos, temporariamente, para entendê-la melhor. Tudo indica que agora, este projeto poderá caminhar dentro de linhas política e filosófica definidas, aspectos até então difusos e nebulosos.

Nesta linha de raciocínio, discutiremos a seguir alguns pontos polêmicos deste projeto e que precisam ser superados brevemente.

Este trabalho junto às pessoas portadoras de "deficiência física", mesmo eivado de contradições, tornou-se uma prática irreversível.

A cada dia, mais e mais pessoas procuram o programa. Os motivos que as levam a buscarem nosso atendimento são os mais variados possíveis. Algumas vão em busca da "cura", outras da assistência médica e fisioterápica e a maior parte vai para aprender alguma modalidade esportiva.

Diante deste quadro, o primeiro ponto polêmico que destacamos é a relação estabelecida entre os especialistas que compõe a equipe que trabalha no projeto, ou seja, atuam de forma multidisciplinar.

Esta forma de atuação dos diferentes especialistas ligados ao projeto não leva em conta a relação dinâmica que deve existir entre eles, face a um problema comum. Trabalham de forma justaposta, estanque e com o predomínio da visão corporativa e sectária do conhecimento. Cada um, dentro de sua especialidade, trata o (df) sob um prisma e

à luz de seu conhecimento, tendo em vista apenas o caráter recuperador parcial dos (df). Esta visão dominante na equipe não tem permitido que se trabalhe de forma interdisciplinar, isto é, onde os diferentes conhecimentos possam se interpenetrar de forma dinâmica e em busca de soluções de problemas comuns.

Não temos dúvida que este representa um dos maiores entraves à produção do conhecimento nesta área. A visão parcial de homem que permeia a maioria dos membros da equipe tem impedido que o conhecimento cresça e beneficie, não somente os (df), mas a própria equipe envolvida.

Percebemos a fragmentação do homem nesta forma de trabalho de duas formas distintas. Uma, quando dividem o corpo e a outra quando separam este corpo do contexto social. Fazem isto no primeiro caso, quando tentam perceber e entender o corpo isoladamente ora pelo domínio psicológico, ora pelo biológico, ora pelo motor. No segundo caso, quando consideram este corpo, já fragmentado, fora do contexto social e necessitando de integração.

Estas duas formas de conceber o homem são, no nosso modo de entender, o reflexo da forma de relação estabelecida entre os homens nesta sociedade, na qual o princípio da propriedade do saber e do poder corporificam-se na especialização; a visão dominante é de um homem abstrato e ideal, sobre o qual recaem todas as mazelas geradas no todo social. Nesta concepção ocorre uma redução dos problemas sociais ao indivíduo, fazendo com que este seja culpado pelos fracassos e insucessos ocorridos em sua existência. Esta lógica de pensamento não leva em conta as condições sob as quais vive este homem.

Esta realidade precisa ser redimensionada e acreditamos que para que isto ocorra é necessário a discussão e incorporação, pela

equipe, de princípios nos quais a visão de homem, de mundo e de sociedade considerem e levem em conta que:

- a) a sociedade brasileira está estruturada na desigualdade de raça, cor, sexo, condições econômicas e outras;
- b) o homem é sujeito e não objeto de sua história, determinando e sendo determinado na relação com a natureza;
- c) não existe neutralidade científica, pedagógica e,
- d) o conhecimento é produto da humanidade e não de poucos iluminados.

Pelo fato da equipe não ter claro estes princípios, nosso trabalho tem sido muito mecânico e preocupado muito mais com o lado assistencial e filantrópico do (df). A relação "deficiente"/ sociedade não tem sido objeto de discussão no interior do projeto. Pela forma como está organizado e considerando os limites individuais da equipe, o que a administração tem feito, no máximo, é evitar o confronto, a discussão, enfim tratar com maturidade sua próprias contradições.

Um outro ponto polêmico é o que envolve a concepção de integração e socialização do (df).

Geralmente, a discussão em torno de integração e socialização realizada por grande parte dos profissionais envolvidos com os (df), bem como em nível do "senso comum", parte do pressuposto de que os (df) estão "desintegrados" da sociedade e alheios às relações sociais estabelecidas em seu interior. Esta visão sincrética do modo como os homens se relacionam, não dá conta de diferenciar ou identificar, no todo destas relações, os mecanismos que contribuem para que as pessoas tenham e assumam a falsa percepção de que estão desintegradas ou fora da sociedade. Pelo que podemos perceber, tanto os discursos dos (df) já

mencionados, como os dos profissionais que atuam no projeto, são indicadores de desintegração social: a falta de escola, trabalho, saúde, transporte, habitação, ou, ainda, a discriminação e a segregação do cidadão. Ora, se estas ausências e lacunas são indicadores de desintegração, cerca de sessenta por cento da população brasileira está desintegrada e não apenas os (df).

Esta percepção parcial do problema tem dificultado o entendimento histórico do papel do (df) na sociedade, na medida em que as ações empreendidas quer pelo Estado, quer pelos deficientes e entidades que assistem estas pessoas, no sentido de integrar e socializar os (df), nada mais representam do que discursos vazios e práticas inócuas. A inocuidade reside, por exemplo, nas ações que pretendem acabar com a desintegração através de jogos de (df) contra pessoas "não-deficientes"; caminhadas ou passeios sobre cadeiras de rodas por vias públicas e outras ações. Acreditam ingenuamente na possibilidade da solução deste problema histórico e cultural, simplesmente oportunizando aos (df) se relacionarem, casual e esporadicamente, com as pessoas não-deficientes". É como se o conjunto de valores e crenças de uma sociedade pudesse ser superado ou modificado, apenas porque uma pessoa "não-deficiente" ou não estigmatizada, oportunizou ou consentiu, através de um gesto momentâneo de caridade, ficar junto do (df).

Precisamos procurar entender que o que segrega, marginaliza e exclui, não somente os (df), mas a maioria da população brasileira do convívio e do acesso aos objetos e benefícios criados pelos homens nesta sociedade, é o conjunto de valores da cultura dominante. Esta cultura não possui poder apenas sobre os objetos culturais, ou sobre as possibilidades de manipulá-los, mas, também, poder de atribuir a si e aos valores e objetos culturais marcas distintivas na relação social

com os outros. Por serem considerados os outros, os (df) não fazem parte desta cultura que está edificada em valores e qualidades distintas, que se produzem e se reproduzem e se modificam constantemente. Não podemos acabar com a discriminação, com a segregação, enquanto não substituirmos as causas que as tornam inevitáveis, causas estas presentes nas condições objetivas e materiais da organização social.

Um terceiro ponto que merece destaque é a concepção de trabalho com os "deficientes" dominante no projeto. Por exemplo, a visão dos membros do projeto, ainda está eivada de contradições e carregada de assistencialismo. Não conseguem perceber a importância social do próprio trabalho que realizam. Não estabelecem relações mais amplas a ponto de perceberem as implicações nesta prática, das contradições do sistema dominante. Trabalham com os (df), equacionam alguns problemas, mas não dão conta de lidar com a totalidade do movimento social. É como se o que estivessem desenvolvendo fosse um grande e belo projeto de bondade e caridade humana. Enfim, não conseguem perceber o específico (df) no geral (forma de relação entre os homens no modo de produção capitalista), nem o geral no específico.

Neste sentido, o trabalho junto às pessoas portadoras de "deficiência", nesta realidade, tem sido uma tarefa difícil e desafiadora. É difícil porque exige do professor profundas transformações em termos de valores, de crenças e convicções. Às vezes, quando estamos trabalhando com um grupo de cerca de 40 (df), nós é que parecemos estranhos ao grupo. Uns se locomovem com o auxílio da cadeira de rodas, outros com muletas e outros apenas com o uso dos braços e mãos pelo chão. Fogem aos padrões, agredem valores estéticos, colocam em dúvida e ao mesmo tempo dão sentido à existência humana. Apesar de tudo isto, eles sempre lutam como nós para viver, para serem reconhecidos como ho-

mens, é difícil entender o significado que tem para um "deficiente físico", a realização de uma simples pinça (movimentos coordenados de dois dedos das mãos para apreensão de algum objeto), com os dedos das mãos lesadas, ou o momento em que ele consegue, depois de meses de tentativas, flutuar sozinho na água da piscina, ou ainda movimentar a cabeça num gesto de afirmação ou negação, porque para as pessoas ditas "não-deficientes", estes gestos e realizações são tão simples e comuns, que na maioria das vezes nem são notados ou considerados.

O trabalho tem sido desafiador porque, após muito esforço e dedicação, temos conseguido que os (df) executem ou realizem movimentos, considerados por eles e por inúmeros neurologistas, como gestos impossíveis ou inexplicáveis, como também, temos pessoas que estão conosco há vários anos e, sequer, conseguiram executar uma pinça. É uma mãe que nos procura chorando emocionada porque sua filha de oito anos conseguiu, pela primeira vez, locomover-se sozinha pela casa. É o (df) agradecido por já poder ir a um clube da cidade e entrar, nadar e sair sozinho da piscina.

É preciso entender, contudo, que o desafio não deve ater-se apenas às conquistas de melhorias físicas dos (df), mas, sobretudo, ir além, na busca do envolvimento mais amplo, em termos sociais e políticos.

Enfim, são realizações que, por mais que queiramos, dificilmente poderemos explicar ou entender em sua plenitude.

Apesar das conquistas e realizações, encontramos ainda muitos obstáculos e resistências à realização deste programa. Dentre eles, destacamos os próprios colegas do Departamento e mesmo da Universidade que, por razões desconhecidas, emitem críticas e pareceres diver-

gentes a respeito do trabalho. Sabemos, entretanto, que estas críticas não resistem a um debate acadêmico, dada sua fragilidade e incoerência.

Mesmo assim, estamos cientes das dificuldades que teremos para colocar em prática todas as nossas "novas" idéias. O processo de negação das inúmeras teses equivocadas, ainda defendidas pelos (df) e muitos colegas professores, não será uma tarefa simples, nem fácil. Apesar disto, vemos grandes possibilidades de intervir nesta realidade e transformá-la. E, para tanto, precisamos, mais do que nunca, estar juntos destes colegas.

Percebemos agora que por mais sincrética que seja a visão de mundo destas pessoas, por mais incoerentes que pareçam, são reais e concretas e, como tais, produtos da história dos homens. Estamos dispostos, mesmo tendo consciência de todas as dificuldades, a construir junto com eles uma nova história, um novo projeto, não destruindo este que aí está, mas superando suas contradições e limitações. Temos consciência, também, que não poderemos fazer isto isoladamente e, portanto, precisamos conseguir forças e habilidade para tratar com as diferenças e antagonismos existentes na prática desses homens.

Talvez caiba aqui o pensamento do poeta Holderlin:

"Próximo e difícil de apanhar é o Deus.

Mas onde está o perigo, cresce também, o que salva".

Finalmente, nos resta, agora, retornar à prática e, à luz dos pressupostos já explicitados e refletidos ao longo deste trabalho, realizar a "cirurgia interna" necessária à sua transformação e consequente superação.

Neste sentido, algumas possibilidades já despontam em nosso horizonte. Dentre elas destacamos:

a) a necessidade da criação de uma equipe fixa de pesquisadores ligados ao projeto, para a realização e sistematização do conhecimento produzido nas pesquisas;

b) o envolvimento nas atividades diárias dos pais e responsáveis diretos pelos (df), para que o processo educativo continue após as atividades no projeto;

c) a otimização dos recursos humanos da Universidade, não somente do Departamento de Educação Física, mas de todos os outros departamentos, no sentido de fazer fluir os problemas dos (df) pelas diferentes áreas do conhecimento. Isto significa seguramente uma forma de quebrar a barreira da arrogância cultural da instituição;

d) a consolidação do curso de especialização (latu sensu), já existente, voltado especificamente para o estudo dos "deficientes" através do qual, e, dependendo da qualidade e do conhecimento produzido pelos seus alunos, poderemos avançar rumo a um curso em nível de (strictu sensu) e ,

e) a presença de estudos que possam avançar nas reflexões iniciadas por este trabalho.

Por último, resta-nos apenas mencionar a satisfação e a alegria que temos hoje, pela realização deste estudo, sobretudo pelos amigos que conquistamos, pelo aprendizado que obtivemos e pela consciência de que este não foi um estudo realizado apenas para cumprir formalidades acadêmicas. Ele foi realizado a muitas mãos e não está acabado. Diríamos que se encontra, temporariamente, decantando suas idéias e reflexões, que seguramente serão retomadas brevemente.

Pretendemos agora colocar em prática estas primeiras idéias por termos claro que as transformações sociais através da história

nunca foram acompanhadas por uma consciência clara e real de seu alcance. Afirmamos isto porque sabemos que desejar não é nada, é preciso conhecer as condições materiais que determinam nossas possibilidades de ação, e o alcance da transformação está na dependência destas condições objetivas que nós determinamos e pelas quais somos determinados.

Campinas, 22 de Setembro. Início da Primavera.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria H. Moreira. Estado e oposição no Brasil. 1964-1984. Petropolis, Vozes, 1984.
- AREDNT, H. Hannah. A condição humana. São Paulo, Edusp, 1981.
- ARISTÓTELES. La politique, introduction. Note Index Par S. Tricot. Paris, Phisologique. S. Vrin, 1982.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Todas as constituições do Brasil. São Paulo, Atlas, 1987.
- BRASIL. SEPLAN-Pr. CORDE. Primeiro Plano de Ação da Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1987.
- BRASIL. MEC. CENESP. Diretrizes básicas para a ação do Centro Nacional de Educação Especial. Brasília 1974.
- Estrutura organizacional diretrizes e programação. Brasília, sd.
- BRASIL. MEC. SEED. Diretrizes gerais para a educação física/ desporto 1980/85. Brasília, Secretaria Geral, 1981.
- BRASIL. MEC. SEED. CENESP. Preparação de recursos humanos para a educação especial. Brasília, 1986. (mimeo)
- BRASIL. MEC. SEED. Atividade física para deficientes. Brasília, 1981.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Assistência aos excepcionais. Brasília, 1978.
- BRASIL. MEC. Introdução do Excepcional na força de trabalho. Brasília, Secretaria Geral, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.
- BRASIL. MEC. CENESP. Plano nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficiente. Brasília, 1986. (mimeo)
- BRASIL. MEC. CENESP. Relatório de atividades da comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes. Brasília, 1981.
- BRASIL. MEC. Encontro nacional de dirigentes de educação cultura e desporto. Documentário V. III. Brasília, 1982.
- BOBATH, Berta. Hemiplegia no adulto. São Paulo, Manole, 1978.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- CANTARINO FILHO, Mario. R. A. Educação física no estado novo: história e doutrina. Brasília, Universidade de Brasília, 1982. (Dissertação, Mestrado).
- CARMO, Apolônio A. do. Educação Física e a Nova Lei de Diretrizes e Bases; subsídios para discussão. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Brasília, 10(1):10-18. 1988.
- CARTA DE BATATAIS. In: Encontro de Avaliação do Sub-Programa de Preparação de Recursos Humanos para Educação Especial. Batatais, 1986.
- CASTRO, Ana de Lourdes B. Educacion especial en el contexto del sistema de enseñanza obligatoria; estudio comparativo entre Brasil y Spanã. Madrid, Facultad de Filosofia Y Ciências de la Education, 1988. (Tese, Doutorado).
- CASTELLANI FILHO, Lino. Diretrizes gerais para o ensino de 2º grau. Núcleo Comum Educação Física. Projeto SESG/MEC e PUC/SP, 1988. (mimeo)
- CHUSID, J. G. Neuroanatomia corretiva e neuroanatomia funcional. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1982.
- DEBESSE, Maurice. Tratado das ciências sociais e pedagógicas. São Paulo, Edusp. 1974.
- DESCAMPS, Paul. État social des peuples sauvages. Paris, Payot, 1930.
- DE LERY, Jean. Viagem a terra Brasil. Rio de Janeiro, Exercício, 1911.
- DO VALE, L. A. B. Lazer: senso comum, perspectiva histórica e tentativa de definição. Revista do Mestrado em Educação Rio de Janeiro, UERJ, 2(3/4):12-16, 1987.
- DIECHERT, Jurgen. Esporte de lazer: tarefa e chance para todos. Trad. Maira Lenk. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1984.
- DIEGUEZ, Gilda Korff. (org). Esporte e lazer. Petropolis, Vozes, 1985.
- DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro, Vitoria, 1960.
- FIGLIOLI, M. A. de A. Algumas reflexões sobre a questão do "tempo livre". Boletim Intercâmbio. Rio de Janeiro, SESC, 4(15):5-15. 1983.

- FROMM, Erich. Conceito Marxista do homem. 8.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- GOFFAMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. São Paulo, Zahar, 1982.
- HUIZINGA, Johan. Homo ludens; o jogo como elemento da cultura. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- IANNI, Otávio. O Marx. sociologia. São Paulo, Abril, 1987. (Coleção Grandes Cientistas, 10).
- JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo, Cortez, 1985.
- JOHNSTONE, Margaret. O paciente hemiplégico: princípios da reabilitação. São Paulo, Manole, 1979.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LUBOSVSKI, V.I. A escola especial é melhor para a educação do deficiente; um ponto de vista soviético. O Correio. Rio de Janeiro, 9(8):10, 1981.
- MANHÃES, E.D. Política de esportes no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- MANUEL SÉRGIO. A prática da educação física. 2.ed. Lisboa, Compendium, 1982.
- MARX, Karl. Esboços econômicos pré-capitalistas. 4. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- A miséria da filosofia. Trad. Jose de Paulo Netto, São Paulo, Global, 1985.
- Capítulo VI Inédito de O capital. resultados do processo de produção imediata. São Paulo, Moraes, 1985.
- O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- O capital. crítica da economia política. Livro 1 o processo de produção do capital. 6.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.v.1.
- MARX, K. & ENGELS, F. Textos sobre educação e ensino. São Paulo, Moraes, 1983.
- A Ideologia alemã. 2 ed. São Paulo, Ciências Humanas 1979.

- Textos 3. São Paulo, Edições Sociais, sd.
- MOZZATTA, Marcos. Educação escolar; comum ou especial. São Paulo, Pioneira, 1987.
- MARCELINO, Nelson, C. Lazer e humanização. Campinas, Papirus, 1983.
- Lazer e educação. Campinas, UNICAMP, 1989. (Tese, Doutorado).
- O CORREIO .Rio de Janeiro, v.9 n.3, 1981.
- OLIVEIRA, Juarez de. Consolidação das leis do trabalho. 10 ed. São Paulo, Saraiva, 1988.
- OLIVEIRA, Jose Guilmar Moriz & BETTI, Mauro. Educação física e o ensino de 1º grau; uma abordagem crítica. São Paulo, Edusp/ Editora EPU, 1988.
- OLIVEIRA, Paulo Sales. Lazer e significado e abrangência. Boletim Intercâmbio. Rio de Janeiro, 3 (10):5-21, 1982.
- PONCE, Anibal. Educação e luta de classe. 7.ed. São Paulo Cortez, 1986.
- REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. 3.ed., Petropolis, Vozes, 1982.
- ROSADAS, S.C. Educação física especial; fundamentos da avaliação e aplicabilidade de programas sensório motores em deficientes. Rio de Janeiro, O livro médico, 1984.
- SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. História geral da medicina brasileira. São Paulo, Hucitec, 1977.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, São Paulo, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação física e legislação básica; Federal e Estadual. São Paulo, 1985. v.1.
- SODER, Marten. Devolver o deficiente à comunidade de que foi excluído; um ponto de vista sueco. O Correio. Rio de Janeiro, 4(8):20, 1981.
- SOMBRA, Luzimar A. Educação e integração profissional de pessoas excepcionais; análise da Legislação. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. (Dissertação, Mestrado).

- SOUTLEY, Robert. História do Brasil. Rio de Janeiro, Trad. Joaquim de Oliveira Castro. Anotações pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1862. 6v.
- SILVA, Otto, M. A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo, Cedas, 1987.
- TAYLOR, F. N. Princípios da administração científica. 7. ed. São Paulo, Atlas, 1974.
- TIDY, Noel. Masaje y ejercicios de recuperación en afecciones médicas y quirúrgicas. Barcelona, España Printed, 1978.
- TUBINO, Manoel G. Teoria geral do esporte. São Paulo, Ibrasa, 1987.
- VIEIRA, Evaldo. A república brasileira: 1964/1984. 2. ed. São Paulo, Moderna, 1985.